



**A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO
FAMILIARES NA REGIÃO ALTO URUGUAI, RIO GRANDE DO SUL**

Zenicleia Angelita Deggerone

Lajeado, dezembro de 2013



Zenicleia Angelita Deggerone

**A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO
FAMILIARES NA REGIÃO ALTO URUGUAI, RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque
Coorientador: Prof^a. Dra. Júlia Elisabete Barden

Lajeado, dezembro de 2013

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado:

**A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO
FAMILIARES NA REGIÃO ALTO URUGUAI, RIO GRANDE DO SUL**

Elaborada por
Zenicleia Angelita Deggerone

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Ambiente e Desenvolvimento

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque
(Orientador – Centro Universitário Univates)

Prof^a. Dra. Júlia Elisabete Barden
(Coorientadora – Centro Universitário Univates)

Prof^a. Dra. Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
(UFMS – Universidade Federal de Santa Maria)

Prof. Dr. Eliane Maria Kolchinski
(UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Valdir Morigi
(Centro Universitário Univates)

Lajeado, dezembro de 2013.

Ainda Existe um Lugar

Venha sentir a paz que existe aqui no campo
O ar é puro e a violência não chegou
O céu bem limpo e muito verde pela frente
E uma vertente que não se contaminou

Pela manhã o sol nascente vem sorrindo
E os passarinhos cantam hinos no pomar
O chimarrão tem um sabor de esperança
E a criança traz um futuro no olhar

(De tardecita tem os banhos de riacho
Jogo de truco junto à sombra do galpão
Uma purinha que faz rima com outro mate
E um cão que late contra o guacho no oitão)

O anoitecer nos apresenta mais estrelas
Entre o silêncio que da paz para o luar
De vez em quando um cometa incandescente
Se faz presente prá um pedido repontar

Aqui a verdade ainda reside em cada alma
Se aperta firme quando alguém estende-lhe a mão
Se dá exemplo de amor, fraternidade
Aos na cidade que não sabem pra aonde vão.

Wilson Paim

AGRADECIMENTOS

Nesta trajetória de pesquisa, vários foram os fatos, os sujeitos e as instituições que me apoiaram, fundamentalmente, na elaboração deste trabalho. Cabe, pois, agradecer:

Aos jovens agricultores familiares que participaram desta pesquisa, proporcionando, desta forma, o objetivo proposto no referido trabalho;

Ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD), através de seu corpo docente, funcionários e técnicos administrativos, que proporcionaram um ambiente acadêmico para o desenvolvimento do trabalho e pela concessão da Bolsa de Apoio Técnico (BAT);

Ao Professor Orientador Luiz Fernando da Silva Laroque, pelo empenho e dedicação na orientação desta pesquisa e à Professora Coorientadora Julia Elizabete Barden, pelas valiosas contribuições;

À Professora Leonice, pelo incentivo e acompanhamento em toda a minha trajetória acadêmica;

Aos colegas de Mestrado, pelo companheirismo, troca de experiências e convivência;

À Sra. Terezinha Becher, pela acolhida em sua residência, durante o período de estudo e pesquisa;

As instituições, em especial ao SUTRAF-AU e EMATER - ASCAR (RS), por permitirem a realização das aulas, de modo especial;

A minha família, principalmente meus pais Velocindo e Marlene Deggerone, agricultores familiares e exemplos de dedicação ao trabalho rural;

Ao meu namorado Douglas - jovem agricultor familiar - pela compreensão e incentivo imensuráveis para a realização do presente trabalho.

Enfim, o meu agradecimento a todos que, de alguma forma, contribuíram para a consolidação desta Dissertação.

RESUMO

Ser jovem e agricultor familiar se constituem como uma das estratégias mais importantes para a continuidade de um modo de vida, que busca a reprodução social da família, através da produção de alimentos, da preservação da biodiversidade, pela manutenção da paisagem rural, da identidade cultural e manutenção do tecido social das comunidades rurais. O surgimento de uma nova geração de agricultores acontece no interior dos próprios estabelecimentos, através da socialização no trabalho e no modo de vida, que inicia na infância, perpassa a juventude e continua na vida adulta. Considerando esse contexto, este trabalho visa compreender o processo social de permanência dos jovens rurais nas unidades de produção familiares nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul, localizados na Região Alto Uruguai – Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada no estudo consiste numa abordagem qualiquantitativa, onde foram realizadas a aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas com os jovens e suas famílias. Dentre os principais resultados relacionados à permanência dos jovens no meio rural, estão: a autonomia e poder de decisão dos jovens do sexo masculino e feminino, bem como a retribuição monetária pelas atividades desenvolvidas nas unidades de produção familiares (UPFs); das responsabilidades assumidas pelos jovens nos trabalhos e na gestão da unidade produtiva familiar (UPF); de uma educação diferenciada que valorize o ambiente rural, e uma formação e qualificação técnica, que possibilite integrar os jovens no comprometimento e especialização das atividades produtivas; do empoderamento social e comunitário dos jovens junto às entidades locais; da diversificação dos sistemas de produtivos, que geram maior retorno econômico a UPF; da obtenção de rendas complementares (pluriatividade) as atividades agropecuárias; e políticas públicas que possibilite e assegure a construção de um projeto de vida, que prime pelo desenvolvimento rural e pela continuidade da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar, juventude, permanência no meio rural, sucessão geracional, Região Alto Uruguai.

ABSTRACT

Being young and family farmer are constituted as one of the most important strategies for the continuation of a way of life, which seeks the social reproduction of the family, through food production, biodiversity preservation, maintenance of the countryside, cultural identity and maintaining the social web of the rural communities. The emergence of a new generation of farmers takes place inside their own establishments through socialization at work and way of life, which begins in the childhood, pervades the youth and continues into adulthood. Considering this context, this work aims to understand the social process of permanence the youth farmers in the rural family production units in cities as Aratiba and Itatiba do Sul, located in the Alto Uruguai region - Rio Grande do Sul. The methodology used in this study consists in a quantitative qualitative approaching, where it was performed application of questionnaires and semi-structured interviews with young people and their families. Among the main results related to the permanence of young people in the rural areas are: the autonomy and power of decision of the youth males and females sex, as well as the monetary retribution for activities in the Family Production Unit (FPU); the responsibilities assumed by young people at work and management of the Family Production Unit (FPU); of a differentiated education that valorize the rural environment, a training and technical qualification, which allows the integration of young people in the commitment and specialization of the productive activities; the social and community empowerment of the young people with local entities; the diversification of production systems that generate higher economic return to the (FPU); raising additional revenues (pluriativity) of agricultural activities; and public policies that enable and ensure the construction of a life project, which prime for the rural development and for the continuity of the family farming.

Keywords: Family farming, youth, permanence in rural areas, generational succession, Alto Uruguai region.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Colonizadores e um grupo indígena Kaingang em Rio Novo (Aratiba).....	49
Figura 2 – Crianças domando uma junta de bois usada em trabalho, no meio rural.....	52
Figura 3 – Início da colonização e derrubada da mata no Alto Uruguai.....	53
Figura 4 - Transporte de madeira cerrada para ser comercializada em Erechim	54
Figura 5 - Trabalho em mutirão realizado, entre vizinhos, na colheita da mandioca, no município de Faxinalzinho – RS.	55
Figura 6 – Pequeno comércio de secos e molhados na Região de Erechim.....	61
Figura 7 - Chegada dos primeiros tratores modelo Ford, no Município de Faxinalzinho-RS.	64
Figura 8 - Mapa de localização da Região Alto Uruguai (RS).....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Destino de recursos financeiros obtidos, a partir do trabalho dos jovens, nas UPFs, em Aratiba.....	83
Gráfico 2 – Destino de recursos financeiros obtidos, a partir do trabalho dos jovens UPFs, em Itatiba do Sul.	
Gráfico 3 - Atividades desenvolvidas pelos jovens nas UPFs em Aratiba	90
Gráfico 4 - Atividades desenvolvidas pelos jovens nas UPFs em Itatiba do Sul.....	92

Gráfico 5 – Atividades de entretenimento frequentadas pelos jovens, em Aratiba.	103
Gráfico 6 - Atividades de entretenimento frequentadas pelos jovens, em Itatiba do Sul.	104
Gráfico 7 – Ações e melhorias necessárias ao ambiente da unidade produtiva, em Aratiba.	109
Gráfico 8 – Ações e melhorias necessárias ao ambiente da unidade produtiva, em Itatiba do Sul.....	110
Gráfico 9 – Atuação dos jovens junto a entidades locais em Aratiba.	112
Gráfico 10 – Atuação dos jovens junto a entidades locais em Itatiba do Sul.	113
Gráfico 11 – Políticas públicas sociais acessadas pelos jovens em Aratiba.....	115
Gráfico 12 – Políticas públicas acessadas pelos jovens em Itatiba do Sul.....	116
Gráfico 13 – Motivações que evidenciam a permanência dos jovens no meio rural em Aratiba	119
Gráfico 14 – Motivações que evidenciam a permanência dos jovens no meio rural em Itatiba do Sul.....	120
Gráfico 15 – Perspectivas dos jovens, enquanto agricultores familiares, em Aratiba.....	122
Gráfico 16 – Perspectivas dos jovens, enquanto agricultores familiares, em Itatiba do Sul.	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação existente entre a área produtiva e as atividades desenvolvidas em cada unidade de produção familiar ,no município de Aratiba.	73
Tabela 2 – Relação existente entre a área produtiva e as atividades desenvolvidas em cada unidade de produção familiar, em Itatiba do Sul.	74
Tabela 3 – Apresentação da renda familiar mensal, renda mensal jovem e a contribuição das rendas não agrícolas, nas unidades de produção, em Aratiba.	78
Tabela 4 – Apresentação da renda familiar mensal, renda mensal jovem e contribuição das rendas não agrícolas, nas unidades de produção, em Itatiba do Sul.	79

LISTA DE SIGLAS

- ASCAR:** Associação Sulina De Crédito e Assistência Rural
- CEPAL:** Comissão Econômica para a América Latina
- CONTAG:** Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
- CUT:** Central Única dos Trabalhadores
- DAP:** Declaração de Aptidão ao Pronaf
- DIEESE:** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DNTR:** Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
- EFSPRG:** Estrada de ferro São Paulo - Rio Grande.
- EMATER:** Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAO:** Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MDA:** Ministério do Desenvolvimento Agrário
- PAA:** Programa de Aquisição de Alimentos
- PNAE:** Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNCF:** Programa Nacional de Crédito Fundiário
- PNHR:** Programa Nacional de Habitação Rural
- PROAGRO:** Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
- PRONAF:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- RS:** Rio Grande do Sul
- SAF:** Secretária da Agricultura Familiar
- SEAF:** Seguro Agrícola da Agricultura Familiar
- SUTRAF-AU:** Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai

TCLE: Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UPF: Unidade de Produção Familiar

UPFs: Unidades de Produção Familiares



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 APORTES TEÓRICOS E METODOLOGIA.....	23
2.1 Agricultura Familiar e Juventude Rural.....	24
2.1.1 O Marxismo clássico e a invisibilidade do campesinato	24
2.1.2 Chayanov e a especificidade da produção camponesa.....	26
2.1.3 A perspectiva histórica da agricultura familiar no Brasil.....	28
2.1.4 A agricultura familiar em um novo rural	32
2.1.4.1 Abramovay e a moderna agricultura familiar.....	35
2.1.5 A juventude da agricultura familiar.....	37
2.2 Instrumentos de Pesquisa	41
2.2.1 Coleta dos dados	42
2.2.2 Análise dos dados.....	43
3 A FRENTE COLONIZADORA E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO ALTO URUGUAI, RIO GRANDE DO SUL.....	45
3.1 As famílias e o trabalho na ocupação do Alto Uruguai.....	45
3.2 O desenvolvimento produtivo e as relações sociais a partir de 1960.....	62
4. AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES	69
4.1 A organização sócioprodutiva das unidades de produção familiares e suas condicionantes da permanência de jovens no meio rural.....	69

4.1.1 Caracterização socioculturais dos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul, Rio Grande do Sul.....	70
4.1.2 As atividades produtivas desenvolvidas nas unidades de produção familiares	73
4.1.3 A contribuição da renda e sua aplicabilidade pelos jovens nas unidades de produção familiares	78
4.1.4 A utilização de máquinas e equipamentos nos sistemas produtivos desenvolvidos nas unidades de produção familiares	85
4.1.5 A participação da mão de obra jovem no desenvolvimento das atividades nas unidades de produção familiares	89
4.1.6 Os condicionantes que as famílias proporcionam para a permanência dos jovens no meio rural.....	93
4.2 O Ambiente Sociocultural dos Jovens Rurais.....	99
4.2.1 A escolaridade dos jovens da agricultura familiar	100
4.2.2 As atividades de entretenimento frequentadas pelos jovens	102
4.2.3 Ações necessárias para a melhoria do ambiente na unidade produtiva.....	108
4.2.4 A participação dos jovens junto as entidade locais.....	111
4.2.5 As políticas públicas sociais acessadas pelos jovens rurais.....	114
4.2.6 As motivações socioculturais de permanência dos jovens no meio rural	118
4.2.7 As perspectivas futuras dos jovens enquanto agricultores familiares	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICES.....	146

1 INTRODUÇÃO

Ser jovem e agricultor familiar constitui uma das estratégias mais importantes para a continuidade de um modo de vida, em busca da reprodução social da família, aliada ao desenvolvimento socioeconômico da unidade produtiva e a preservação ambiental dos meios de produção. Atualmente, as entidades que trabalham com jovens e agricultores familiares, buscam aprimorar conhecimentos na área social da agricultura familiar, através das políticas públicas de inclusão produtiva, desenvolvimento humano e social.

Um dos fatores explicativos do crescente interesse na realização de estudos sobre a agricultura familiar reside na importância desta forma de organização e produção para o desenvolvimento rural¹ brasileiro. Uma das principais características da agricultura familiar é a sua multifuncionalidade², que se caracteriza pela potencialidade de manutenção e recuperação de mão de obra, distribuição de renda, segurança e soberania alimentar, sendo que a tarefa mais importante, segundo Balsadi (2001, p.158) é de “um papel não apenas produtivo, mas de manutenção do tecido social articulado no meio rural.”

¹ Para Kageyama (2008), o desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e nesse sentido trata-se de um desenvolvimento multissetorial. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, desde o artesanato e o processamento de produtos naturais até aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infra-estrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase-públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral. Nesse sentido, o desenvolvimento rural, além de multissetorial, deve ser também multifuncional.

² A multifuncionalidade da agricultura familiar, produz não apenas os produtos agrícolas, mas desempenha também outras funções, como a ambiental ou ecológica, econômica e social.

A agricultura vincula-se à história, oportunidades, restrições geográficas e ecossistêmicas (clima, solo, flora e fauna), o que possibilita aos agricultores familiares a busca por melhores condições de trabalho e de qualidade de vida, bem como a permanência dos jovens junto a unidades de produção familiares, proporcionando a tomada de decisões destes, nas relações sociais e de trabalho. No que se refere às condições de agricultura da base familiar, autores como Woortmann (1995), Abramovay (1998 a,b), Carneiro (1998 a, b; 2001; 2007), Brumer (2001, 2004), Pereira (2004), Castro (2005), Wanderley (2007), Stropasolas (2007), e Wheisheimer (2007), dentre outros, consideram importante a permanência dos jovens no campo, não apenas para os membros da família diretamente envolvidos, como também para a reprodução destas unidades de produção e de vida, com base na força do trabalho familiar e, tais questionamentos evidenciados pelos autores acima referidos, relacionam-se ao futuro socioeconômico de organização produtiva.

A agricultura familiar é uma forma de organização social que visa a continuidade do patrimônio da família, representado pela terra, através de seus descendentes. Para tanto, os agricultores buscam, entre seus filhos, um sucessor que permaneça na propriedade rural, determinando, assim, o encaminhamento do estabelecimento rural e a forma de transmissão do patrimônio.

Porém, no contexto mais amplo da agricultura familiar, pesquisas de Abramovay (1998a) indicam um fator a ser ressaltado: a diminuição considerável do número de filhos nas famílias de agricultores familiares, a exemplo das famílias urbanas, que sempre apresentaram um índice menor de natalidade, o que influi diretamente na gestão da propriedade. Ainda como um exemplo permeador, Carneiro (1998a), observa a invisibilidade do jovem, destacados como aprendiz de agricultor em relação aos processos de socialização e de divisão social relativa ao trabalho, no interior da unidade familiar, transformando-os em adultos precoces, uma vez que são avaliados unicamente sob a ótica do trabalho.

Pereira (2004), ressalta que os jovens do meio rural, pertencente a gerações passadas, construíram suas experiências em espaço social restrito. No período atual, as gerações atuais estão cada vez mais vinculadas ao campo, com relações sociais e

culturais amplas, o que possibilita a eles repensar suas identidades e relações pessoais.

A juventude é permeada de definições genéricas, associada a problemas e expectativas, sendo uma categoria que tende a ser constantemente adjetivada e substantivada, sem que se busque a auto-percepção e formação de identidades daqueles que são definidos como “jovens”.

Por “jovem rural” entende-se “aqueles que moram no campo, herdeiros de um modo de vida no qual o cultivo da terra é o eixo principal que estrutura as famílias e comunidades” (CASTRO, STEPHAN, 2007, p.15). Além disto, neste estudo, utilizar-se-á a definição atribuída à UNESCO (2004), para definir jovens a partir da faixa etária compreendida entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

No meio rural, a juventude está presente na agricultura familiar, através de sua inserção no trabalho familiar, no estabelecimento agrícola, uma vez que esta se caracteriza pela “unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p.15). É neste ambiente que as relações familiares se acentuam, juntamente com os trabalhos e formalizam a reprodução socioeconômica da família, onde a juventude contribui decisivamente com mão de obra, bem como uma inserção vinculada, principalmente, ao acesso, adesão e implemento em relação às diferentes oportunidades de renda, a partir da perspectiva do investimento em capital social, de modo que a unidade produtiva viabilize o seu desenvolvimento no meio rural.

A juventude rural é uma categoria social evidentemente em construção, influenciada pela cultura, contexto histórico, oportunidades e restrições geográficas ao meio em que estão inseridos. Percebe-se, ainda, que as sociedades rurais contemporâneas apresentam significativas transformações no âmbito das concepções de mundo, estilos de vida, modalidades de trabalho e, sobretudo, dos processos de tomada de decisões.

Diante deste contexto, é importante destacar a presença de jovens no meio rural, representando a possível continuidade de desenvolvimento da agricultura familiar no meio rural. Desta forma, o problema norteador da pesquisa em questão, constitui a compreensão dos elementos motivadores da permanência dos jovens no meio rural. Na

tentativa de responder ao problema apresentado, bem como contribuir na busca de condições de permanência dos jovens rurais nas unidades de produção familiares, definiu-se, como público alvo de pesquisa, jovens agricultores familiares, que permanecem trabalhando no meio rural, nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, compreendidos em uma faixa etária de 15 (quinze) aos 29 (vinte e nove) anos de idade. Frente à problemática, apresentamos duas hipóteses: a primeira relaciona-se ao incentivo familiar e ambiente sociocultural em que os jovens estão inseridos, onde poderiam contribuir com a sua permanência e, a segunda hipótese condiciona-se à possibilidade de obtenção de rendas, através das atividades agropecuárias desenvolvidas nas unidades de produção familiares.

Dessa forma, o objetivo geral desse trabalho visa compreender o processo social de permanência dos jovens rurais nas unidades de produção familiares nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul, localizados na Região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul.

Os objetivos específicos consistem em:

- a) Apresentar o processo sociohistórico de ocupação e desenvolvimento da Região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul;
- b) Identificar as formas de participação dos jovens nas atividades econômico-produtivas nas unidades de produção familiares;
- c) Analisar elementos socioculturais que motivam os jovens a permanecerem no meio rural nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul;
- d) Elencar as políticas públicas que proporcionam a permanência dos jovens no meio rural.

Dentre as justificativas para a realização deste trabalho, inicialmente é importante destacar que a produção intelectual não deve estar isenta do uso de experiências de vida do pesquisador, que deve ser usada como guia e prova de suas reflexões (MILLS, 1982). Desta forma, as razões intelectuais e políticas que me levaram à escolha do tema que esta dissertação apresenta, não nasceram apenas de uma escolha acadêmica, mas da

reflexão acerca das inquietações, vivências e angústias, frutos da trajetória de vida do pesquisador do meio rural.

Neste sentido, salienta-se também que essa dissertação vai abordar o tema da sucessão geracional e, especificamente, da reprodução social da condição de agricultor (a) que vem emergindo como uma das principais preocupações das instituições do setor público, bem como das entidades representativas da agricultura familiar, pois segundo o IBGE (2010), o Estado do Rio Grande do Sul possui 378 mil unidades de produção familiares; no entanto, o Estado possui aproximadamente 336 mil jovens entre 15 e 29 anos de idade, vivendo no meio rural. Estas informações revelam que, ao distribuir uniformemente estes jovens, a proporção é de menos de um jovem por propriedade rural, ou seja, há propriedades que não terão sucessão geracional.

O processo sucessório é reconhecido como a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar, a transmissão paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor(a). Assim, além da reprodução, entre as gerações, de um patrimônio material, particularmente a propriedade da terra, a continuidade do processo sucessório na agricultura familiar implica, também, na transmissão de um patrimônio imaterial, de cunho histórico e sociocultural.

As transformações ocorridas na agricultura, que se iniciaram com o advento do capitalismo e industrialização do campo, aliados ao crescimento e expansão das cidades, criaram novos cenários de sociabilidade e de trabalho. Ao longo dos anos, as áreas produtivas foram reduzidas a tamanhos menores e, aos poucos, inviabilizaram a produção dos minifúndios³, com base nos modelos técnico-produtivistas. A partir deste modelo de produção, os próprios pais incentivam aos filhos que estudem e saiam da zona rural, em busca de uma condição de vida melhor nas cidades, o que tem gerado transformações no campo, dentre elas, o envelhecimento da população rural. Além disto, ocorre também, a masculinização no campo, pois o homem jovem permanece na zona rural, enquanto a mulher auxilia nas atividades domésticas e pode dedicar-se ao estudo, pois usufrui de mais condições favoráveis e é incentivada pelos pais.

³ O minifúndio é a propriedade fundiária de dimensão mínima, que inviabiliza a produção de excedentes.

Diversos estudos apontam a migração dos jovens rurais para os centros urbanos, devido a dificuldades enfrentadas, principalmente, no que se refere à escola e trabalho (CARNEIRO, 2005; CASTRO, 2005). Outra perspectiva apontada tem, como principal leitura, a atração do jovem pelo meio urbano ou, ainda, pelo estilo de vida nas cidades. (CARNEIRO, 1998^a; B; 2006). Para Abramovay, (2002, p.9), o êxodo rural está intimamente relacionado com o processo de industrialização da agricultura e a perda da “importância do pequeno produtor, uma vez que esta é correlata à perda da importância da própria agricultura familiar e a sua substituição por complexo agroindustrial”.

Por outro lado, as renovadas funções em demanda pela sociedade em relação às famílias rurais – entre as quais a produção de alimentos de qualidade, a preservação dos recursos ambientais e do patrimônio histórico e cultural rural, a agroindustrialização em unidades familiares, o turismo rural, etc. – funcionam como verdadeiros alicerces para o fortalecimento das comunidades, motivando a permanência dos jovens no meio rural.

Em estudo realizado por Brumer (2001), a fixação do jovem ao campo ocorre a partir da autonomia dos trabalhos junto à unidade de produção familiar, a partir da diversificação das atividades produtivas e com a retribuição monetária de parte da renda das atividades agrícolas destinada aos jovens.

Porém, o estudo de Castro (2009), enfatiza que os jovens moradores dos assentamentos rurais buscam, além do trabalho junto à unidade de produção familiar, a combinação de atividades na produção rural em trabalhos externos. O trabalho não agrícola possibilita um aporte de renda a estes jovens, o que determina a sua continuidade junto às unidades de produção.

Carneiro (1998a, p. 99), em referência aos jovens, atribui a existência de uma mobilidade entre o rural e o urbano, aparece como possibilidade de conjugar “o melhor dos dois mundos”: De um lado, a “tradição”, materializada pela família, a localidade e a cultura de origem; de outro a “modernidade”, que se expressa na realização de um projeto autônomo.

Menasche e Schmitz (2007) afirmam que os jovens vislumbram a continuidade dos projetos de vida de seus antepassados. Para elas, a ligação acontece devido a existência

de uma relação moral, relacionada à reprodução simbólica da família e de sua ancestralidade, assim como, a uma idealização do espaço rural como um lugar de bem viver.

Os estudos nos apontam a inexistência de fator casual único ou explicativo para a permanência do jovem no meio rural, onde vários elementos modificam-se de acordo com as regiões, tais como as etnias, paisagens e condições socioeconômicas, dentre outros fatores. Desta forma, na busca do rompimento da invisibilidade do jovem no meio rural, durante o processo de mobilização social, produção acadêmica, formulação e implementação de políticas públicas, optou-se pelo presente recorte temático, na perspectiva da contribuição para o alargamento da compreensão deste universo juvenil

É importante salientar que o Programa de Pós-Graduação Ambiente e Desenvolvimento, especificamente a Linha de Pesquisa a respeito do Espaço e Problemas Socioambientais, busca avaliar a interação homem-ambiente. Desta forma, este trabalho pretende contribuir, através de reflexões sobre o desenvolvimento e os atores sociais propiciadores das transformações ambientais, resultado do processo social e histórico das mudanças que o meio rural vivencia, ao longo dos anos. Desta forma, por meio desta dissertação, buscamos a compreensão do processo social de permanência dos jovens no meio rural, na Região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul. Dessa forma, a parte introdutória da Dissertação é o Capítulo 1, que apresenta a caracterização da temática, a problemática de pesquisa, os objetivos e a justificativa para o trabalho.

No capítulo 2, os temas subdividem-se em duas partes. A primeira delas apresenta aportes teóricos sobre a agricultura familiar no Brasil, apontando suas dimensões sociais, históricas e políticas que se fazem presentes nas escolhas das categorias empregadas para a análise da produção, reprodução e transformação da agricultura de base familiar, bem como conceitos relacionados ao desenvolvimento de um novo rural, que contribui para o fortalecimento dos agricultores familiares e suas estratégias de reprodução socioeconômicas. Apresenta-se, também, uma compreensão conceitual sobre a juventude, considerações sobre representações sociais e culturais e consequências da modernidade na formação da identidade dos jovens rurais.

A segunda parte do capítulo aborda o método da pesquisa empregado para o alcance dos objetivos propostos. Desta forma, também apresenta a amostragem das unidades de produção familiares, através do processo de coleta, tratamento e análise dos dados obtidos no campo.

O Capítulo 3 apresenta aspectos sobre o processo de ocupação e desenvolvimento da agricultura familiar na Região do Alto Uruguai. Além disso, discorre sobre a atuação dos colonizadores no processo de formação, evolução e transformação da agricultura familiar e das unidades de produção, apontando também os meios produtivos, as formas de trabalho, sociabilidade, entretenimento e participação dos jovens no trabalho e no crescimento da produção agropecuária. Os elementos de modernização agrícola no meio rural, bem como a formação dos complexos agroindustriais e consequências sociais refletidas no meio rural também são destacados neste trabalho.

No Capítulo 4, são abordadas as condições socioeconômicas que determinam a permanência dos jovens no meio rural, nos Municípios de Aratiba e Itatiba do Sul. Desta forma, são apresentados os elementos da organização sócioprodutiva das unidades de produção familiares e das relações existentes no ambiente sociocultural dos jovens rurais e suas condicionantes que oportunizam a permanência de jovens no meio rural.

Por último, aponta-se as Considerações Finais, através dos resultados obtidos na pesquisa e relatando-se os condicionantes de permanência dos jovens da agricultura familiar, no campo.

2 APORTES TEÓRICOS E METODOLOGIA

Este capítulo subdivide-se em duas partes: a primeira apresenta aportes teóricos sobre a agricultura familiar no Brasil, apontando as dimensões sociais, históricas e políticas presentes na escolha das categorias empregadas na análise da produção, reprodução e transformação da agricultura de base familiar. Assim, são efetivadas as abordagens sobre o campesinato, realizadas no âmbito do marxismo no sistema capitalista. Em seguida, aborda-se as construções teóricas sobre o campesinato, formuladas por Chayanov, que ressaltam a especificidade da economia camponesa. E, na sequência, há referência sobre as abordagens contemporâneas, que conferem a temática da agricultura familiar e o desenvolvimento de um novo rural, que contribuem para o fortalecimento dos agricultores familiares e suas estratégias de reprodução socioeconômicas. Apresenta-se, também, uma compreensão conceitual sobre juventude, onde são expostas a realidade inerente ao ciclo de vida, faixa etária, geração, cultura e modo de vida. Considerações são apontadas sobre as representações sociais e culturais e as consequências que a modernidade trouxe em relação à formação da identidade dos jovens rurais.

A segunda parte deste capítulo aborda o método de pesquisa empregado para o alcance dos objetivos propostos no estudo. Desta forma, apresenta a dinâmica da amostragem em unidades de produção familiares, bem como o processo de coleta, tratamento e análise dos dados obtidos a campo.

2.1 Agricultura Familiar e Juventude Rural

A proposição deste tópico é a discussão sobre os marcos conceituais que sustentam a noção de agricultura familiar e juventude rural, uma vez que a contextualização destes conceitos permitirá o posicionamento dos jovens agricultores familiares no espaço das relações sociais e de produção, bem como a participação juvenil no desenvolvimento da agricultura familiar e os efeitos da modernidade sobre as relações e espaços de sociabilidade na agricultura familiar.

2.1.1 O Marxismo clássico e a invisibilidade do campesinato

O marxismo, ao dedicar especial atenção à sociedade industrial pós século XIX, referiu-se, de forma enfática, sobre o fim do campesinato. A teoria apontava que a estruturação do modo de produção capitalista demonstrava a situação do camponês como representante de um mundo em extinção, no qual o protagonismo das transformações sociais seriam prerrogativas do proletariado.

Durante a segunda metade do século XIX e grande parte do século XX diversos teóricos abordaram o tema “campesinato e desenvolvimento agrário”, privilegiando a perspectiva antes informada. Os autores Marx, Lênin e Kautsky discutiram as tendências de conformação das relações capitalistas na agricultura e as previsões do fim do campesinato sob o capitalismo (FARIA, 2001).

Em referência os estudos de Faria (2001), é possível afirmar que, para Karl Marx, os camponeses participam, de uma forma específica, da produção que se transformou, ao ter contato com o capital e o modo capitalista de produção.

É na verdade resquício feudal com elementos do capitalismo, ou seja, o camponês é um elemento de transição entre feudalismo e capitalismo. Na análise marxiana, a terra é o elemento central da produção agrícola e é ela que determina a lei do valor, que se distingue da lei do valor na indústria (FARIA, 2001, p.2).

A leitura marxista concebe que, quanto mais o capitalismo se desenvolve, maiores serão as condições objetivas de desintegração do campesinato, que perde espaço em uma sociedade identificada por um esquema explicativo trinário, pois a sociedade está dividida em três grupos distintos: proletariado que vende sua força de trabalho em troca do salário; capitalistas que monopolizam o lucro e proprietários fundiários que recebem a renda da terra.

Faria (2001) ao reportar-se a Kautsky, outro marxista clássico, faz importantes reflexões sobre os camponeses, afirmando em seus estudos que, quanto mais desenvolvido for o capitalismo, a grande exploração atinge maior diferenciação da pequena exploração. Para este autor, há três fatores que favorecem a grande propriedade: a) economia de insumos; b) menores custos de compra e venda e c) divisão do trabalho, sendo esta a variável determinante.

Cabe salientar que, diante de um quadro de superioridade técnica e econômica da grande unidade, a divisão do trabalho não pode expandir-se totalmente, eliminando os camponeses, como pressupunha Marx, uma vez que, para Kautsky, existe uma simbiose entre a grande exploração capitalista e o campesinato, pois a primeira necessita de mão de obra ao seu redor para a exploração do trabalho e, esta reserva de força de trabalho se encontra exatamente entre os camponeses que necessitam de renda complementar em suas atividades, especialmente nos períodos de auge de produção, sendo este movimento sazonal (FARIA, 2001).

Faria (2001) aponta que Kautsky considerava sobre a progressiva aproximação da agricultura para a indústria, provocando o desaparecimento da pequena exploração, o que somente poderia ser impedido com o advento do socialismo quando, em razão da coletivização da terra, alcançaríamos o trabalho coletivo.

Vladimir Lênin, outro importante teórico do marxismo, responsável pela elaboração de um dos principais paradigmas de análise da economia camponesa, afirma que o campesinato está estruturado em três modalidades: a) camponeses ricos assemelhados aos burgueses; b) pobres assemelhados aos proletários e, c) médios, que eram a maioria e que, em algum momento, diferenciar-se-iam em burgueses e proletários, em razão do modo de produção capitalista e de suas relações mercantis sobre o campo. Aqueles que

obtivessem a capitalização, tornar-se-iam burgueses e , ao contrário, comporiam a classe dos proletários rurais. Lênin afirmou ainda que o capital pode até mesmo subordinar os camponeses, sem, no entanto, eliminá-los. (FARIA, 2001). Para referendar suas afirmações, Lênin analisou duas formas de organização do capital no campo: a via *farmer* ou americana, onde a penetração do capitalismo no campo se deu via modernização da pequena produção; e a via *juncker* ou prussiana, onde houve a modernização das grandes propriedades, como no caso da Alemanha.

Entretanto, como salienta Schneider (2003), o mérito destes estudos consiste no fato de que, ao imporem ênfase na análise do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, conseguem mostrar como formações sociais vão sendo superadas e mesmo eliminadas com o avanço do processo de divisão social do trabalho no capitalismo e indicam como aparecem novas categorias em seu lugar. Esta abordagem marxista poderá ser melhor apreendida em contraste com um enfoque da microeconomia do comportamento camponês formulada por Chayanov.

2.1.2 Chayanov e a especificidade da produção camponesa

A especificidade do sistema de produção camponesa que combina propriedade ou posse dos meios de produção e a realização do trabalho estão na base da racionalidade da produção camponesa, eixo central da teoria de Chayanov (1974).

Para Chayanov (1974), o campesinato não é orientado pela mesma lógica de funcionamento do capital, uma vez que depende do tamanho da família, composição e disponibilidade dos membros capazes de trabalhar, sendo que a composição da família determina os limites máximo e mínimo, e a atividade econômica da unidade camponesa. Nesse sentido, Faria (2001) aponta:

A composição da família determina os limites máximos e mínimos da atividade econômica da unidade camponesa. O volume máximo é dado pela utilização total da força de trabalho familiar. O volume mínimo é dado pela necessidade mínima de aquisição dos bens para manter a reprodução familiar. O ponto de equilíbrio entre o esforço máximo e o mínimo será encontrado onde a satisfação da demanda familiar se iguala a penosidade do trabalho. Este ponto, por sua vez, é meramente subjetivo e é determinado em função de: *i*) força de trabalho empregada (a penosidade); *ii*) os meios de produção disponíveis; e *iii*) a situação de mercado (FARIA, 2001, p.49).

Para Shanin apud Abramovay (1998b), o camponato é delimitado como uma entidade social, com quatro facetas essenciais interligadas: unidade familiar como unidade básica multifuncional de organização social, trabalho na terra e a criação de animais como principal meio de subsistência; cultura tradicional específica, diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais e a sujeição multidirecional a poderes exteriores.

O tipo ideal de sociedade camponesa, definida por Jollivet apud Oliveira e Duarte (2012), se institui pela:

- 1) Autonomia relativa das coletividades camponesas, frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades;
- 2) Importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e social da coletividade;
- 3) Sistema econômico da autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e desenvolve relações com a economia envolvente;
- 4) Coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com coletividades circunvizinhas;
- 5) Função decisiva de papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Abramovay utilizando de Tepicht, salienta que “a família camponesa cumpria, tanto no capitalismo como no socialismo, a função importante de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas” (ABRAMOVAY, 1998b, p.73), pois “o camponês não exige, para manter-se na atividade, a obtenção da taxa média de lucro (ABRAMOVAY, 1998b, p.74)”.

O camponês não pratica um cálculo contábil visando apurar custos de produção ou taxas de lucro, mas se orienta pelo que denomina “sobras”. O trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental da satisfação das necessidades familiares (ABRAMOVAY, 1998b, p.61), o que constitui a força de trabalho e, por isto, não se confunde com as necessidades de uma empresa.

Na economia camponesa ou natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfação das necessidades de cada unidade de produção que é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo. Por isto, o orçamento é, em grande medida, qualitativo: para cada necessidade familiar é necessário prover, em cada unidade econômica, o produto “in natura” qualitativamente correspondente (CHAYANOV, 1977, p.136).

A quantidade de trabalho é calculada (medida) considerando-se a extensão de cada necessidade única: é suficiente ou é insuficiente – é o cálculo que se faz . Não se coloca a questão da lucratividade comparada dos diversos dispêndios: os produtos, em geral, não são permutáveis e não podem substituir um ao outro; não se aplica uma norma comum a eles (CHAYANOV,1977, p.137). A essa parcialidade dos mercados, Abramovay (1998b, p.115) registra: “Nada mais distante da definição do modo de vida camponês do que uma racionalidade fundamentalmente econômica”. O entendimento das limitações que demarcam a especificidade das sociedades camponesas possibilita compreender melhor o que se entende atualmente por agricultura familiar.

2.1.3 A perspectiva histórica da agricultura familiar no Brasil

No Brasil, o debate e crescente fomento à agricultura familiar ganharam visibilidade política e social na década de 1990. Anterior a este período, variadas terminologias foram empregadas historicamente ao referir-se aos atores sociais que trabalhavam no meio rural: o camponês, o pequeno produtor, o lavrador, o colono, e o agricultor familiar.

Os debates sobre as categorias de trabalhadores no meio rural, incidiram sob o contexto histórico brasileiro, em meados de 1950, e permeou até o final da década de 1960. Os trabalhos realizados sobre a questão agrária buscavam explicar, sob o ponto de vista da economia política e da história, o caráter do desenvolvimento capitalista no Brasil, tendo como base principal o referencial marxista clássico. Nestes estudos, o termo “campesinato” abrangeria um conjunto de diferentes tipos de produtores minifundiários caracterizados pela produção de auto-consumo, que apareciam em oposição ao latifúndio (WEISHEIMER, 2009).

Para Prado Jr. (1969), o latifúndio se constituía como uma “exploração agromercantil”, que explorava mão de obra dos trabalhadores sem acesso à terra. Por outro lado, o campesinato era descrito como “pequenos produtores que trabalhavam por conta própria em terras suas ou arrendadas” (PRADO JÚNIOR, 1969, p.15).

Segundo Martins (1981), os termos campesinato e camponês, expressões oriundas da Rússia, foram introduzidas no vocabulário por políticos brasileiros de esquerda, pois, enquanto que, em alguns países, até 1950, o trabalhador do campo era denominado de camponês, no Brasil existiam outras denominações para a mesma designação: o caipira – designação dada às pessoas do campo da Região de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul; para os que desenvolviam esta atividade no litoral paulista, a denominação era caiçara; no Nordeste brasileiro, estes trabalhadores eram chamados de tabaréus; na região Sul, os colonos e em outras partes do País, as pessoas que viviam no campo eram denominadas de caboclos.

Para o autor, todas as palavras são polissêmicas, ou seja, fazem referência ao agricultor, a quem vive no campo, mas também indicam uma pessoa rústica, atrasada e ingênua, podendo ser interpretadas como palavras depreciativas, ofensivas e, muitas vezes, relacionadas à preguiça, à pouca disposição para o trabalho. Para Martins, no Brasil, houve um escamoteamento conceitual devido ao fato de termos uma história urbana dos que participam do pacto político, do qual o camponês é excluído e, pelo qual é visto como um ser inferior e não essencial. Esse fato fez com que a maioria de nossos livros de História pouco registrasse sobre o papel dos produtores de alimentos na construção do país, sendo o passado contado apenas sob a perspectiva da grande agricultura escravista, monocultora e de exportação – o ciclo do açúcar, o ciclo da borracha e o ciclo do café exemplificam essa tendência (ALTAFIN, 2007). No entanto, a recente historiografia brasileira tem buscado resgatar o papel do camponês como ator social atuante identificando suas especificidades e diferentes configurações.

Segundo Altafin (2007), o conceito de camponês destacou-se nos anos 50, ao mesmo tempo que se afirma como identidade política, em nível nacional. Do movimento de organização dos camponeses surgem as Ligas Camponesas, que defendiam a extensão dos direitos trabalhistas ao campo e, principalmente, a reforma agrária.

Presente inicialmente no Nordeste, espalhando-se por todo o País, as Ligas foram responsáveis pela mobilização de grande número de trabalhadores rurais e também urbanos. No governo de João Goulart, inicia-se a adoção de medidas no que tange ao direito sobre as áreas ocupadas e a formalização do instituto da desapropriação de terras, consideradas necessárias à produção de alimentos.

Para Silveira (1999), o conceito de camponês relaciona-se com aquele que luta pela terra, pois sem a luta, ele deixa de ser camponês. “ A luta pela terra é primordial, porque representa a fonte de sobrevivência da unidade de produção camponesa e também aparece como terra de trabalho”. (SILVEIRA, 1999, p.17). Neste sentido, no Brasil, as Ligas Camponesas trazem esta configuração de luta pela terra, o que contrasta com o ideário camponês, apoiado por Silveira (1999).

Para Altafin (2007), no início de 1964, o governo Brasileiro envia ao Congresso Nacional seu projeto de reforma agrária, que não chegou a ser votado. Com o golpe militar de 1964 e a perseguição aos partidos de esquerda, os movimentos organizados no campo são fortemente afetados, especialmente a partir da desarticulação das Ligas Camponesas. Isso resulta, necessariamente, na redução do espaço social para inserção do conceito de campesinato. Por outro lado, dentro da lógica do modelo de desenvolvimento adotado para o campo, voltado à modernização tecnológica em produtos agrícolas de exportação, o conjunto de agricultores passa a ser classificado quanto ao tamanho de suas áreas e de sua produção, divididos em pequenos, médios e grandes, pois havia o interesse do escamoteamento de desigualdades como o acesso à terra, por exemplo, e o estabelecimento de categorias operacionais, visando a aplicação diferenciada de políticas públicas, tais como o crédito rural, pesquisa e extensão rural.

Esta legislação, apesar de importante , enquanto medida pública voltada à questão agrária, foi transformada, desde a sua concepção -original por vetos e emendas, com o objetivo da incorporação dos interesses antirreformistas. Os grandes proprietários defendiam o problema da agricultura no Brasil como resultado de políticas econômicas inadequadas, falta de apoio público e de infraestrutura no campo. Nesta lógica, a existência de áreas ociosas não estavam relacionadas ao fato de o trabalhador rural não

ser o proprietário da terra (BRUNO, 1967). Desta forma, prevaleceu a via tecnologia produtivista, de transformação do campo através da modernização da agricultura.

Nesse contexto, na década de 70, com o início da “modernização conservadora”⁴, houve uma reintrodução de termos e os proprietários de pequenos lotes de terra deixaram de ser identificados como minifundiários ou camponeses, e tornaram-se pequenos produtores.

O termo “pequena produção” contribuiu para a determinar uma conotação menos politizada do que a noção de campesinato e, na década de 1980, o debate prosseguiu incorporando as transformações econômicas e tecnológicas presentes na agricultura brasileira, predominando, assim, as discussões em torno do grau de “integração” e “exclusão” das pequenas propriedades em relação aos complexos agroindustriais⁵.

De acordo, Porto e Siqueira (1994), integrados seriam aqueles produtores que conquistaram elos de ligação com as agroindústrias e os mercados consumidores. Já os pequenos produtores excluídos, por sua vez, eram aqueles que haviam sido excluídos do processo de modernização, e subordinava os pequenos produtores à sua lógica econômica e provocando um intenso processo de diferenciação social.

Na última década do século XX, o conceito de agricultura familiar é proposto pelas autoras Kageyama e Bergamasco, em que constataram que a agricultura familiar com base no trabalho familiar representava mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros (KAGEYAMA, BERGAMASCO, 1989).

No debate político, a organização dos agricultores motivou a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) a aliar-se a outros movimentos

⁴ A Modernização Conservadora, tiveram como característica o fato de a elite nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando em um pacto político entre a classe mais elevadas. Tal pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados (PIRES, 2009). No Brasil, esse fenômeno ocorreu a partir da década de 1960, onde vários países latino-americanos engajaram-se na chamada “Revolução Verde”, fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização.

⁵ Neste processo encontram-se envolvidas a substituição da economia “natural” por atividades agrícolas integradas à moderna industrialização, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da agricultura e a substituição das importações pelo mercado interno.

emergentes, como o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), ligado a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que havia sido criado em 1988. Destes movimentos surgiram formas de mobilização e propostas que produziram grande impacto político dando voz à concretização das necessidades da população rural, iniciando um debate para melhorar o acesso ao crédito, por melhoria dos preços agropecuários, por formas de comercialização diferenciadas, pela implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, por proteção contra a desregulamentação e a abertura comercial indiscriminada (SCHNEIDER, 2003).

Neste sentido, como primeira conquista enquanto categoria política, o governo criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF⁶), que veio atender àqueles que exploram e dirigem estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceleiros.

Desta forma, a categoria do agricultor familiar surge impulsionada, principalmente, pela mobilização social, tornando-se uma denominação de uma identidade política, tanto o conceito de agricultura familiar como um modo de produção familiar, referindo-se aos postulados da teoria marxista, registra-se a concepção de Karl Marx, onde a tendência da agricultura familiar é o desaparecimento com o decorrer do tempo, pelo fato da categoria não ter capacidade de competir com a dinâmica do capitalismo. Contudo, as novas ruralidades, apoiadas pelos movimentos sociais e novas políticas de desenvolvimento, trazem um novo rural que emerge, justamente no sentido de se inserir e competir dentro da economia capitalista, como veremos no próximo subitem.

2.1.4 A agricultura familiar em um novo rural

O pensamento marxista trouxe algumas concepções sobre a chegada do capitalismo no campo, sendo este o resultado da subordinação da agricultura ao setor

⁶ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O crédito pode ser usado para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

industrial. A indústria tem a função revolucionária de extinguir o trabalhador familiar, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Neste contexto, as modificações, que ocorrem na agricultura familiar, inserem as atividades agrícolas no movimento de valorização do capital, atingindo a forma de propriedade da terra, as relações de trabalho e a própria produção agrícola.

A hipótese da eliminação da agricultura como produção familiar foi indicada por autores como Marx, Lênin e Kautsky e, a sustentação para tal idéia, consiste na passagem da agricultura de sobrevivência para uma agricultura capitalista, na qual a produção deixaria de ter valor de uso, ou seja, não ficaria restrita ao suprimento das necessidades da família. Pelo contrário, com a dominação da agricultura pelo modo capitalista de produção, o trabalho familiar passa a adquirir uma finalidade de valor de troca (fórmula dinheiro-mercadoria-dinheiro). A mudança de papel do trabalhador se constitui em outro fator inevitável, pois integrariam as necessidades do sistema então vigente. Atrelado a tal problemática, está o fato da agricultura familiar apresentar uma série de demandas, as quais, de certo modo, viabilizaram o fortalecimento da categoria.

Com base neste contexto, Marx aponta a extinção do agricultor familiar devido à lógica de mercado excluí-lo do sistema produtivo. Entretanto, as transformações ocorridas na agricultura, que iniciaram com o advento do capitalismo e da industrialização do campo, juntamente com o crescimento e a expansão das cidades, criaram novos cenários de sociabilidade e de trabalho. Por outro lado, as renovadas funções demandadas pela sociedade às famílias rurais – entre as quais a produção de alimentos de qualidade; a preservação dos recursos ambientais e do patrimônio histórico e cultural rural; a agroindustrialização em unidades familiares; o turismo rural, etc –, formam a multifuncionalidade que a agricultura familiar passa a assumir perante a sociedade.

A noção de multifuncionalidade da agricultura é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias rurais e territórios, na dinâmica de reprodução social, considerando o modo de vida das famílias, na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos. A noção incorpora a provisão, por parte desses agricultores, de bens públicos relacionados com o meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural (MALUF, 2002).

Segundo Carneiro e Maluf (2003), a multifuncionalidade brasileira é formada por um conjunto de funções, as quais destaca-se: a reprodução socioeconômica das famílias rurais, a promoção da segurança alimentar do seu núcleo familiar e da sociedade, a manutenção do tecido social e cultural, a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Para Veiga (2004), nesta nova realidade, os agricultores familiares são responsáveis pela produção de alimentos saudáveis, preservação das tradições, conhecimentos, culturas, saberes e manutenção dos espaços rurais. Desta forma, novas atividades surgem nos espaços rurais, complementando a renda tradicionalmente obtida com as atividades agrícolas. Estas atividades remetem à necessidade de novos arranjos organizacionais, como associações, pequenas cooperativas, mudanças nas relações trabalhistas, que permitam a cobertura e os direitos principalmente de quem vende sua força de trabalho.

A ideia de um “novo rural”, defendida por Veiga (2002), fundamenta-se no número e na qualidade, cada vez mais diversificados de ocupações e sua heterogeneidade. Se, em geral, têm se reduzido às perspectivas de trabalho na agricultura, provenientes de maior uso de tecnologias, ao mesmo tempo há ampliação das referências de padrão de vida baseadas no estreitamento das relações campo/cidade.

Nesta configuração do rural, novos mercados, tais como o comércio ético e solidário, são responsáveis por novos espaços de inserção da agricultura familiar, com a prática de modelos de produção de alimentos, com o emprego de métodos agroecológicos e orgânicos em feiras locais e regionais, com o objetivo da coordenação do comércio dos produtos, aproveitamento e dinamização do espaço para o turismo rural, através da comida típica, artesanato rural, valorização do patrimônio natural e prática de turismo de aventura.

Conforme aponta Schmidt (2003), é fundamental o papel da agroindústria de pequeno porte gerida pelos agricultores familiares, diante das novas propostas de desenvolvimento sustentável, que apresenta seu potencial como instrumento capaz de proporcionar uma nova forma de gestão de território e ampliação de trabalho e renda. As agroindústrias familiares compreendem a elaboração e processamento de farináceos,

panificados, doces, geléias, embutidos, derivados de leite, dentre outras possibilidades de agregação de valor.

Além destas alternativas de geração de renda, a pluratividade viabiliza também a permanência de muitas pessoas no meio rural, empregando a mão de obra no meio urbano. Neste sentido, temos:

[...] parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora da propriedade. Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada de pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra (SCHNEIDER, 2003, p.100).

Trata-se de uma realidade onde os agricultores praticam as estratégias de diversificação socioeconômica de seus estabelecimentos, através, por exemplo, do associativismo e da agroindustrialização, em pequena escala. A estratégia consiste no desenvolvimento de atividades não-agrícolas, que “complementaria” a renda agrícola, possibilitando a permanência no campo e consequente capitalização das propriedades. E, decorrente deste cenário, os jovens surgem como importantes sujeitos na busca de alternativas produtivas e continuidade no meio rural.

2.1.4.1 Abramovay e a moderna agricultura familiar

Abramovay apresenta, em *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* (1998b), a mais complexa formulação acerca dos agricultores familiares entre os estudiosos brasileiros. Nesse trabalho, o autor examina a experiência das nações capitalistas, mas avançadas, onde a agricultura familiar aparece como a base de uma agricultura altamente produtiva e profissionalizada, capaz de incorporar os principais avanços do desenvolvimento tecnológico, sem perder, contudo, o caráter familiar da gestão e do processo de trabalho.

Abramovay (1998b), ao considerar a integração da agricultura familiar com a sociedade capitalista, aponta:

[...] é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho (ABRAMOVAY, 1998b, p.22-127).

Para Lamarche (1993), outro pensador que defende a idéia da agricultura familiar e a define como o acesso à terra, o trabalho e a reprodução familiar; porém, o autor ressalta o aspecto da integração ao mercado como responsável pela dependência tecnológica, com variações regionais passíveis das condições ambientais, econômicas, sociais e políticas diferentes.

Wanderley (2001), considera que além da detenção dos meios de produção, a família, é a principal força de trabalho, produz para o consumo e para o mercado. A conjugação destas características, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associada à família-produção-trabalho tem consequências primordiais na forma de ação econômica e social, pois, a partir desta configuração, ocorre a reprodução das gerações subseqüentes.

Para a FAO-IN CRA (1994), a agricultura familiar é definida com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gestores, ou seja, pessoas que detinham a gestão do trabalho e organização da unidade de produção.

Veiga *et al.* (2001) ressaltam a importância da presença da agricultura familiar no meio rural brasileiro, visto que uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura. Dessa forma, a dinâmica do meio rural assume diferentes arranjos produtivos, decorrentes de vários fatores, sejam eles, técnicos, ambientais, étnicos e sociais, pois influenciarão no comportamento e na escolha das atividades produtivas a serem desenvolvidas nas unidades produtivas e nas comunidades.

Assim, a maioria das definições de agricultura familiar adotadas, baseia-se na mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Em todas as definições, há um ponto em comum: ao mesmo

tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento. Ou seja, a agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, com ênfase na diversificação através do trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Em consequência, o núcleo familiar exerce participação direta na continuidade do trabalho e da linha sucessória das unidades de produção. A preocupação constitui em que momento e como o processo ocorre e, para tanto, esta situação é fundamental na atuação do jovem nas unidades de produção familiares, para a continuidade de produção da agricultura familiar.

2.1.5 A juventude da agricultura familiar

A agricultura familiar é marcada por determinadas características e especificidades que diferem estes agricultores de outras categorias sociais. O surgimento de uma nova geração de agricultores acontece no interior dos próprios estabelecimentos através da socialização no trabalho e no modo de vida do meio rural, que inicia na infância, perpassa a juventude, continua na vida adulta, e prossegue ao longo tempo em diferentes contextos que possibilita a reprodução socioeconômica.

A nova dinâmica do rural adquire uma condição multifuncional, quando o espaço rural se funde com o urbano produzindo uma inter-relação, cujo resultado é uma crescente valorização das áreas rurais do seu "*modus vivendi*". No entanto, a conservação desse modo de vida compreende as percepções e as relações que os jovens rurais possuem sobre o ambiente rural. Os jovens são atores deste desenvolvimento local, em vez de serem apenas os beneficiários passivos deste processo e são determinantes nas estratégias do desenvolvimento.

Os jovens do meio rural podem ser definidos, conceitualmente, por diferentes abordagens, incluindo a caracterização pelo ciclo de vida, faixa etária, geração, cultura ou modo de vida e pela representação social.

Para Wanderley (2007), a juventude é um estágio, onde ocorre a entrada para a vida em sociedade e, como situação de passagem, compõe uma situação de relatividade, onde há direitos e deveres, responsabilidade e independência mais amplas do que as que se referem a crianças e não tão completas quanto na fase adulta.

A juventude corresponde a um momento no ciclo de vida, caracterizado por um período de transição entre a infância e a idade adulta. Culturalmente determinada, a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária (WANDERLEY, 2007, p. 22).

Considera-se, também, a existência de um “período” de múltiplos conflitos, pois, os papéis sociais inerentes à fase adulta também são relevantes. A juventude, na concepção de Levi e Schmidt (1996), deve ser considerada como uma fase crucial para a formação de cada um, tratando-se da maturação do corpo e do espírito, ou no que tange às escolhas decisivas, que preconizam a inserção na vida comunitária.

Na definição que apresenta a juventude através da idade cronológica, a Unesco (2004), conforme já nos referimos aponta que os jovens abrangem a faixa etária que compreende os 15 aos 29 anos, cuja principal característica é a sua transitoriedade. Pois, geralmente aos 15 anos, os jovens estão iniciando a sua participação na vida social pública e perdura até aos 29 anos.

A definição dos limites etários, em muitos casos, não ressalta as diferenças entre a idade biológica e social, mas é interessante a busca da compreensão de tais limites, socialmente constituídos e, como pertencimento a um grupo de idade, pode se transformar em parâmetro em papéis sociais específicos atribuídos.

Neste processo de socialização e atribuição de papéis específicos, Silva (2002), atribui a juventude sob a ótica de um estágio, uma situação de passagem, conforme segue:

[...] a juventude, como construção social, tem sido vista como uma “fase da vida”. Fase esta marcada pela instabilidade e incertezas que são relacionadas a “problemas sociais”, [...]. Um dos desdobramentos dos assim-denominados “problemas sociais” são as tensões que vão sendo gestadas em torno da vontade de permanecer por muito mais tempo longe das responsabilidades, tais como casamento e constituição de família, para dedicar-se a outros projetos (estudo, profissão, divertimentos, por exemplo) e um mercado de trabalho cada mais restrito aos jovens com ou sem experiência profissional (SILVA, 2002, p. 99).

Para Pereira (2004, p.15), os estudos sobre juventude caminham no sentido de “reconhecer particularidades ligadas à geração ou específicas características de grupos de jovens”. Características essas, que se mostram nos estilos de vida, de moda e comportamentos, que atribuem à juventude “o papel de propulsora real ou potencial dos processos de transformações sociais, políticas e culturais” (PEREIRA, 2004, p.15).

Em relação ao enfoque conceitual do modo de vida (Carneiro, 1998^a) preconiza que as identidades locais não são mais sustentadas na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade e, principalmente, na maneira específica das combinações práticas e valores originários de universos culturais distintos, o que identifica como “rurbanização”, Ainda, segundo a autora, neste contexto, os jovens filhos de agricultores reelaboram suas identidades sociais e questionam, então, os projetos de reprodução do modo de vida, pautados exclusivamente na atividade agrícola, reivindicando melhores padrões de vida, valores e condições materiais tidos como “urbanos”, o que se expressa no “ideal rurbano” (CARNEIRO, 1998a).

A juventude também pode ser conceituada como modo de vida, onde Carneiro (1998a, p.1), revela que a juventude é “afetada pelas transformações que o campo vem sofrendo, oriundas de processos econômicos que deflagram na desestabilização da agricultura familiar”.

Esse mesmo modo de pensar é também reforçado por Pereira (2004) quando ele destaca:

[...] os jovens das localidades agrícolas não estão isolados ou imunes às transformações da sociedade moderna, mas suas respostas são resultados da força que exerce a cultura local diante das novidades que parecem pertencer a um outro mundo. Na verdade, diante da fluidez das fronteiras entre os espaços sociais, é preciso observarmos as respostas locais e temporais (PEREIRA, 2004, p. 17).

A respeito das identidades e sobre as influências que o espaço urbano efetiva sobre o meio rural, deve-se reportar para o que Hall (1999, p38) apresenta como: “[...] múltiplas e dinâmicas as maneiras de ser jovem, bem como inacabadas são as formas de identificação. Em que [...] em vez de falar da identidade dos jovens como algo acabado (homogêneo), deve-se vê-la como um processo em andamento [...] ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada”.

Hall (1999) também aponta a juventude no atual contexto de mudanças e transformações, onde cada indivíduo passa a assumir não apenas uma identidade, porém, múltiplas identidades, as quais variam de acordo com o momento ou situação vivenciada, bem como o ambiente e o contexto social, político, econômico e cultural, pelo qual passa o homem e a sociedade. Neste sentido, Hall (1999), salienta que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado”. Isto ocorre com todos os indivíduos, sendo que se incluem os jovens rurais, pois vivem diante de um confronto de idéias e valores: quando em contato com o mundo rural, o jovem possui uma forma de pensar e agir, e, em contato com o mundo urbano, possui outras idéias e conceitos.

Esse contato com diferentes realidades, grupos e ideias, faz com que o jovem rural construa a representação social de si. Esta é entendida por Frossard (2003, p. 45), como sendo o “conjunto de informações, imagens, símbolos, definições, ideias, crenças, saberes, concepções culturais que surgem das inter-relações coletivas do ser em um dado contexto social”. Pensa-se que estas relações, a partir das quais o indivíduo constrói sua representação social, também interferem na construção de suas identidades, como aponta o autor, quando afirma que “a representação social interfere na construção ou formação das identidades sociais individuais” (FROSSARD, 2003, p. 46).

Acredita-se, portanto, que o jovem rural, a partir do contato que mantém com diferentes realidades (rural e urbana) e grupos sociais (Igreja, comunidade, escola, entre outros), constrói sua representação social e esta interfere na formação de sua identidade, ou de suas diferentes identidades.

Sendo assim, Giddens (1991, p.13) coloca que “a escolha do estilo de vida é cada vez mais importante na constituição da auto identidade e da atividade diária”, pois o modo de viver determinará a qualidade de vida que os indivíduos buscam e se sentem satisfeitos com aquela realidade social em que estão inseridos.

Na realidade, a população juvenil não é homogênea, ela está diferenciada por níveis socioeconômicos, região, gênero, período de idade e identidade cultural. Cada uma destas diferenciações define condições de vida, condutas e ensinamentos de ações distintas, mas, sobretudo, estabelece um marco diferenciado de vínculos com a população adulta, no interior e fora da família, e de relações de poder que estabelecem limitações e oportunidades para o desdobramento de suas potencialidades, como jovens, visando o seu futuro como adulto.

Nesta circunstância, onde se discute a formação da identidade social do jovem rural, o convívio está relacionado com os ensinamentos e as práticas, que possibilitam aos jovens a permanência e sucessão de gestão e do trabalho dos pais, nas atividades rurais, ou, até mesmo, a constituição da própria unidade de produção. Entretanto, o processo de transação geracional é gradual e observa a iniciativa do jovem em relação à permanência no meio rural. Conseqüentemente, a permissão e incentivo dos pais em relação à participação dos jovens rurais na gestão e organização das atividades na unidade de produção, é fundamental.

2.2 Instrumentos de Pesquisa

Utilizou-se, na realização deste estudo, uma abordagem metodológica quali-quantitativa. Segundo Rampazzo (2002), neste tipo de abordagem, a pesquisa qualitativa requer uma busca de quem pesquisa na realidade e nos contextos histórico, geográfico, social, econômico e cultural dos atores sociais a serem estudados. Sendo assim, quanto mais inserido a um aspecto do problema, maior a capacidade de percepção para uma posterior análise das informações considerando as particularidades, subjetividade e autenticidade do objeto em estudo. Já para Borba (2001), a pesquisa qualitativa permite compreender os sujeitos pesquisados em uma visão ampla. Ou seja, além dos dados computados, a pesquisa quantitativa direciona a visualização do público, em sua prática social.

Na pesquisa quantitativa, segundo Fonseca (2002), os resultados podem ser quantificados, e se centram na objetividade, onde utilizou-se técnicas estatísticas para apresentar as informações. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se do que se obteria, de forma isolada.

Observando-se a complexidade do espaço rural, no que se refere aos jovens no âmbito da agricultura familiar, com as especificidades que envolvem esse contexto cultural, bem como as interações destes jovens com a comunidade e a família, tornou-se oportuno a adoção do modo de pesquisa quali-quantitativa, por reunir ambas as abordagens. Ou seja, tanto pelo fato de ser possível o contato com os atores sociais para levantamento de informações qualitativas, como a possibilidade de quantificação destas informações, visando análises sobre as condicionalidades de permanência dos jovens no meio rural.

2.2.1 Coleta dos dados

A coleta de dados, ocorreu em unidades de produção familiares (UPFs), nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul, territórios localizados na Região do Alto Uruguai, porção norte do Estado do Rio Grande do Sul.

A pesquisa foi realizada em unidades de produção familiares, com atuação de jovens nas atividades produtivas em suas propriedades rurais, junto a seus progenitores. A identificação e seleção das unidades de produção familiares foram apontadas pela Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/RS-ASCAR) e pelo Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF-AU).

As atividades envolvendo a pesquisa de campo ocorreram no período de janeiro a abril de 2013, onde, inicialmente, realizaram-se os contatos e agenda de visitas e, a seguir, iniciaram-se as visitas às unidades produtivas com o respectivo preenchimento de questionários foram realizadas as entrevistas semiestruturadas (Apêndice B e D) também com os jovens e os pais, as quais foram gravadas. Salienta-se ainda que o pesquisador realizou diários de campo e registros fotográficos das visitas. Também, sempre que

necessário, voltou-se a campo para buscar maiores esclarecimentos nas unidades de produção familiares. Os sujeitos pesquisados assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE E), e assegurou-se o sigilo das identidades dos participantes.

Segundo dados da EMATER/RS-ASCAR (2012), o município de Aratiba possui cerca de 980 unidades de produção familiares, sendo que para esta pesquisa foram selecionadas o número de quatro (4) UPFs. Em Itatiba do Sul, são cerca de 640 UPFs (EMATER/RS-ASCAR, 2012), onde foram escolhidas três (3) unidades de produção familiares, perfazendo um total de sete (7) UPFs, e de 34 pessoas envolvidas diretamente na pesquisa.

No que tange a seleção das unidades de produção familiares, cabe informar que a escolha seguiu indicação da EMATER/RS-ASCAR – Escritório Municipal de Itatiba do Sul, juntamente com o SUTRAF-AU, em razão do vínculo da pesquisadora com as entidades citadas, quando do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e, em contrapartida, a pesquisadora frequentou aulas do programa e análise da categoria dos jovens rurais.

A amostra componente da pesquisa foi selecionada pelas entidades acima referidas, devido à inserção e a proximidade destas famílias, bem como as experiências de jovens, de ambos os sexos, em permanência nas unidades produtivas. Neste sentido, os dados sistematizados foram coletados através dos questionários de caracterização socioeconômica produtiva da unidade de produção familiar (Apêndice A e C), e entrevistas semiestruturadas que identificaram os aspectos socioculturais da organização familiar com os pais (Apêndice B) e com os jovens (Apêndice D).

2.2.2 Análise dos dados

A análise dos resultados, a respeito do processo social de permanência dos jovens rurais nas unidades de produção familiares, nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul, no que determina os elementos socioculturais motivadores da permanência dos jovens no meio rural, contemplou, tanto a forma de participação dos jovens nas atividades econômico-produtivas, nas unidades de produção familiares, como as políticas públicas, que enfatizam a permanência dos jovens no meio rural. Estas informações foram

analisadas sob a ótica do conteúdo, a partir do questionário e do roteiro de entrevista semi-estruturada. As informações dos questionários foram tabuladas a partir de ferramentas de estatística e, após a identificação dos resultados, procedeu-se a quantificação de resultados, a partir da edição de gráficos em Excel, para a compreensão qualitativa das informações obtidas.

A análise e interpretação dos dados das entrevistas foram analisados e confrontados, com o material bibliográfico articulado ao resultado do material da pesquisa de campo, onde foi feita uma análise descritiva dos resultados qualiquantitativos, a partir dos dados obtidos junto às unidades de produção familiares.

Ressalta-se que, para atingir os objetivos propostos pelo estudo ligados a contribuição dos jovens no processo sociohistórico de ocupação e desenvolvimento da Região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul foram necessários registros fotográficos, pesquisa bibliográfica e documental.

Segundo os autores Lakatos e Marconi (1999), a pesquisa bibliográfica é abrangente e envolve toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Para Santos (2000), a pesquisa documental é realizada em fontes como: tabelas estatísticas, notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, associações, igrejas, hospitais, sindicatos. Desta forma, utilizou-se fotos disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Erechim, documentos informativos disponíveis na Emater/RS-Ascar e Sutraf-AU.

Através destes procedimentos metodológicos, o processo social da permanência dos jovens rurais junto às unidades de produção familiares, nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul (RS), foi analisado.

3 A FRENTE COLONIZADORA E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO ALTO URUGUAI, RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo apresenta aspectos sobre o processo de ocupação e desenvolvimento da Agricultura Familiar na Região Alto Uruguai. As ações colonizadoras provocaram conflitos e migrações, a desterritorialização dos indígenas e caboclos, e a reterritorialização dos descendentes de imigrantes europeus no território. Além disto, discorre-se, neste capítulo, sobre a atuação, dos colonizadores no processo de formação, evolução e transformação da agricultura familiar e das e das unidades de produção, com indicação, também, dos meios de produção, formas de trabalho, de sociabilidade, de entretenimento, participação de jovens no trabalho e no crescimento da produção agropecuária.

Na parte final do texto, são apresentados elementos ocasionados pela modernização agrícola no meio rural, bem como a formação dos complexos agroindustriais e as consequências sociais, que se refletiram no meio rural.

3.1 As famílias e o trabalho na ocupação do Alto Uruguai

O incentivo à busca de territórios produtivos permeou a povoação e o desenvolvimento das atividades determinantes do crescimento nas regiões do Sul do País, motivado pela exploração da madeira, erva-mate, pecuária, cultivo do solo e geração de alimentos, dentre outras atividades, posteriormente, desencadearia a expansão da frente pioneira para várias áreas do Rio Grande do Sul.

Na Região⁷ Alto Uruguai, os indígenas das etnias Kaingang e Guarani, povoadores pioneiros, dedicavam-se ao cultivo da erva-mate para o autoconsumo.. Mais tarde, os caboclos, grupo social resultante do cruzamento entre brancos e indígenas, além da produção de alimentos para consumo familiar, secundariamente, realizavam trocas de produtos para as suas necessidades de consumo. Tradicionalmente, muitos destes indivíduos migravam, em virtude de características próprias da agricultura de roça e o deslocamento era lento, vinculado à terra, ou seja, realizava-se pela prática da combinação de períodos de cultivo e períodos de pousio da terra e/ou agricultura de coivara⁸. Depois de um certo tempo de cultivo no terreno, os indivíduos se deslocavam para um novo espaço dentro da mata, os chamados “clarões no meio da mata” e, deste modo, a fronteira se expandia em direção à mata, incorporando a pequena agricultura familiar (MARTINS, 1997).

No entanto, o tempo, a necessidade de crescimento e o espaço para o estabelecimento de populações fizeram com que o pioneirismo avançasse sobre a Região Alto Uruguai. Semelhante a outras regiões brasileira “a ideia esteve relacionada a criação do novo, da nova sociabilidade”, ou seja, “o pioneiro inovador”, levou o progresso para áreas primitivas (MARTINS, 1997, p. 153).

Na adequação desta realidade ao Rio Grande do Sul, percebe-se que a Região Alto Uruguai foi o último território a ser explorado, devido às dificuldades de ocupação relacionadas à densa floresta presente em uma área de 571 mil hectares, e a população indígena estabelecidos neste espaço (SILVA NETO, BASSO, 2005).

Os indígenas, segundo Laroque (2006) pertenciam à etnia Kaingangue, grupo este que sofreu diretamente o impacto da frente pioneira, com o avanço da parte centro-norte do Rio Grande do Sul e, à medida que a floresta era derrubada, os Kaingangues se direcionavam aos locais com oportunidade de segurança e alimentos ao grupo.

⁷ O Conceito de Região adotado nesta dissertação, se reporta as considerações de Santos (2003). Dessa forma, a região neste caso possui limites espaciais coesos, e características muito similares na organização local, econômica, social, político e cultural.

⁸ Coivara é uma técnica agrícola tradicional utilizada em comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas no Brasil. Inicia-se a plantação através da derrubada da mata nativa, seguida pela queima da vegetação. Há, então, a plantação intercalada de várias culturas (rotação de culturas), como o arroz, o milho e o feijão, durante 3 anos.

Além dos grupos Guarani e Kaingang, ocorreu um processo de miscigenação étnica de indígenas com europeus lusitanos e trabalhadores escravizados, fazendo surgir o caboclo, cuja principal atividade era a agricultura de autoconsumo, com o extrativismo da erva mate e o tropeirismo (SILVA, *apud* COMASSETO, 2009). O aparecimento do caboclo nessa Região está relacionada ao estabelecimento das tropas de gado, que ligavam o Rio Grande do Sul ao centro do País e constituíam mão de obra para arrebanhar e tropear o gado. No entanto, com o fim dessa prática, os caboclos permaneceram na região, desenvolvendo uma agricultura itinerante, explorando a madeira e erva-mate. De acordo com Ruckert (1997, p.22), “o caboclo se tornou um peregrino, extraindo erva-mate, praticando uma agricultura rudimentar, de sobrevivência, e sem paradoro fixo”.

A pressão pela expansão fundiária e a pressão demográfica, fez a Região norte do Rio Grande do Sul, entrar no circuito de colonização, devido à falta de terras cultiváveis localizadas nos territórios das bacias hidrográficas do rio dos Sinos, rio Caí e rio Taquari-Antas. Esta expansão promoveu a migração das etnias alemã e italiana, bem como a chegada das etnias polonesa e judaica, visando a produção de alimentos e condições de reprodução social às famílias, pois a agricultura praticada pelos caboclos não gerava excedentes pretendidos e não atendia, a contento, os núcleos urbanos.

Singer (1978) aponta que, um dos motivos para explicar esta migração, vincula-se aos baixos índices de produtividade em consequência da pressão demográfica, sobre pequenos lotes de terra e o mecanismo de partilha por herança. Esta necessidade por terras, combinada aos fatores de estagnação e construção de ferrovia, ligando o Rio Grande do Sul ao centro do País, desencadearam um ritmo acelerado de povoamento do Alto Uruguai.

Os índios, segundo Zarth (1997) foram às primeiras vítimas do processo de privatização das terras. Na Região do Planalto e em outras áreas do sul do Brasil, os remanescentes das antigas reduções jesuíticas e os Kainganges foram surpreendidos pela destruição de seus territórios. Segundo Ruckert (1997, p. 87), “[...] a apropriação inicial, entendida como ocupação, corresponde à destruição do território indígena e caboclo e à construção de novas e diferentes formas fundiárias”. A forma utilizada pelo governo para determinar o espaço ao imigrante foi a Lei das Terras, na qual a

demarcação como terras devolutas, que os posseiros habitavam e, pela via de desapropriação dos negros e índios, deu-se, em grande parte, na colonização da Região do Alto Uruguai.

Na região Alto Uruguai, o Estado demarcou 90.085 hectares entre os anos de 1912 a 1922 (CASSOL *apud* MARTINAZZO, 2011). Dessa forma, o Governo recorrendo a estratégia de transformar os tradicionais territórios Kaingang em terras devolutas⁹, reunindo os indígenas em toldos. E o governo terceirizou a venda das terras, ou seja, repassou a responsabilidade de demarcar os lotes e abrir as estradas a empresas privadas.

Zarth (1997, p. 26) aponta que camponeses pobres não tinham recursos para medir as terras a que teriam direito legalmente por serem posseiros [...]. Aproveitando-se destas condições, os usurpadores requeriam as terras às instâncias superiores e tornavam-se proprietários delas em detrimento dos posseiros que ali viviam. Dessa forma, o acesso a terra, do ponto de vista legal, era difícil para as camadas pobres da população camponesa.

Dessa forma, Zarth (1997), também aponta que os colonos¹⁰ imigrantes que se estabeleceram como agricultores em pequenas propriedades constituíram-se numa nova classe na estrutura sócio-política da região, e as autoridades políticas desconsideraram aqueles que já habitavam a Região.

O povoamento pelos colonos começou nas terras repleta de pinhais e demais formações arbóreas, descendo pelos vales até atingir as encostas acidentadas do rio Uruguai e de seus afluentes. Esse processo de expansão foi também motivado pela construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRG) (FREITAS; KONZEN,

⁹ Na colônia Erechim, os lotes possuíam, em torno de 25 hectares, e são vendidos e não doados. Pois a mesma foi planejada pelo estado, no entanto sua execução foi partilhada com empresas privadas de capital internacional, tais como a Colonizadora Luce Rosa e a Jewinh Colonization Association – JCA.

¹⁰ Para Seyferth (1993, p.38): “No seu significado mais geral, a categoria colono é usada como sinônimo de agricultor de origem européia, e sua gênese remonta ao processo histórico de colonização [...] e ainda” A categoria colono foi construída, historicamente como uma identidade coletiva com múltiplas dimensões sociais e étnicas”. Além disso, a designação está relacionada justamente ao terreno de 25 hectares que era a área que o agricultor imigrante recebia para o desenvolvimento de suas atividades.

1983). A figura 1 ilustra o momento da demarcação das terras, em que foi registrado o encontro com um grupo indígena Kaingang em meio às matas do Alto Uruguai (RS).

Figura 1 – Colonizadores e um grupo indígena Kaingang em Rio Novo (Aratiba)



Fonte – Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Fonte, Erechim (RS), 1928a.

Além da incorporação de novas terras ao circuito produtivo, a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG) permitiu que novos colonos ou descendentes destes chegassem à Região e, ao mesmo tempo, ocorresse a produção de alimentos. Neste caso, os trilhos serviam de meio para a distribuição de matérias-primas, transporte de gêneros alimentícios e passageiros, e, como garantia da segurança das fronteiras do Estado do Rio Grande do Sul (WICKERT, 2003).

A base geográfica e física deste modo de vida iniciou com a abertura das estradas em um tipo de “povoamento rural disperso”, onde cada família usufruiu delimitação geográfica, onde as propriedades dispunham-se ao longo das linhas ou picadas, que foram os caminhos abertos pelos pioneiros na mata, servindo, desde o início, como linhas de comunicação (WAIBEL *apud* PLEIN, 2003).

A região apresentou variadas etnias colonizadoras, que desencadearam processos ocupacionais diferentes: os colonos e descendentes de italianos e alemães aglomeraram-se, inicialmente, no entorno da via férrea, nos municípios de Getúlio Vargas (Erechim), Erechim (Paiol Grande), Gaurama (Barro), Viadutos, Marcelino Ramos e, posteriormente, em regiões próximas formadoras dos municípios de Barão de Cotegipe (Floresta), Aratiba (Rio Novo) e São Valentim.

Em 1909, a Jewish Colonization Association adquiriu a fazenda Quatro Irmãos, a fim de instalar um núcleo de judeus, em uma área de aproximadamente 93.985 hectares, cobertos por pinhais. A aquisição desta área foi destinada à instalação de serrarias, para atendimento à própria ferrovia e, apesar do grande incentivo dado a estes agricultores judeus, esta colônia não prosperou devido à inaptidão agrícola e falta de apoio institucional. Em 1915, a Fazenda Quatro Irmãos estava despovoada e as terras foram comercializadas para não-judeus (GIARETTA, 2008) e, deste território, foram emancipados a partir de 1950, os municípios de Erebango, Quatro Irmãos, Jacutinga, Campinas do Sul e Cruzaltense.

Diferente da instalação dos descendentes dos colonos italianos, alemães e judeus, que se fixaram em terrenos com topografia plana e de fácil acesso, já os poloneses instalaram-se em locais acidentados, concentrando-se em locais como Barro (Gaurama), Floresta (Barão de Cotegipe), Nova Polônia (Carlos Gomes), Treze de Maio (Áurea) e Centenário.

Após o estabelecimento da família na propriedade rural, iniciava a atividade agrícola que forneceria mantimentos para o provimento familiar. Na propriedade colonial trabalhavam todos os membros de família (pais, jovens e crianças) WENCZENOVICZ (2010). Além disso, Ducatti Neto (1981), aponta que as famílias estabelecidas na região iniciavam o trabalho com a roçada dos arbustos menores, e em seguida era realizada a derrubada das árvores de grande porte. Terminada esta fase, deixava-se o mato secar e, a seguir, procedia-se a queimada a fim de realizar a semeadura do milho, feijão, entre outras espécies cultiváveis.

Plein utilizando-se do estudo de Jungblut aponta:

[...] as propriedades eram novas, quase todas em mato. As terras eram naturalmente férteis [...] o agricultor derrubava o mato, fazia a queimada e cultivava a área sem critérios de conservação. Ele procurava livrar o quanto antes à lavoura de troncos, raízes e tocos e para tal, apelava para as queimadas. No mais, lavrava a terra na primavera e fazia o plantio. Combatia o inço com a enxada. Em poucos anos as terras estavam exauridas. Não praticava rotação de cultura, nem combatia a erosão e levava de vez em quando algum esterco ou alguma palha para a roça (JUNGBLUT *apud* PLEIN, 2003, p. 73).

O lote colonial e a família funcionavam como unidade produtiva, sendo que o sucesso dependia do bom desempenho da mesma. O trabalho da mulher ultrapassava os limites da casa e da educação dos filhos. Ela trabalhava na roça, cuidava dos animais e da horta. Conforme aponta Wenczenovicz (2010), as crianças era recrutadas para as mais variadas tarefas: iam para a roça, cuidavam dos animais e auxiliavam no trabalho doméstico.

Para Heredia, (1979, p. 73), as crianças se iniciam nesse circuito de aprendizagem no espaço do quintal, geralmente definido como domínio da mulher. Nesse espaço, recebem a atribuição de cuidar das galinhas, alimentando-as, recolhendo os ovos, etc. Dependendo da composição do grupo doméstico em seu ciclo de desenvolvimento e da compleição física da criança, esta entre sete e oito anos passa a cuidar da criação dos animais de médio porte, tais como ovelhas e cabras. Por volta dos dez anos de idade, podem receber um pedaço de terra para começar a “lidar com o gado” (figura 2), e começam a ajudar o pai na feira carregando e descarregando produtos. As meninas, aos dez anos, frequentemente assumem boa parte das tarefas domésticas, a fim de liberar o tempo da mãe para as atividades da roça. Após este período, as moças integram-se ao trabalho doméstico, bem como a algumas atividades agrícolas, enquanto que os rapazes integram-se aos trabalhos externos da casa, detendo-se aos cuidados com animais e execução de afazeres agrícolas em auxílio ao pai.

Figura 2 – Crianças domando uma junta de bois usada em trabalho, no meio rural.



Fonte - Acervo particular da Família Deggerone, 1972, f.

Correa e Bublitz (2006) apontam que, a partir do primeiro decênio do século XX, as colônias passaram a figurar no âmbito regional como as principais produtoras de madeira do Rio Grande do Sul, em que as matas haviam sido devastadas (figura 3), para dar lugar a lavouras e povoados, sendo que, na maioria dos casos, a maior parte da madeira derrubada transformou-se em cinzas ou apodrecia entre as plantações.

A figura 3, ilustra o início da colonização com as primeiras casas e construções, edificadas em meio a mata nativa. Visualiza-se também, uma grande quantidade de exemplares arbóreos, onde as araucárias predominavam no extrato superior e sob as demais formações vegetais. Aponta-se também, a grande clareira aberta decorrente da derrubada da mata e em processo de combustão, onde posteriormente seriam cultivadas as primeiras sementes no solo.

Figura 3 – Início da colonização e derrubada da mata no Alto Uruguai



Fonte – Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Fonte, Erechim (RS), 1915b.

As ferramentas usadas para realizar as tarefas eram tecnologicamente simples, predominando o emprego da foice e do machado, utilizados na roçada dos arbustos, a enxada e cavadeira para fazer a capina de eventuais ervas daninhas e, o saraquá¹¹ para semear as sementes. Com o passar do tempo, às técnicas de plantio foram sendo aperfeiçoadas, com a introdução de novas espécies de vegetais (milho, feijão, mandioca, abóbora, etc...) e animais (criação de porcos, bovinos), além do uso do arado, e da carroça auxiliado pela tração animal.

Observa-se, que a figura 4, retrata parte desse período analisado, quando os agricultores utilizam a carroça conduzida por um conjunto de animais, com a finalidade de transportar mercadorias para a comercialização ou troca por mantimentos para o provimento alimentar.

¹¹ Instrumento manual utilizado no meio rural para o plantio de sementes.

Figura 4 - Transporte de madeira cerrada para ser comercializada em Erechim



Fonte - Acervo da Família Pereira de Souza, 1935.

Piran (2001), enfatiza que os agricultores possuíam autonomia na produção das sementes, suas matrizes, tipo de tecnologia utilizada na produção, ritmo de trabalho e o convívio comunitário estabelecia relações grupais, o que permitia o trabalho em grupo.

As formas de sociabilidade praticadas pelos agricultores, faziam parte da reciprocidade, da solidariedade e do interconhecimento, que se materializam através dos trabalhos de mutirão (FIGURA 5), das trocas de dias de serviços, da endogamia e das festas lúdico-religiosas. As formas de sociabilidade são fortalecidas pela vida numa comunidade, pela etnia e a religião.

Essa relação do mutirão é apontada como uma forma de ajuda mútua. Entre estes autores, podemos citar Cândido (1987), que classifica o mutirão em comunidades como uma das manifestações de solidariedade mais importantes na sociedade caipira, que, para ele, “Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a

fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc...” (CÂNDIDO, 1987, p. 68).

Figura 5 - Trabalho em mutirão realizado, entre vizinhos, na colheita da mandioca, no município de Faxinalzinho – RS.



Fonte - Acervo da Família Pereira de Souza, 1958.

Para Mauss *apud* Sabourin (2011, p. 131), a essência dessa reciprocidade nos trabalhos em comunidade justifica-se pela obrigação de “dar, receber e retribuir”. Pois, as famílias vivem integradas a vida em comunidade, e nesse sentido no momento que era preciso ajudar, as famílias prontificavam-se a ajuda mútua, e o ressarcimento pela mão de obra era através da retribuição, ou seja, as famílias que trocavam dias tem a obrigação de retribuir o favor recebido.

A taxa de natalidade entre as famílias no período colonial foi elevada, e através desse fator, possibilitaram-se as famílias terem mão de obra suficiente para ajudar nas atividades produtivas, assim, as crianças e jovens atuavam na reprodução da força do trabalho, efetivando-se pelo processo de socialização, ou seja, desde crianças elas ajudavam nas tarefas da propriedade rural. Para Santos (1978, p.45), a constância do

trabalho e de sua aprendizagem levou a uma mescla de trabalho e brinquedo infantil já “eles tem enxadinha cada um deles e von na roça, non son obrigados a trabalha, mas só para acostumá, faze o serviço, ver o pai como faz, eles aprende”.

Desta maneira, o trabalho passa a fazer parte do mundo infantil, levando as crianças a internalizarem a sua importância como meio de ganhar a vida. Por outra, as crianças vivenciam, através do aprendizado e de sua participação efetiva na força do trabalho familiar (SANTOS, 1978).

Conforme destaca Wenczenovicz (2010), o cotidiano infantil do imigrante polonês estava muito próximo do mundo adulto. Suas brincadeiras e brinquedos versavam sobre esta realidade: o cultivo da terra. Dentre esses, era comum as crianças brincarem com bodoques ou estilingue¹², a boneca de espiga de milho, os carrinhos de lata, o cata-vento, jogos utilizando-se de grãos de cereais e o contato com os pequenos animais. É assim, utilizando-se de elementos da natureza e adaptando os que a criança elaborava seu mundo infantil.

Santos (1978), também evidencia a iniciação das crianças como personagem da divisão social do trabalho ocorre na própria unidade de produção, pois, aproximadamente, aos quinze anos, os jovens passam a desenvolver tarefas de adultos, o que os coloca na posição de adultos precoces e internalizam o processo da divisão social do trabalho.

Assim, as crianças internalizarão o seu papel como apoio nas atividades rurais, e na juventude esse papel se intensifica, assumindo responsabilidades pelo andamento das tarefas e das decisões de cunho produtivo, nas unidades de produção.

De Boni (1940), aponta que os jovens rurais da etnia italiana buscavam entretenimento nos finais de semana, e geralmente ocorria na sede da comunidade. Os rapazes se integravam através dos jogos de bocha, cartas e futebol. Ducatti Neto (1981) identifica a realização de bailes na Região, que se iniciavam às 20h, com término à meia-

¹² O estilingue é um antigo brinquedo também usado para arma primitiva utilizada para lançar pedras e outros pequenos projéteis. Originalmente era montado usando-se uma forquilha de madeira (um ganho bifurcado em Y, cuja parte de baixo é usado como cabo) em cujas extremidades simétricas se prendiam as pontas com uma tira elástica. No centro da tira elástica era afixado uma peça de couro que servia como contenedor para o objeto que se desejava arremessar (WENCZENOVICZ, 2010).

noite. Também ocorriam reuniões dançantes nas próprias residências, onde eram convidados os jovens da circunvizinhança.

As moças, conforme De Boni (1940), relacionavam seu entretenimento dominical após a celebração na capela local, em que observavam a movimentação na comunidade, e a realização de visitas às vizinhas, na companhia de seus familiares. Além disto, ainda eram realizados os filós, aos sábados e domingos, onde participavam crianças, jovens e adultos: as crianças sempre brincavam, os adultos conversavam, confeccionavam trabalhos artesanais, jogavam cartas, cantavam, enquanto os jovens dançavam.

Gomes e Laroque (2010), também destacam que o encontro entre parentes, amigos e vizinhos, era realizado muitas vezes no paiol, na cozinha, no porão ou mesmo ao ar livre. Os mesmos autores destacam que os filós fortaleciam os laços de parentesco ou de amizade e propiciavam o início do namoro e, muitas vezes, um futuro casamento, além da manutenção de determinados padrões de comportamento, uma vez que os jovens não possuíam muitas oportunidades de atividades de lazer, como na atualidade; conseqüentemente, o filó apresentava-se como o momento adequado para o conhecimento entre os jovens.

Os jovens pertencentes à etnia alemã frequentavam os bailes de *Kerb*¹³. Esses desempenhavam papel importante na sociabilidade desses agricultores, pois neles não apenas se encontravam para conversar e dançar, mas também, muitas vezes, para arranjar casamentos ou fechar negócios. Os jovens conheciam-se, geralmente, nos bailes e festas de Kerb. Como narra Woortmann (1995, p.160), “até a década de 1960, o Kerb era, ainda, ocasião propícia para os arranjos matrimoniais”.

Os momentos de integração entre os jovens sempre ocorriam nas comunidades ou nas próprias residências, acompanhados pelos familiares e vizinhos, e é importante salientar que, geralmente, os casais de jovens namorados se formavam a partir destes encontros e os casamentos realizados entre vizinhos determinavam a permanência do

¹³ O Kerb era a principal festa da comunidade. Como na Alemanha, comemorava o aniversário da igreja – para os evangélicos –, ou o dia do padroeiro da paróquia – para os católicos (MORAES, 1981). A festa tinha início com o culto ou missa (respectivamente para evangélicos e católicos), pela manhã. Durante o dia, eram realizadas refeições em família – os parentes, em grande número, vinham de lugares próximos e distantes – e à noite, havia o baile. O salão de baile era enfeitado com palmas, guirlandas de papel e flores (SOMMER, *apud* MENASCHE E SCHMITZ, 2007).

jovem casal nas propriedades ou, eventualmente, adquiriam-se mais terras ou criava-se uma nova unidade de produção.

Para Schneider (1999), a reprodução do modo de vida dos colonos, da família, da pequena propriedade e do sistema produtivo, obedecia a sucessivos estágios de evolução e regressão da produção em fase de realidades espaciais e temporais sempre diferentes, mas semelhantes em função da ação dos indivíduos. Nesta perspectiva era difícil para o filho do imigrante-colono imaginar-se em outra condição que não a de agricultor, sendo poucos os filhos de colonos que puderam estabelecer suas moradias, propriedade e família próximas às dos pais.

Na Região Alto Uruguai, ocorreram diferentes formas de acesso à terra. Segundo Wolf (1976), um dos processos de reprodução social das famílias, se dava através dos sistemas de heranças. O primeiro envolve a passagem dos recursos a um único herdeiro ou herança sem partilha. A passagem da terra para um único herdeiro, pode ser realizada por dois diferentes modos, como é apontada por Woortmann (1995, p. 109). “[...]...o morgadio¹⁴ procurou manter a força e o poder, através da centralização dos bens dos pais, transferindo-os como um todo ao filho mais velho, deserdando os demais”, ou segundo Carneiro (2001), os demais filhos, ou se instalavam em áreas vizinhas recém adquiridas, ou seguiam carreira religiosa. Para que estas regras fossem respeitadas, o patrimônio era normalmente transmitido em forma de doação, antes da morte do pai. Além disto, o filho que detinha a herança recebia a incumbência do cuidado dos demais irmãos, o que, na prática, geralmente, não se concretizava.

Um segundo momento consistia na compra de terras para a garantia do sustento de todos os filhos homens, o que estendia a subordinação dos filhos à autoridade do pai, mesmo após o casamento, onde eram obrigados a trabalhar sob a tutela do pai, até que adquiriam-se terras para que os demais herdeiros se instalassem, com suas famílias, em uma nova unidade de produção familiar. A ultimogenitura se instala como tendência na medida em que são os mais velhos os primeiros a se casarem, ficando o mais novo como responsável pelos pais durante a velhice destes.

¹⁴ Filho mais velho (primogenito), que no regime de morgadio, herdava a totalidade da herança. Este regime destinava-se a evitar a dispersão das propriedades na partilha das heranças.

O mecanismo adotado prima pela preservação da integridade da unidade de produção e de ampliação do patrimônio familiar. O pai continuava contando, assim, com a mão-de-obra do conjunto dos filhos e com a totalidade da renda da exploração agrícola, acumulando recursos que iriam ser revertidos na instalação de todos os filhos homens que permanecessem na colônia e no dote das filhas. Tratava-se também de um mecanismo para assegurar a autoridade do pai como chefe da família por mais tempo. A subordinação dos filhos e das noras à autoridade paterna persistia enquanto morassem sob o mesmo teto, o que se transformou em fonte de conflitos inter-geracionais, conforme a sociedade evoluía e, conseqüentemente, influenciava na criação de espaços definidos de expressão de interesses e de divergências entre os indivíduos, em convívio na estrutura familiar.

Seguindo a prática costumeira, as mulheres recebiam “a sua parte” em módica quantia de dinheiro e na forma de enxoval, composto de roupas de cama, mesa e banho, utensílios domésticos e, por vezes, máquina de costura. A doação da parte em dinheiro e o tamanho do enxoval dependia dos recursos disponíveis pela família.

Segundo Carneiro (2001), as mulheres restavam, portanto, três opções: o casamento, o ingresso na vida religiosa ou o celibato civil. Ao casar, a mulher ingressava na família do marido. Obedecendo à regra de residência patrivil local, ela ia residir com os sogros no caso de se casar com o sucessor, submetendo se, assim, à autoridade destes até ao fim das suas vidas. As demais se instalavam inicialmente também na casa dos sogros até que os seus maridos recebessem o seu lote de terra e construíssem nele a casa para a nova família. O casamento implicava, assim, na extinção dos direitos das mulheres à terra e na sua reclusão ao espaço doméstico, dentro da lógica da simbiose que se estabelece entre mulher e família e que determina a supremacia dos papéis de mãe e esposa sobre todos os demais.

Na agricultura colonial, em função das técnicas de cultivo e dos sistemas de herança, a cada geração se renovava o fluxo migratório entre os herdeiros, obrigados a avançar a fronteira na busca de terras que pudessem ser ocupadas e cultivadas. Dadas estas condições, a formação de novos lotes pressupunha deixar para trás uma estrutura familiar e procurar estabelecer uma nova família em locais desconhecidos Restava a

migração aos filhos dos agricultores, com o intuito da constituição de suas famílias, sendo fundamental a posse de um lote de terra, preferencialmente férteis. A partir do final do século XIX, tal circunstância seria viável inicialmente nas regiões de mata ainda não colonizadas como, por exemplo, as do Alto Uruguai. Em função disso, assim descreveu Waibel (1949, p.196), que por “[...] toda a parte os jovens emigram das propriedades rurais para as cidades ou para as novas zonas pioneiras, nas quais procuram adquirir terra e começar o mesmo ciclo econômico”.

A partir da década de 30, algumas culturas comerciais começam a ser introduzidas, como o trigo e o centeio no período do inverno e o arroz de sequeiro no verão. A utilização total das terras dá-se graças a substituição, ainda que parcial, do trabalho humano pelo animal. Com o aumento de produtividade surgem as casas de comércio que passam a comprar os excedentes. Decorrente disso, cresceu a necessidade de terem meios e canais para o escoamento e a comercialização dos produtos, desse modo, os próprios agricultores familiares trabalharam para a montagem das infra-estruturas (TEDESCO, 2005). Conforme destaca Wenczenovicz (2002), as primeiras safras foram transportadas nas costas dos colonos e de seus filhos. Logo que puderam, os imigrantes adquiriram cavalos e mulas para o transporte da produção até as vendas e sedes.

Brum (1985), ressalta que nas localidades, começou a desenvolver o comércio, com lojas, armazéns de secos-e-molhados (FIGURA 6) e armarinhos. As casas de negócios do interior, quando necessário, forneciam aos colonos os artigos que necessitavam, e a compra de seus excedentes agrícolas. Conforme Tedesco (2005, p. 229), esses modos de produção artesanal e de comercialização, faziam parte “dos saberes e fazeres próprios da organização histórico cultural da vida dos colonos”.

Figura 6 – Pequeno comércio de secos e molhados na Região de Erechim



Fonte – Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Fonte, Erechim (RS), 1935c.

De acordo com Ruckert (1997), nesta época consolida-se a figura do comerciante capitalista que passa a atuar junto dos colonos, instalando-se nas comunidades e vilas como comprador de produtos agrícolas rurais e como vendedor de produtos industrializados.

Os limites de reprodução do sistema produtivo colonial foram, em grande medida, os próprios mecanismos que, inicialmente, garantiriam a sua implantação e reprodução. Conforme Roche (1969), o regime da pequena propriedade, associado às técnicas agrícolas utilizadas e à alta natalidade, constituíram nas principais causa das migrações rurais. Segundo Waibel (1949), esta lógica de sustentação da atividade produtiva, além de não ligar o colono a sua terra, se pautavam mutuamente, apresentando entraves à reprodução do próprio sistema.

É importante destacar que o sistema já nasce com elevado grau de comprometimento reprodutivo, visto que a reduzida quantidade de terra impossibilitava muitas vezes que o colono adotasse outros sistemas produtivos, ou seja, seu sucesso

estava garantido por poucos anos, dependendo, pois da intensidade da exploração, podendo estar totalmente comprometido na segunda ou até mesmo na primeira geração de colonos a explorar o lote. Scheneider (1999), destaca que os fatores de ordem interna tiveram peso decisivo no processo de desarticulação do sistema agrícola colonial.

O sistema produtivo colonial adotado pelo colonos continha, na sua própria dinâmica, os limites de sua reprodução. A forma de uso do solo, a falta de tecnologias apropriadas e o sistema de herança por partilha geravam necessidade constante e sucessiva expansão (SCHENEIDER, 1999, p.87).

A partir das décadas de 1950 e 1960, a prática intensiva de cultivos agrícolas, sem cuidados com a manutenção da fertilidade do solo, causou baixa na produtividade, além da fragmentação da propriedade rural em virtude das subdivisões do solo entre os herdeiros da família, esse fato promoveu a migração dos descendentes para novas áreas, dilatando a fronteira agrícola.

Destaca-se, que, até este período, as terras consideradas férteis e de valor agregado, localizavam-se em terras íngremes. Ressalta-se que, até 1960, todas as áreas em declive foram ocupadas para a prática agrícola, e as que apresentavam terreno plano eram desconsideradas por apresentarem solo de baixa fertilidade.

3.2 O desenvolvimento produtivo e as relações sociais a partir de 1960

Buscou-se demonstrar, no item anterior, a agricultura familiar como resultado de um processo histórico da colonização, com base na demarcação e venda de pequenos lotes coloniais. Os colonos, principalmente descendentes de imigrantes alemães e italianos, reproduziram na região o seu modo de vida, identificando por uma forma específica de produzir e de viver. No entanto, em relação ao modo de produzir dos colonos verificou-se que a defasagem das técnicas de cultivo, a crescente pressão demográfica e o parcelamento dos lotes levaram a uma crise da agricultura colonial. A partir da década de 1960, ocorre o processo de transformação nos elementos responsáveis pela reprodução social e econômica dos colonos, onde as estratégias de reprodução convertem a agricultura colonial em uma agricultura familiar mercantilizada.

Após a década de 1960, no Alto Uruguai, ocorre um processo significativo de mudança na base técnico-produtivista da agricultura, comparada a que vinha sendo utilizada nas atividades produtivas da agricultura colonial. As transformações iniciadas, a partir desta época, em maior ou menor escala, referem-se à introdução de novas tecnologias inovadoras, em substituição, ainda de forma irregular, à força de trabalho nas propriedades rurais.

As transformações ocorrem pela introdução de insumos industriais, como fertilizantes e agrotóxicos, sementes melhoradas e máquinas e equipamentos, como tratores e colheitadeiras. A forma de produção modificou-se significativamente, desencadeando um salto qualitativo e quantitativo em relação à condição original; para outros, isto significou um processo de exclusão, que se materializaria em poucos anos, apesar do ambiente externo favorável, uma vez que a precarização das condições de vida dos agricultores impedia o acesso às inovações tecnológicas.

A modernização da agricultura surge associada à internacionalização da economia, industrialização e urbanização brasileira. Até 1950, a proposta de desenvolvimento, influenciada por um projeto nacionalista, apoiado pela recém criada comissão econômica para a América Latina (CEPAL), onde a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico e a agricultura deveria financiar o esforço de substituição das importações e prover a indústria de matérias-primas além de alimentar a crescente população urbana. Nos anos seguintes, houve uma espécie de readequação das atribuições, pois a estagnação da produção agrícola deveria ser superada, deixando de ser, como era vista à época, como um obstáculo ao crescimento econômico brasileiro. A superação desta condição somente poderia ter sucesso se a agricultura se modernizasse (GRAZIANO DA SILVA, 1999)

Dessa forma, o Governo Brasileiro criou políticas públicas para agilizar esse processo através do crédito agrícola, serviços de extensão rural, pesquisa agropecuária e seguro agrícola. Os instrumentos funcionavam através da pesquisa através da pesquisa, criando novas tecnologias para a agricultura, os serviços de extensão rural levavam estas tecnologias aos agricultores, que somente adotavam uma nova tecnologia em função do crédito disponível para financiar os investimentos necessários, a política de preços

mínimos garantia um preço adequado na venda dos produtos e o seguro agrícola tinha a função de evitar prejuízos na safra e garantir o pagamento dos empréstimos agrícolas.

Conforme destacam os autores Goodman *et al.* (1990), esse período constituiu-se como o desenvolvimento do capitalismo no campo, pois os capitais industriais apropriaram-se do processo do trabalho rural, a partir da mecanização das etapas de produção e das inovações químicas e genéticas na área agrícola.

Com a modernização, ampliou-se a área das lavouras, ocorrendo à inclusão e disseminação de grandes culturas comerciais, entre elas a cultura do trigo, entre as décadas de 1950/1960, em que foram constituídas as primeiras cooperativas agrícolas na Região Alto Uruguai, o que permitiu a disseminação e implementação dessa cultura.

A figura 7, representa o momento da chegada dos primeiros tratores na Região, para ajudar na realização das tarefas agrícolas.

Figura 7 - Chegada dos primeiros tratores modelo Ford, no Município de Faxinalzinho-RS.



Fonte - Acervo particular da Família Pereira de Souza, Sd, f.

Essas organizações incentivadas pelo poder público, conforme destaca Tedesco (2005), tornaram-se infraestruturas de comercialização de produtos agropecuários, propiciando a criação de um mercado interno, colocando à disposição dos associados, mediante a aquisição e posterior revenda ao mesmo, os elementos materiais de produção, como adubos, inseticidas, as máquinas e os implementos e, até mesmo, gêneros destinados ao consumo familiar. No que se refere à comercialização, cabiam às cooperativas transportar, receber, limpar, secar, armazenar e vender a produção do associado.

As estruturas produtivas das cooperativas, também favoreceram a incorporação da cultura da soja¹⁵ em praticamente todas as regiões agrícolas no Rio Grande do Sul. A sojicultura beneficiou-se duplamente em relação à triticultura, incorporando as áreas de cultivo deste grão, os avanços técnicos e a estrutura organizacional das cooperativas ou situando-se como alternativa econômica ao trigo. (SCHNEIDER; VERARDI FIALHO, 2000).

A expansão da agricultura “moderna” ocorre em conjunto com a estrutura do complexo agroindustrial, através da modernização da base técnica dos meios de produção, alteração das formas de produção agrícola e geração dos efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, são constituídas por desigualdades e privilégios.

A estrutura fundiária evoluiu em um sentido concentrador e excludente, dificultando, qualquer tipo de acesso à terra, aos trabalhadores rurais brasileiros (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Pois o aumento da concentração de terra, em muitos casos ocorreu pela utilização como reserva de valor ou especulação imobiliária, não necessariamente associado à sua utilização como meio de produção.

¹⁵ No Rio Grande do Sul, até 1950, a soja era plantada por pequenos proprietários e utilizada como forragem na alimentação de suínos. Somente no final dos anos 1950 que a produção da soja ganha impulso, disseminando-se rapidamente por todos os Estados do Sul do Brasil durante a década de 1960. Na década de 1970 ela chega a ocupar 60% total da área plantada no Estado (SCHNEIDER; VERARDI FIALHO, 2000).

A partir de 1985, a atividade leiteira começa a surgir como uma alternativa de diversificação produtiva nas pequenas e médias propriedades rurais, bem como a possibilidade de renda mensal, ao contrário das culturas temporárias que oferecem apenas uma renda anual. Assim, a atividade leiteira consolida-se como uma importante estratégia de reprodução socioeconômica. Na Região, os complexos agroindustriais também iniciaram e expandiram sua atuação através dos processos de integração através dos sistemas de criação de suínos e aves de corte. Esse processo também possibilitou a viabilização econômico produtiva de propriedades rurais, contudo elevou a dependência¹⁶ do agricultor à agroindústria.

Retomando a agricultura colonial, as mudanças na estrutura fundiária decorriam fundamentalmente do parcelamento dos lotes entre os herdeiros através dos sistemas de herança. Na agricultura familiar mercantilizada, posterior a 1980, passa a ocorrer mudanças decorrentes do processo de especialização produtiva, que exigem escala de produção, não permitindo o parcelamento dos lotes entre os herdeiros (CONTERATO, 2004).

Assim, os padrões de herança, norteadores da transmissão do patrimônio na agricultura colonial, foram sendo substituídos pela obtenção de terras através de compra, valorizando-as e formando um verdadeiro mercado de terras, impossibilitando seu acesso aos agricultores familiares mais fragilizados e descapitalizados, obrigando-os até mesmo a se desfazer das terras ou lançar mão das outras estratégias de reprodução, como o trabalho temporário e as migrações.

A partir de 1985, iniciou um processo migratório para as cidades e outras regiões. As famílias rurais nessa época possuíam um grande número de filhos e as áreas produtivas das unidades de produção não eram capazes de permitir a permanência de todos os indivíduos junto à propriedade paterna. Decorrente disso, a migração foi realizada para as Regiões do oeste de Santa Catarina, sudoeste de Paraná e sul/norte dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Além disso, muitos agricultores que

¹⁶ A dependência é citada por Gerardi (1980), quando afirma que o agricultor que moderniza sua produção se vê pressionado a comprar os insumos necessários de um mercado oligopolizado (multinacional) e, quando vende seus produtos em um mercado de poucos compradores ou de baixa demanda, este dita os preços de compra.

não conseguiram acompanhar o processo de modernização agrícola, investiram na educação dos filhos, ou saíram do campo para morar na zona urbana (TEDESCO, 2005).

Consequentemente, decorrentes do êxodo rural, novas problemáticas surgem como, o envelhecimento da população, a masculinização no campo, e baixos índices de natalidade. Isso condiciona a predominância de moças entre os que saem das áreas rurais, levando à relativa masculinização do campo (BRUMER, 2004), o que tende a baixar o número casamentos no meio rural, e a baixa natalidade, e nesse caso somente os pais tendem a permanecer vivendo na zona rural.

A agricultura aparece como a última escolha diante de outras possibilidades como migração, para os rapazes, na formação de nova geração de agricultores, porém para as moças as aspirações ultrapassam a permanência no meio rural, pois impossibilita a realização de um projeto pessoal.

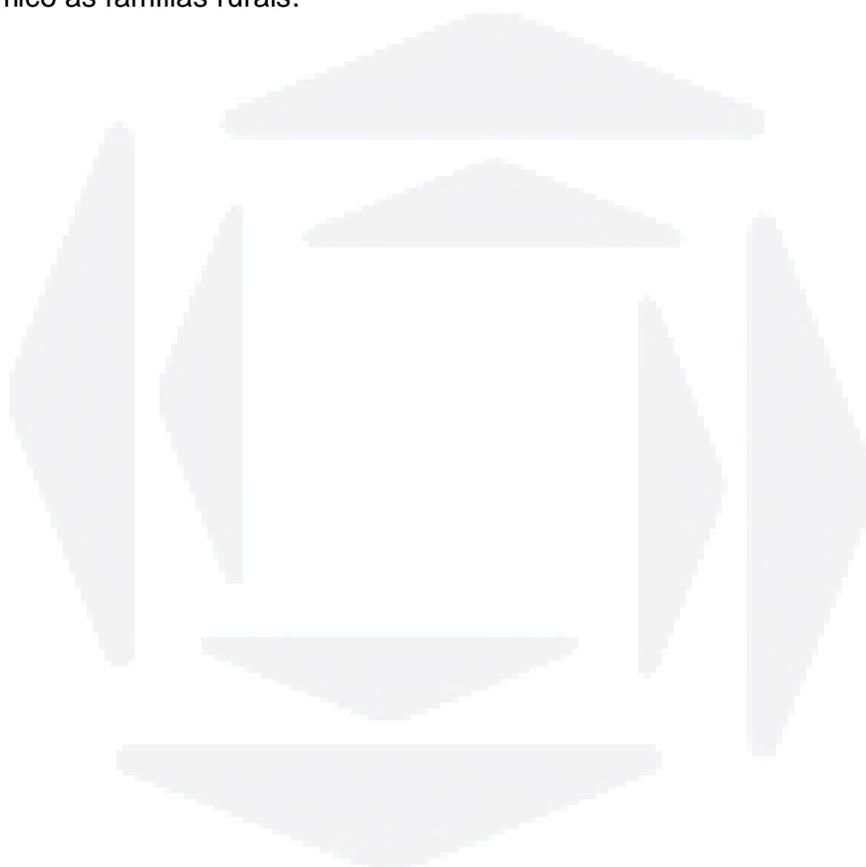
De acordo com Pereira (2007), os pressupostos que permitem a migração rural-urbana, encontram-se vinculadas as seguintes problemáticas:

- difusão do modo de vida urbano para além dos limites das cidades, implicando novos padrões de consumo e comportamento para populações rurais;
- precariedade socioeconômica da região de origem, que não permite ou dificulta a conquista de melhores condições de vida para os jovens e suas famílias;
- necessidade dessas populações de melhorar seus padrões de vida;
- globalização e intensificação do desenvolvimento do capitalismo nas áreas rurais com a expropriação de terras camponesas e expansão de monoculturas altamente capitalizadas (PEREIRA, 2007, p. 165).

Pereira (2007) discorre sobre a intensificação do capitalismo no campo relacionada à qualificação e especialização das atividades agrícolas, pois as propriedades rurais alcançarão um nível de competitividade, a partir do momento em que elas se inserirem nas cadeias de produção, o que dependerá das oportunidades de acesso a organizações externas, tais como as cooperativas agropecuárias, empresas de assistência técnica, universidades, sindicatos de trabalhadores rurais, dentre outras. São através dessas organizações que muitos agricultores conseguem aumentar suas rendas, especialmente

com a introdução da diversificação produtiva, melhoramento técnico, agregação de valor à produção e inserção no mercado, além de ser um instrumento de poder de barganha.

Para tanto, busca-se compreender a inserção dos jovens como atores do um novo processo de desenvolvimento rural, a partir da revalorização do espaço rural e a diversificação de atividades, integrando rural e urbano, a fim estabelecer as ações necessárias para proporcionar maior qualidade de vida e empoderamento socioeconômico as famílias rurais.



4. AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES

Neste capítulo apresentamos as condições socioeconômicas, que propiciam a permanência dos jovens no meio rural nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul.

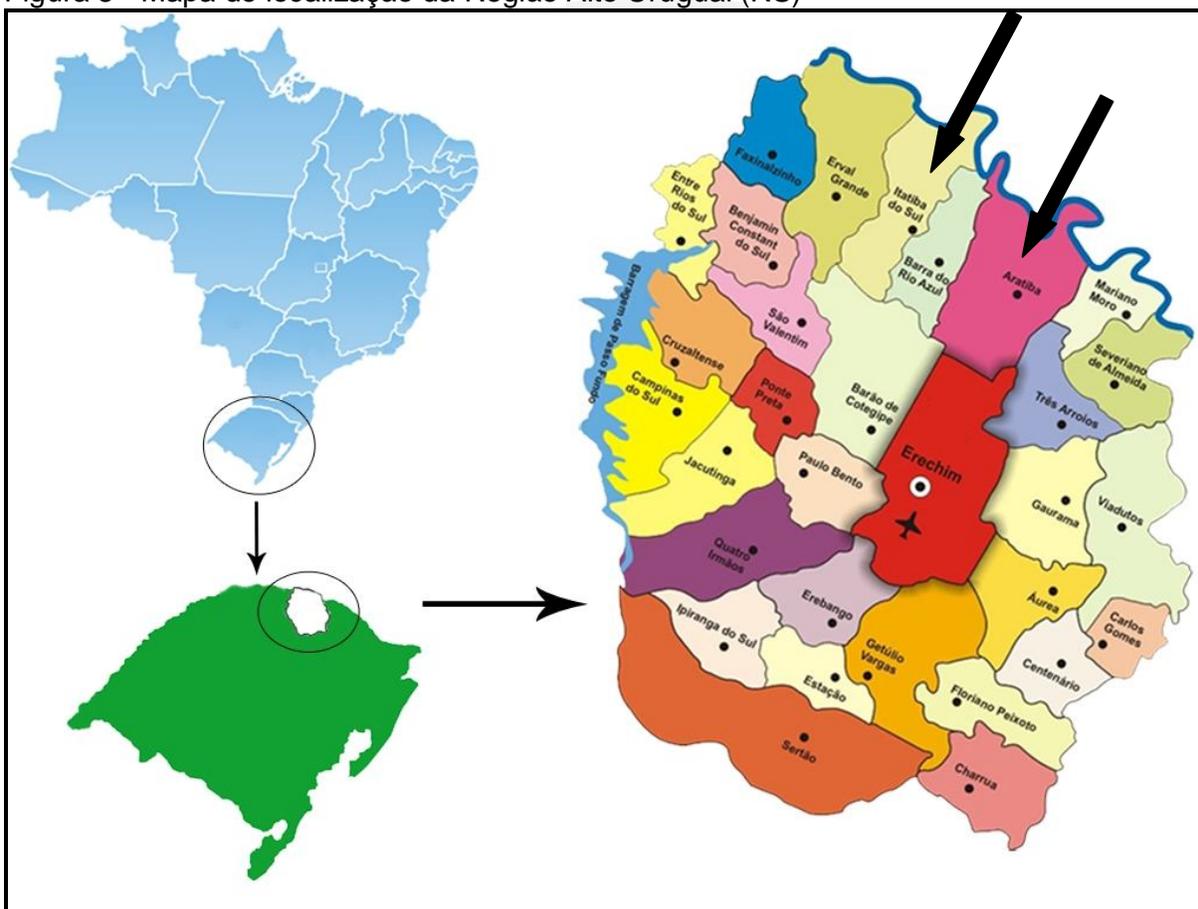
4.1 A organização socioprodutiva das unidades de produção familiares e suas condicionantes da permanência de jovens no meio rural

Inicialmente são apresentados os dados referentes à caracterização sociocultural dos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul. Em seguida são abordadas as diferentes atividades produtivas desenvolvidas pelos jovens nas unidades de produção familiares. Posteriormente, são elencadas como ocorre a retribuição pelo trabalho e a aplicabilidade de recursos financeiros pelos jovens. Descreve-se, também, a dinâmica de inserção das máquinas e equipamentos nos sistemas produtivos agropecuários, e a participação da mão de obra jovem no desenvolvimento das atividades nas unidades de produção familiares e, finalizando, são apresentados os condicionantes que as famílias proporcionam para a permanência dos jovens no meio rural

4.1.1 Caracterização socioculturais dos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul, Rio Grande do Sul

Aratiba e Itatiba do Sul, estão localizados na Região Alto Uruguai, porção Norte do Estado do Rio Grande Sul, conforme figura 8, e distantes aproximadamente de 45 km da cidade polo de Erechim.

Figura 8 - Mapa de localização da Região Alto Uruguai (RS)



Fonte: Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai [2010].

No que se referem à cobertura vegetal, ambos os municípios possuem duas formações características: a Floresta Estacional Decidual (ou floresta subtropical) e a Floresta Ombrófila Mista (ou floresta de araucárias), entretanto essas suas formações vegetais encontram-se descaracterizadas, como já foi apresentada no capítulo anterior, devido às ações antrópicas.

O clima segundo a classificação de Koppen, corresponde ao da variedade Cfa – clima subtropical (ou temperado), cuja característica principal é a ocorrência de chuvas regulares e valores térmicos com grande variabilidade sazonal. Os municípios são banhados pelo rio Uruguai, e os afluentes com maior disponibilidade hídrica em Aratiba são os rios: Agulha, Azul, Dourado, Esperança e Rio Novo (PMA, 2004) e, em Itatiba do Sul, os rios Douradinho e Paloma e os Lajeados das Pedras e Pitanga (PMMSB, 2012).

Aratiba e Itatiba do Sul, possuem uma história em comum, no que referem as primeiras ocupações humanas, onde em ambos os municípios tiveram em seus territórios a presença de indígenas, e apresentam, uma correlação com os vocábulos da Língua Tupi-guarani. Segundo o PMA (2004), a interpretação dos topônimos Aratiba, significam, o prefixo “Ara”, denota “perequito”, e o prefixo “Tiba”, significa uma “grande quantidade”, dessa forma, o nome Aratiba significa como sendo um lugar com muitos perequitos. Já em Itatiba do Sul, o prefixo “Ita”, significa “pedra”, e “Tiba”, também referência a “grandes quantidades”, assim Itatiba, denota que a localidade apresenta, uma grande quantidade de pedras.

Historicamente, em Aratiba e Itatiba do Sul, após a expulsão dos indígenas e o afugentamento dos caboclos, a partir de 1900, conforme referência no capítulo anterior, presenciou-se nestas localidades a chegada dos imigrantes descendentes de alemães, italianos e poloneses. A partir do estabelecimento dos imigrantes descendentes destas etnias, iniciou um processo envolvendo, a implantação das unidades de produção familiares e da prática da policultura, além da miscigenação ao longo dos anos, envolvendo os caboclos com os descendentes de imigrantes europeus.

Dessa forma, no momento atual, os dois municípios possuem como base de suas economias o setor agropecuário, em que os jovens agricultores e suas famílias, se dedicam a produção de frutas, olerícolas, além de trabalhar na produção agroindustrial, através da elaboração de produtos em pequenas agroindústrias no meio rural. Os jovens também atuam nas atividades de bovinocultura leiteira, combinada a produção de grãos (milho, trigo, soja, etc...). Além disso, também são desenvolvidos sistemas de avicultura de corte, em parceria às cooperativas agroprocessadoras. Salienta-se também, que alguns dos jovens se dedicam em tempo parcial em atividades pluriativas, ou seja,

permanecem morando na unidade de produção e trabalham no meio urbano. Ao final do dia, regressam a unidade produtiva para ajudar nas atividades internas na unidade de produção familiar.

Sendo assim, a partir dos dados coletados através dos questionários da caracterização socioeconômica produtiva nas Unidades de produção familiares (UPFs), identificou-se que a amostra dos jovens rurais selecionados, possuem como descendência étnica em Aratiba, os italianos e poloneses; já em Itatiba do Sul, são descendentes de alemães, caboclos e italianos.

A composição familiar dessas unidades de produção (Quadro 1), apresentam uma estrutura familiar composta de quatro a seis pessoas, conforme registro dos questionários da caracterização socioeconômica produtiva. No município de Aratiba, as famílias são compostas por quatro a seis integrantes, identificados pela presença do jovem, do pai, da mãe, de um irmão ou irmã, e/ou de algum dos avós, e tios. Em Itatiba do Sul, a distribuição se assemelha a Aratiba, mas ocorre em menor número de membros por UPF, ou seja, compõe-se de quatro a cinco familiares, incluindo o jovem na contagem de indivíduos da unidade familiar.

Quadro 1 – Composição familiar nas unidades de produção familiares, em Aratiba e Itatiba do Sul.

Aratiba		Itatiba do Sul	
Identificação	Composição Familiar	Identificação	Composição Familiar
UPF 1	4	UPF 1	5
UPF 2	6	UPF 2	5
UPF 3	5	UPF 3	4
UPF 4	5		

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Os dados da composição familiar permitiu identificar que as famílias possuem em média de 2 a 3 filhos. Comparando esses dados, observamos que ocorreu uma redução da taxa de natalidade. Os dados do DIEESE (2013) revelam que a taxa de fecundidade, em 1960, era de seis crianças por mulher em idade reprodutiva, mas, em 2010, este número reduziu para cerca de 2,26 filhos por mulher. Estima-se dessa forma, que a taxa de fecundidade de reposição, é de mais de dois filhos por mulher. Esta seria a taxa ideal e necessária para repor o casal e, em casos de morte que ocorram antes que estes jovens constituam famílias.

Segundo o IBGE (2010), no Estado do Rio Grande do Sul existem 378 mil unidades de produção familiares, contudo o Estado possui aproximadamente 336 mil jovens entre 15 a 29 anos vivendo no meio rural. Essas informações revelam que ao distribuir uniformemente estes jovens, há menos de um jovem por propriedade rural, ou seja, há propriedades que não terão sucessão geracional. No entanto, a pesquisa denota que, nas unidades produtivas de Aratiba e Itatiba do Sul, teremos, no mínimo, um sucessor para cada estabelecimento familiar em permanência na zona rural, o que aumenta a contagem estatística.

4.1.2 As atividades produtivas desenvolvidas nas unidades de produção familiares

As tabelas 1 e 2, apresentam os dados coletados através dos questionários da caracterização socioeconômica produtiva das UPFs, onde são apresentados, a caracterização das atividades produtivas desenvolvidas em cada unidade de produção familiar e a relação existente entre a área produtiva dos imóveis rurais.

Dessa forma, no município de Aratiba, a pesquisa apresenta que as atividades produtivas são desenvolvidas em imóveis rurais com 25,0 ha a 38,0 ha, em condição de a família ser proprietária do imóvel rural, adquirida por meio de compra de irmãos, ou parentes e/ou terceiros (UPF 2, 3 e 4), enquanto na UPF 1, ela foi obtida por meio de herança familiar.

Tabela 1 – Relação existente entre a área produtiva e as atividades desenvolvidas em cada unidade de produção familiar, no município de Aratiba.

Descrição	Área produtiva da UPF (ha)	Atividades produtivas desenvolvidas
UPF 1	26,4	Avicultura de corte, e o cultivo de alimentos para o autoconsumo ¹⁷
UPF 2	25,0	Bovinocultura leiteira; cultivo de cereais (milho, trigo e aveia), e de alimentos para o autoconsumo
UPF 3	38,0	Produção de grãos (milho, soja, trigo, aveia), bovinocultura leiteira e o cultivo de alimentos para o autoconsumo
UPF 4	35,0	Bovinocultura leiteira; olericultura; fruticultura, e o cultivo de alimentos para o autoconsumo

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

¹⁷ O termo autoconsumo designa a satisfação das necessidades de um determinado indivíduo através do consumo de produtos ou serviços produzidos por ele próprio. Por exemplo, cita-se os produtos usados para a alimentação da família e de animais, como cereais, leguminosas, frutas e verduras, dentre outros alimentos.

No município de Itatiba do Sul, as áreas dos imóveis rurais, são menores comparadas a Aratiba. Elas apresentam áreas produtivas que variam de 8,6 ha a 25,0 ha. No entanto, todas as áreas que compõem os imóveis rurais foram adquiridas por meio de compra efetuada com familiares e/ou terceiros.

Tabela 2 – Relação existente entre a área produtiva e as atividades desenvolvidas em cada unidade de produção familiar, em Itatiba do Sul.

Descrição	Área produtiva da UPF (ha)	Atividades produtivas desenvolvidas
UPF 1	25,0	Bovinocultura leiteira; agroindústria familiar (beneficiamento e produção de lácteos), e o cultivo de alimentos para o autoconsumo
UPF 2	8,6	Olericultura, fruticultura, e o cultivo de alimentos para o autoconsumo
UPF 3	12,0	Fruticultura, agroindústria familiar (beneficiamento de farináceos), e o cultivo de alimentos para o autoconsumo

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Levando em consideração os dados apontados pela pesquisa, temos uma área produtiva média por propriedade rural no município de Aratiba de 31,1 ha, e em Itatiba do Sul de 15,2 ha por propriedade rural. Os dados apresentados por Almeida e Bracher (2006), apontam que no município de Aratiba, a área média das unidades produtivas familiares é de 22,5 ha, e com base neste valor, o município possui 415 propriedades rurais nesta faixa de classificação. Em Itatiba do Sul, a área média das propriedades rurais é de 16,6 ha, e nesse patamar, o município possui 483 unidades de produção familiares.

Quanto às atividades produtivas desenvolvidas nos dois municípios, alguns aspectos da matriz produtiva se alteram. No município de Aratiba, destaca-se o sistema de criação de aves de corte na UPF 1, a bovinocultura leiteira nas UPFs 2 e 4, e a produção de grãos nas UPFs 2 e 3, enquanto em Itatiba do Sul, duas UPFs (1 e 3), desenvolvem atividades de processamento agroindustrial, através de uma agroindústria de beneficiamento de farináceos e outra que trabalha com a pasteurização e envase de leite, e a produção de queijos.

As atividades produtivas similares, estão relacionadas à produção de olerícolas, frutas, bovinocultura leiteira, e o cultivo de alimentos para o autoconsumo, onde estão presentes em ambos os municípios.

A comercialização dos produtos de origem vegetal (milho, trigo, soja, aveia, e parte das frutas) e produtos de origem animal (carne de frangos, e leite *in natura*), são encaminhados para o processamento e comercialização fora dos municípios de origem. Já os produtos olerícolas, parte das frutas e os produtos de agroindústrias familiares abastecem, primeiramente, os mercados locais e os mercados institucionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Enfatiza-se, que o excedente dessas produções são encaminhados a comercialização em escala regional, atendendo os centros de distribuição e comercialização distribuição e comercialização, em Erechim e Passo Fundo – RS.

De acordo com os dados coletados, ressalta-se que, em ambos os municípios, diversas estratégias são adotadas pelas famílias e os jovens para permitir a reprodução familiar, através das atividades agropecuárias, onde podemos ressaltar a agroindustrialização nas UPFs e a produção para o autoconsumo.

Nesse contexto, a agroindustrialização da produção representa uma novidade e uma forma dos agricultores familiares se reproduzirem socialmente com mais autonomia (LONG, 2006). A ideia principal é que a agroindustrialização é uma novidade produtiva construída pelos agricultores, devido a mesma ser uma prática de desenvolvimento rural nas famílias, que leva em conta os conhecimentos, habilidades e recursos dos próprios agricultores e, também, as condições do entorno local e do contexto em que os agricultores estão inseridos.

Os próprios jovens e agricultores, constroem e geram as novidades produtivas em conjunto com outros atores sociais com que estes possuem relações (extensionistas, instituições, organizações, investigadores, atores de desenvolvimento, consumidores dos seus produtos, etc...).

Nas unidades de produção familiares, onde os jovens atuam decisivamente no trabalho e gestão das atividades agroindustriais, surgem em função da junção de dois elementos. O primeiro são os conhecimentos tácitos históricos dos agricultores aplicados a prática de transformação e elaboração dos alimentos e produtos, que fazem surgir às agroindústrias familiares. O segundo é devido à diversidade da produção existente nas unidades, principalmente de produtos para o autoconsumo, que faz com que os

processos de agroindustrialização se desenvolvam sobre esta base diversificada de produtos (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

Para Kiyota *et al.* (2010), a unidade familiar constrói o seu processo de agroindustrialização e produção, tendo por base os conhecimentos e a força de trabalho da própria família, em um primeiro momento. Isso se desenvolve com base em uma divisão (por gênero e idade), operacional e social do trabalho e das atividades na agroindústria, que envolve todas as etapas de produção e os membros da família: obtenção das matérias primas, processamento, acesso aos mercados e administração das unidades agroindustriais. Em um segundo momento, devido às dificuldades e “entraves” que estas unidades passam, como exemplo clássico se tem as dificuldades frente à legislação alimentar das agências do Estado, estes agricultores buscam a ampliação de suas relações sociais e interação com outros atores sociais (extensionistas rurais, atores de desenvolvimento, consumidores, etc.), instituições (políticas públicas, Prefeituras, Emater, Universidades, etc.), mercados e organizações locais (cooperativas, sindicatos, associações, grupos de agricultores, etc.), como forma de apoio ao seu desenvolvimento.

O processo de agroindustrialização gera o aumento dos conhecimentos dos agricultores e do nível de informação destes, devido ao relacionamento com outros atores e instituições e à aquisição de um conhecimento contextual da atividade (LONG, 2006). Com essas informações e conhecimentos, os agricultores conseguem construir suas estratégias tendo em mente as limitações, problemas e “flancos” em que devem agir, definindo ações a partir das informações e conhecimentos desenvolvidos pelos agricultores, pelas instituições e pelo contexto local.

Além do mais, essa busca pela informação e conhecimento permite que o jovem se insira no processo gestor da unidade produtiva e, com isto, o diálogo com a família sobre as decisões e proporciona a compreensão do papel do jovem na unidade produtiva, fazendo com que o mesmo permaneça na zona rural.

Kiyota *et al.* (2010) expõem um estudo realizado com as famílias inseridas em estratégias de agroindustrialização, que apresentam melhor qualidade de vida, de maneira geral, desfrutando de melhores condições de saúde, alimentação, aumento de rendas, o

que determina a melhor qualidade de vida, acessibilidade a bens e serviços, autoestima individual e familiar em evidência, possibilidade de aquisição de carros, motos e outros meios de transporte, presença em festividades, reforma e ampliação das casas, aquisição de móveis e equipamentos domésticos, bem como melhoria na apresentação pessoal, com a compra de roupas e acessórios.

Levando isso em consideração, nos municípios pesquisados de Aratiba e Itatiba do Sul, através do questionário de caracterização socioeconômico da unidade de produção familiar, esta mudança vem ocorrendo pela crescente profissionalização dos agricultores nessas atividades, através dos encontros técnicos, cursos e dias de campo para capacitação e aprendizado de novas práticas, bem como as próprias exigências do mercado comprador, sejam estes, os compradores individuais, as cooperativas agropecuárias, ou os complexos agroindustriais.

A pesquisa trouxe um dado relevante no que tange aos aspectos da produção para o autoconsumo. Em todas as unidades de produção familiares, há uma pequena horta doméstica ou um pomar, onde são produzidos os alimentos que os agricultores chamam de “produção pro gasto”. No município de Aratiba a UPF 4 e em Itatiba do Sul, a UPF 2, ocorre a produção de olerícolas em escala maior para a comercialização local. Essa produção para o autoconsumo é uma atividade, tida como uma estratégia de desenvolvimento.

Geralmente, as atividades práticas e a produção para o autoconsumo relacionam-se com a internalização de recursos, gerada pelas possibilidades oriundas deste tipo de produção, geralmente executada em pequena escala e a aplicação de insumos reproduzidos internamente ao estabelecimento. E a segunda diz respeito ao fato do próprio alimento produzido constituir-se em um recurso importante na reprodução da unidade doméstica. Neste caso, trata-se também de uma desmercantilização do consumo de alimentos. Parcela importante da alimentação do grupo doméstico deixa de ser mobilizada nos mercados, para ser produzida na própria UPF, configurando o que Lovisolo (1989) denomina estratégia de “economização”.

Dessa forma, a produção de autoconsumo está associada fundamentalmente à busca dos agricultores por autonomia em relação ao controle dos processos produtivos, bem como da qualidade dos alimentos destinados a alimentação familiar.

4.1.3 A contribuição da renda e sua aplicabilidade pelos jovens nas unidades de produção familiares

Os dados coletados através dos questionários da caracterização socioeconômica produtiva das UPFs, apresentam que as atividades produtivas desenvolvidas no município de Aratiba, a renda obtida a partir de alguns sistemas de cultivo, criação e de produção agroindustrial varia de R\$ 2.573,00 a R\$ 6.102,00 (tabela 3), considerando a renda líquida obtida em cada UPF. Neste município, nas UPFs 1 e 2, é praticada a pluriatividade, ou sejam, atividades não agrícolas fora da unidade de produção, relacionadas ao desempenho de atividades como: agente de comercialização externa e dirigente sindical. E decorrente desses trabalhos, a renda obtida fora da unidade de produção, contribui no aumento significativo da renda nas UPFs. Também é importante salientar que na UPF 3, o jovem recebe um percentual da produção obtida no ano. Já na UPF 4, a jovem recebe um valor fixo de R\$ 300,00, para utilizar a seu critério como forma de remuneração pelo trabalho despendido na execução das atividades na UPF.

Tabela 3 – Apresentação da renda familiar mensal, renda mensal jovem e a contribuição das rendas não agrícolas, nas unidades de produção, em Aratiba.

Identificação	Renda mensal familiar (R\$)	Renda mensal que o jovem recebe decorrente no trabalho na UPF (R\$)	Renda não agrícola do jovem (R\$)	Contribuição da renda não agrícola jovem (R\$) no orçamento familiar
UPF 1	6.102,00	-	2.000,00	Valor indeterminado
UPF 2	4.000,00	-	2.400,00	Valor indeterminado
UPF 3	5.400,00	Recebe percentual da Produção	-	
UPF 4	2.573,00	300,00	-	

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Em Itatiba do Sul (tabela 4), a renda familiar varia de R\$ 2.573,00 a R\$ 3.500,00. Na UPF 1, também é identificado que o jovem recebe um percentual da produção gerada na UPF. E na UPF 2, o jovem desempenha atividades na prestação de serviços como técnico em agropecuária em uma instituição bancária para outras unidades de produção

familiares, e por isso possui uma remuneração individual. Na UPF 3, a jovem recebe uma remuneração financeira mensal pelo trabalho desenvolvido na agroindústria familiar.

Tabela 4 – Apresentação da renda familiar mensal, renda mensal jovem e contribuição das rendas não agrícolas, nas unidades de produção, em Itatiba do Sul.

Identificação	Renda mensal familiar (R\$)	Renda mensal que o jovem recebe decorrente no trabalho na UPF (R\$)	Renda não agrícola do jovem (R\$)	Contribuição da renda não agrícola jovem (R\$) no orçamento familiar Valor indeterminado
UPF 1	3.500,00	Recebe percentual da produção		
UPF 2	3.773,00	-	1.400,00	
UPF 3	3.973,00	600,00	-	

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Decorrente dos dados apresentado, é importante salientar o valor que os jovens recebem por mês, ou por safra/percentual da produção. Essa atuação permite que os jovens se sintam incentivados e valorizados na unidade produtiva, como uma forma de incentivo e permanência em relação à independência financeira, o que representa a autonomia dos jovens na unidade produtiva. Para Carneiro (1998a), este novo conceito de relação de trabalho entre pais e filhos é um instrumento importante para neutralizar os conflitos entre as gerações acentuadas tanto pela influência das relações industriais construídas no universo urbano, bem como as mudanças advindas da nova racionalidade da empresa agrícola.

Weisheimer (2009, p. 154) também destaca que a autonomia é um elemento motivador, para “[...] descrever situações onde o sujeito é capaz de especificar as suas próprias regras, ou orientar-se pelo que é adequado para ele”. Assim, a autonomia é compreendida aqui como a capacidade que os jovens têm de tomar decisões imediatas diante de sugestão de ideias, problemas operacionais relativos às atividades que desempenham, bem como os investimentos necessários a serem realizados nas unidades produtivas e a aquisição de bens pessoais.

Diante destas constatações podemos observar modificações positivas na remuneração dos jovens em relação ao padrão costumeiro na agricultura familiar. Silva e Capelo (2005), salientam que apesar da forma de organização do trabalho na agricultura familiar não equacionar a renda resultante do trabalho coletivo, começa a se observar a

tendência do fornecimento de algum tipo de remuneração para os jovens. Isto serve como mecanismo para mantê-los por mais tempo envolvidos no trabalho familiar ou mesmo como resultado da própria pressão exercida pelos filhos dos agricultores que querem acesso às formas individualizadas de remuneração.

Outro elemento importante está relacionado à contribuição financeira que os jovens que desenvolvem trabalhos externos a unidade produtiva, contribuem no acréscimo da renda familiar. Esse aporte de recursos ao orçamento acontece dependendo da situação econômica da unidade produtiva, onde, a ajuda por parte dos jovens pode ser mensal ou em determinados períodos, com valores indeterminados, ou seja, cada jovem pode contribuir no pagamento de despesas mensais (luz, água, combustíveis, etc...), ou colaborar na cobertura de prestações de financiamentos, ou outros passivos existentes.

Nesta pesquisa, constata-se que esta situação indica que os pais estão valorizando o trabalho dos jovens no estabelecimento e nas agroindústrias, proporcionando, desta maneira, sua independência financeira e o interesse em sucedê-los.

A busca pela autonomia, e também pela própria unidade de produção, no depoimento de um dos pais, identifica-se essa relação da permanência dos jovens na unidade de produção familiar, relacionada a posse da terra.

Porque uma vez com 18 anos a gente já tinha um dinheirinho para compra a nossa terra e áreas agrícolas para escolhe. Só que hoje, os jovens não têm dinheiro e nem áreas produtivas para adquirir, daí ele vai para a cidade em vez de ir para a sua propriedade rural (EL, 09/03/2013, p.4).

Como foi exposto anteriormente, no período em que os pais encontravam-se na fase jovem, as famílias já tinham poder aquisitivo para proporcionar a aquisição de uma gleba de terra para anexar a propriedade paterna, ou seja, constituir uma nova propriedade rural para o filho, que iria constituir uma nova família. Entretanto, Carneiro (1998a), aponta em seus estudos, que a saída dos jovens da propriedade paterna significava uma necessidade de reprodução social, e que as terras disponíveis foram se tornando escassas devido à progressiva ocupação do espaço e o esgotamento da fronteira agrícola.

A necessidade de estratégias familiares alternativas, que permitam a manutenção da unidade produtiva e a reprodução social da família, os registros do diário de campo (23/03/2013, p.3) usados da pesquisa, mostra que algumas glebas de terras, estão sendo comercializados por famílias, que ficaram no meio rural. Estas famílias são compostas por um casal, que se encontra em idade avançada, e não possuem condições físicas de desenvolver as atividades na unidade produtiva, e os filhos não desejam, retornar à propriedade paterna. Em consequência desta situação, as áreas são colocadas à venda e, neste sentido, são necessários recursos financeiros para aquisição destas terras e ou acesso às políticas públicas fundiárias. Portanto, é necessária a criação de mecanismos de acesso aos jovens a estas terras, pois constituem a única forma de manter as propriedades rurais em mãos de agricultores e proporcionar a manutenção da localidade de origem.

Com o objetivo de maior renda, muitos jovens, em Aratiba e Itatiba do Sul, mantêm duas ocupações, determinando, assim, maior poder aquisitivo e, futuramente, adquirir mais glebas de terras, e para ajudar nas despesas da UPF, conforme serão apresentados nos próximos itens. Nesse sentido, a pluriatividade exercida pelos jovens das UPFs 1 e 2 em Aratiba, e em Itatiba do Sul (UPF 2), onde Del Grossi *et al.* (2002), esclarece que a mesma exerce influências na estruturação do trabalho das propriedades, assim como na alocação de recursos econômicos, impondo-lhes novas dinâmicas organizativas. Esta nova dinâmica organizacional é oriunda de uma possibilidade maior de retorno econômico obtido junto às atividades não agrícolas em detrimento das atividades agrícolas, bem como por apresentar-se como uma complementação da renda familiar através de atividades não agrícolas, agregando-se o fato de otimização da força de trabalho familiar.

Para Schneider *et al.* (2006), esta interação entre atividades agrícolas e não agrícolas tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. Isto faz com que a pluriatividade seja um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas. Em relação às estratégias sociais e produtivas

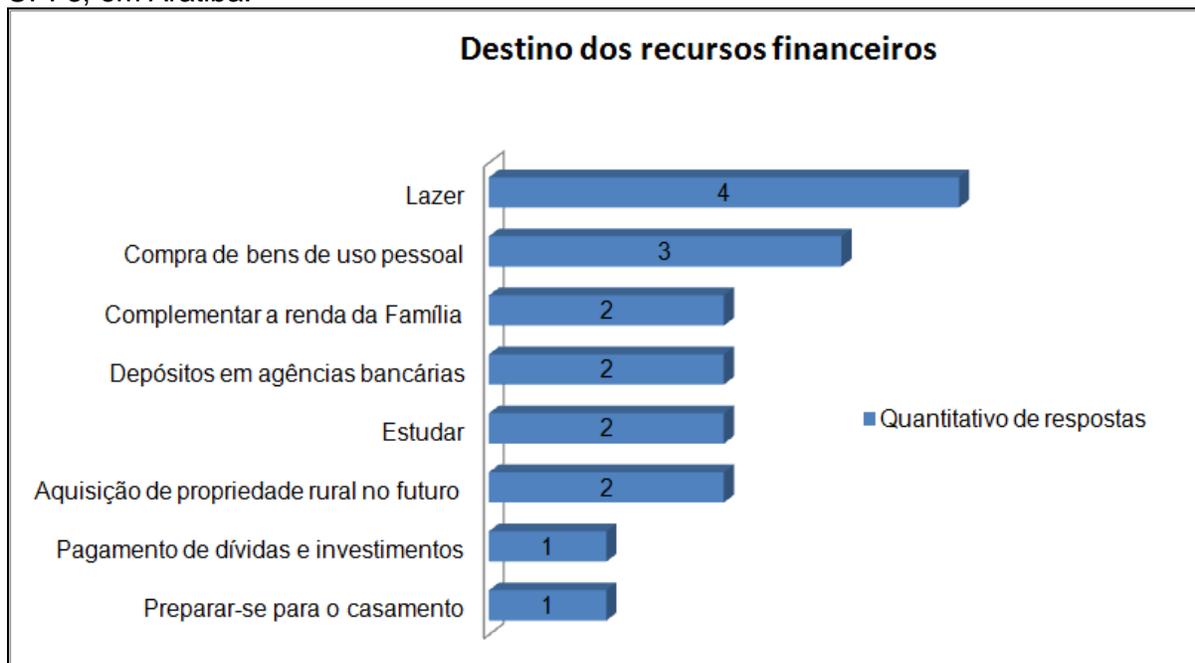
vinculadas aos aspectos intrafamiliares, vale lembrar que Chayanov (1974) já havia afirmado que o recurso às atividades não agrícolas constituía-se em uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar frente aos condicionantes da unidade produtiva agrícola.

4.1.3.1 A aplicação da renda pelos jovens nas unidades de produção familiares

O acesso a renda é um dos fatores que condicionam a autonomia e valorização da presença dos jovens nas UPFs, conforme o item 4.1.3. Através dos registros dos questionários aplicados com os jovens para a caracterização sociocultural, foi possível identificar o destino da aplicação desses recursos financeiros.

Em Aratiba (gráfico 1), os jovens na totalidade utilizam os recursos primeiramente para pagar as despesas com lazer e entretenimento; posteriormente, o elemento mais gasto, pelos jovens é para a adquirir bens de uso pessoal. O terceiro elemento mais empregado pelos jovens, é o desejo de guardar os valores por meio de depósitos em agências bancárias, para terem a sua unidade de produção no futuro; ajudar a complementar a renda familiar, e aplicar os recursos financeiros em estudos e formações (cursos técnicos, cursos de curta duração, etc...). Dentre as possibilidades citadas acima, um jovem também utiliza parte dos recursos financeiros para o pagamento de dívidas contraídas pela família, e também para se preparar para o casamento.

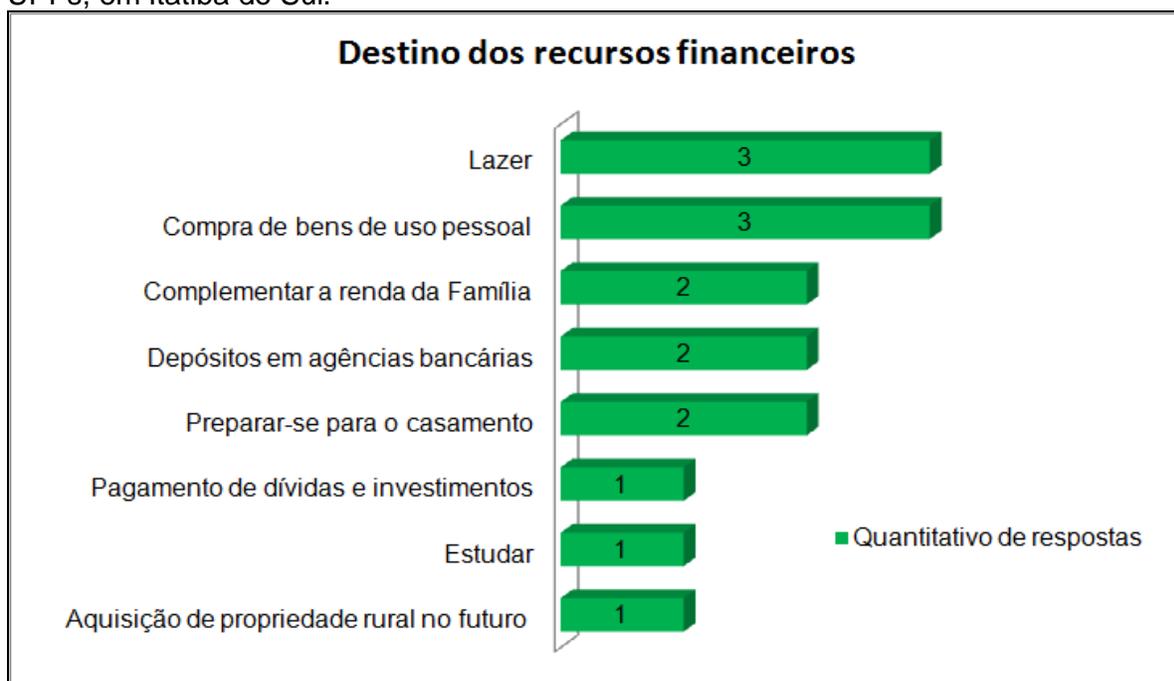
Gráfico 1 – Destino de recursos financeiros obtidos, a partir do trabalho dos jovens, nas UPFs, em Aratiba.



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Em Itatiba do Sul (gráfico 2), os jovens na totalidade utilizam os recursos primeiramente para pagar as despesas com lazer e entretenimento, bem como a aquisição de bens de uso pessoal; o segundo elemento, em que os jovens mais empregam os seus recursos financeiros, estão relacionados: complementar a renda familiar; deixar depositado em agências bancárias, bem como preparar-se para o casamento. Dentre as últimas opções, os jovens de Itatiba do Sul, aplicam os recursos financeiros para o pagamento de dívidas, estudar e adquirirem a propriedade rural no futuro.

Gráfico 2 – Destino de recursos financeiros obtidos, a partir do trabalho dos jovens, nas UPFs, em Itatiba do Sul.



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Os jovens agricultores familiares de um modo geral, tendem inicialmente a investir os recursos financeiros em anseios pessoais, pois é uma característica desse período, e para estarem culturalmente integrados aos demais jovens. Pois, com o processo da industrialização e da urbanização, no Brasil, ocorreu de forma expressiva a partir da década de 1940, ocorreu uma reestruturação do papel econômico dos jovens na instituição familiar. Nas décadas seguintes, os adolescentes formaram uma geração, e a indústria começou a fornecer produtos específicos para a juventude, que passou a ter experiências compartilhadas. Dessa forma, uma cultura emergente passou a ser construída e, assim, mercantilizada.

Os jovens como consumidores e inseridos na cultura juvenil que visa o consumo, seja através da moda, da música, de acessórios ou de linguagens, é uma forma de pensar a juventude. Essa cultura é veiculada principalmente na mídia por meio da indústria da cultura e levanta questionamentos sobre as identidades locais dos jovens, como aponta Weisheimer (2005). Do mesmo modo, Carneiro (1998a), complementa:

As identidades locais não são mais sustentadas na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade, e, principalmente, na maneira específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos, o que identifica como “rurbanização” (CARNEIRO, p.115, 1998a).

No entanto, apesar dos jovens estarem em contato com uma cultura consumista, e pertencerem a uma faixa etária jovem, eles possuem preocupação com o futuro. Para Durston (1998), os processos juvenis começam e terminam de forma mais precoce que no meio urbano. Em decorrência dessa precocidade, alguns jovens já possuem no comportamento e postura como adultos, pois conforme os dados apontados pela pesquisa (gráfico 1 e 2) os jovens também aplicam parte dos recursos financeiros para investimentos futuros para a aquisição das próprias unidades de produção, bem como ajudar as famílias no pagamento de despesas familiares, e isto se configura como assumir papéis de responsabilidade, comparados com os jovens do meio urbano.

4.1.4 A utilização de máquinas e equipamentos nos sistemas produtivos desenvolvidos nas unidades de produção familiares

A utilização de máquinas e equipamentos nos sistemas de produtivos desenvolvidos nas unidades de produção familiares foi identificada a partir dos registros do questionário usado na caracterização socioeconômica da unidade de produção familiar.

Em Aratiba (quadro 2), os dados apresentam uma matriz produtiva diversificada, envolvendo sistemas de criação animal com produção vegetal, e dessa forma, na UPF 1, ocorre o desenvolvimento da atividade de avicultura de corte, em que é usado um sistema automatizado para a alimentação animal, e alguns pequenos trabalhos são manuais que não são considerados penosos ou cansativos. Já a produção de alimentos para o autoconsumo (UPFs 1, 2, 3 e 4), executam tarefas auxiliadas por ferramentas manuais. A atividade de bovinocultura leiteira presente nas (UPFs 2, 3 e 4), utilizam equipamentos para a ordenha mecânica dos animais, mas também essa atividade demanda o emprego maior de mão de obra, pois são várias tarefas que envolvem o trabalho com a atividade de bovinocultura leiteira. A produção de grãos nas UPFs 2 e 3, desenvolvidas em áreas agrícolas com topografia plana e/ou com suaves ondulações, permite a utilização de máquinas e implementos mecânicos, o que reduz o esforço demandado pela atividade, e

diminui a ocupação de mão de obra nestas atividades em determinados períodos do ano. Na UPF 4, a produção de olerícolas e de frutas, também demandam maior emprego de mão de obra, pois são poucas as ferramentas manuais que podem ser utilizadas no auxílio dos trabalhos.

Quadro 2 – Relação das atividades produtivas desenvolvidas e equipamentos utilizados nas UPFs, em Aratiba.

Descrição	Atividades produtivas desenvolvidas	Equipamentos utilizados
UPF 1	Avicultura de corte	Sistema automatizado para a alimentação e trabalhos manuais
	Cultivo de alimentos para o autoconsumo	Trabalho auxiliado por ferramentas manuais
UPF 2	Bovinocultura leiteira	Ordenha mecânica e trabalhos manuais
	Cultivo de cereais (milho, trigo e aveia)	Trabalhos realizados com auxílio da tração mecânica.
	Cultivo de alimentos para o autoconsumo	Trabalho auxiliado por ferramentas manuais
UPF 3	Produção de grãos (milho, soja, trigo, aveia)	Trabalhos realizados com auxílio da tração mecânica
	Bovinocultura leiteira	Ordenha mecânica e trabalhos manuais
	Cultivo de alimentos para o autoconsumo.	Trabalho manual
UPF 4	Bovinocultura leiteira	Ordenha mecânica e trabalhos manuais
	Olericultura	Trabalho auxiliado por ferramentas manuais
	Fruticultura	Trabalho auxiliado por ferramentas manuais
	Cultivo de alimentos para o autoconsumo	Trabalho auxiliado por ferramentas manuais

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Em Itatiba do Sul (quadro 3), os dados apresentam uma mudança na matriz produtiva, no que se referem à produção de grãos. Na amostra das propriedades rurais analisadas, a atividade de grãos não é desenvolvida, devido às condições topográficas restritas a prática do cultivo de cereais. Sendo assim, as atividades desenvolvidas estão relacionadas com as condições edáficas¹⁸, e nesse sentido, na UPF 1, são desenvolvidas as atividades de bovinocultura leiteira, e como já foi mencionado no município de Aratiba, esta atividade utiliza ordenha mecânica, mas executa vários trabalhos manuais, pois é uma atividade que demanda uma quantidade maior de mão de obra. Da mesma forma, na UPF 1 e 2, são executadas tarefas relacionadas ao processamento agroindustrial de alimentos, e isso representa uma demanda maior de mão de obra, em que são utilizados

¹⁸ Que pertence ou pode estar relacionado ao solo.

equipamentos automatizados para o desempenho de algumas atividades, além de serem executados trabalhos manuais constantes.

O cultivo de alimentos para o autoconsumo desenvolvido nas UPFs (1, 2, 3) são atividades que requerem um emprego maior de mão de obra auxiliado por ferramentas manuais. Assim, como os produtos produzidos para o autoconsumo, na UPF 2, o cultivo de olerícolas e frutas, também são atividades manuais, que são auxiliadas por pequenas ferramentas artesanais.

Quadro 3 – Relação das atividades produtivas desenvolvidas e equipamentos utilizados em UPFs, em Itatiba do Sul.

Descrição	Atividades produtivas desenvolvidas	Equipamentos utilizados
UPF 1	Bovinocultura leiteira	Ordenha mecânica e trabalhos manuais
	Agroindústria familiar (beneficiamento e produção de lácteos)	Equipamentos automatizados e trabalho manual
	Cultivo de alimentos para o autoconsumo	Trabalho auxiliado por ferramentas manuais
UPF 2	Olericultura	Trabalho auxiliado por ferramentas manuais
	Fruticultura	Trabalho auxiliado por ferramentas manuais
	Cultivo de alimentos para o autoconsumo	Trabalho auxiliado por ferramentas manuais
UPF 3	Fruticultura	Trabalho auxiliado por ferramentas manuais
	Agroindústria familiar (beneficiamento de farináceos)	Equipamentos automatizados e trabalho manual
	Cultivo de alimentos para o autoconsumo.	Trabalho manual

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Levando em consideração as informações obtidas pelo uso dos questionários de caracterização socioeconômica da unidade de produção familiar, é importante destacar a relação das atividades desenvolvidas na unidade produtiva e a presença dos jovens. A primeira questão se refere à especialização produtiva de algumas atividades produtivas, pois em alguns casos, algumas atividades exigem maior capacidade de aprendizagem e comprometimento durante a execução das tarefas, e são nessas atividades que os jovens se dedicam a executar com mais atenção, pois os pais lhes delegam autonomia para desenvolver as atividades.

Na narrativa de um dos jovens, identificamos essa relação:

As tecnologias e as novas técnicas de produção, exigem da família mais dedicação e especialização produtiva. E os pais demonstram uma menor habilidade de aprendizagem e comprometimento, daí eles delegam aos filhos a liberdade de executarem essas atividades (EP, 13/07/2013, p.1).

Frente a estas condições, os jovens buscam qualificação dentro de certas atividades e práticas agropecuárias, pois além da aprendizagem ser mais rápida, os jovens são mais receptivos as novas práticas produtivas e inovações. A qualificação pode auxiliar no desenvolvimento das tarefas, bem como representar no aumento da qualidade e quantidade dos produtos, produzidos nas unidades de produção familiares.

A segunda questão, refere-se ao controle dos registros das atividades produtivas, onde podemos identificar, a partir do depoimento de outro jovem que desenvolve a atividade de bovinocultura leiteira na unidade produtiva.

Fizemos um pequeno controle, até porque a atividade leiteira pede que a gente leve tudo controlado, [...], sobre a quantidade de ração, proteína, sal, vacinas, que se deve dar aos animais (EB, 16/03/2013, p. 4).

Nas agroindústrias familiares, os jovens também realizam essas ações: “Eu controlo uns custos da agroindústria, pois é importante a gente saber quanto entra e quanto sai, para ver a rentabilidade e também saber o quanto dá para ser investido” (EF, 16/03/2013, p. 3)

O controle de registros permite uma participação maior dos jovens na gestão da unidade produtiva e envolvimento no planejamento das atividades, bem como atuar decisivos junto aos pais no controle das atividades rurais e agroindustriais.

Nesse sentido, os jovens agricultores familiares, passam a perceber que a permanência no meio rural e a sua dedicação a trabalhos ligados aos cultivos de grãos, a pecuária, ou ao setor agroindustrial, vai depender também de acompanhar o comportamento dos mercados agroindustriais, e para isso Carrion (2005), aponta que o jovem deve assumir uma postura de empreendedor rural, onde eles devem: saber enxergar oportunidades; as necessidades do mercado; assumir riscos; ter habilidade para

começar e recomeçar sempre que preciso; ter uma boa rede de relacionamentos; persistência; e ser um líder entusiasmado.

Também se torna importante apontar, que é preciso desenvolver e estimular a competência pessoal dos jovens, de forma a ampliar os conhecimentos e as práticas em relação à gestão das atividades agrícolas, fortalecendo a capacidade de liderança voltada às transformações sociais, políticas e econômicas necessárias para a compreensão no mercado em que estão inseridos.

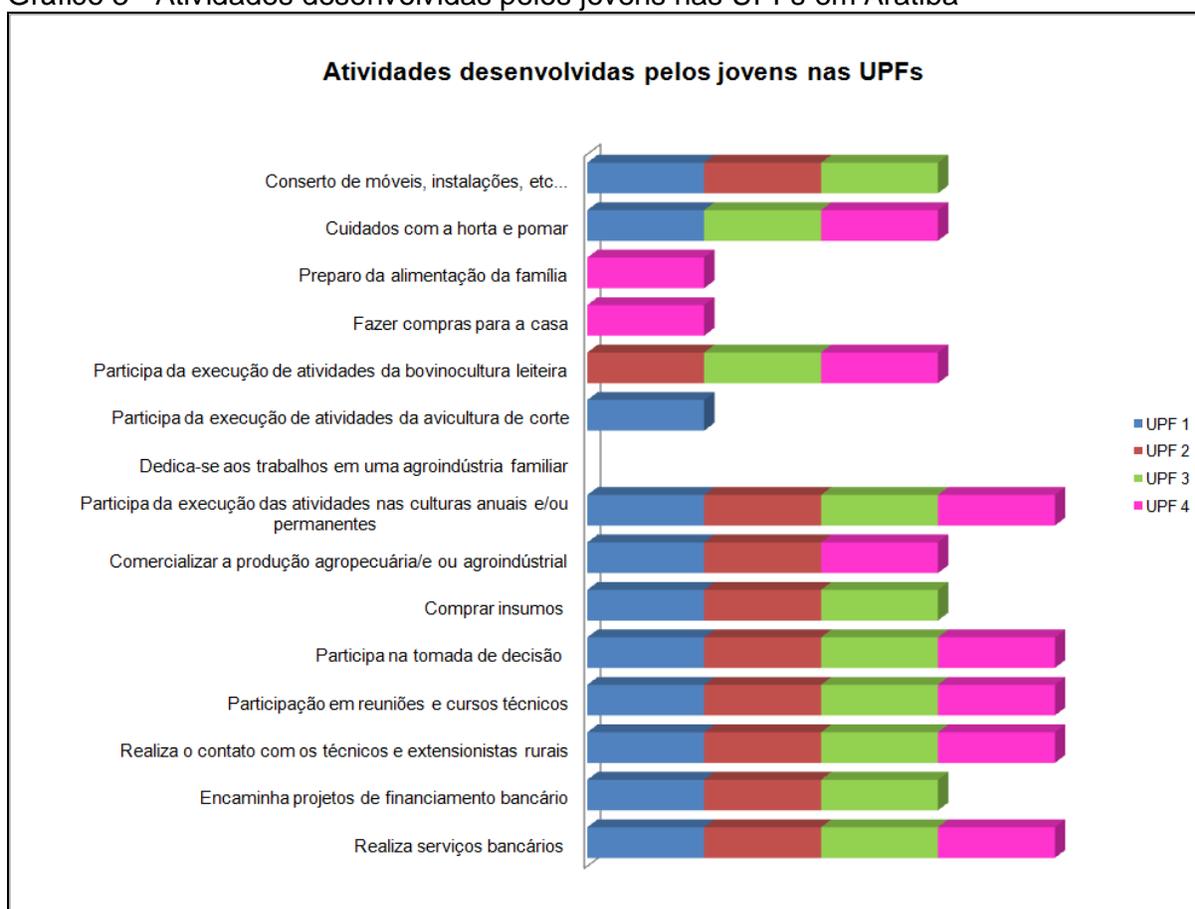
4.1.5 A participação da mão de obra jovem no desenvolvimento das atividades nas unidades de produção familiares

A participação dos jovens no desenvolvimento das atividades produtivas foi abordada através dos registros do questionário destinado a caracterização socioeconômica da unidade de produção familiar. Nesse sentido, em Aratiba (gráfico 3), nas unidades de produção familiares 1, 2 e 3, foi identificado que nessas UPFs os jovens atuam em atividades envolvendo: os serviços bancários (depositar ou retirar recursos financeiros); encaminhamento de projetos para o financiamento bancário; realizam o contato com os técnicos e extensionistas rurais; participam de reuniões e cursos técnicos, compartilham da tomada de decisão sobre os investimentos, em novas tecnologias, em equipamentos e destinação dos recursos financeiros na UPF, adquirir insumos para as atividades desenvolvidas, executam as atividades de plantio, manejo fitossanitário de culturas anuais e/ou permanentes. Nas UPFs 1 e 3, os jovens também se dedicam aos cuidados com a horta e pomar, e nas UPFs 2 e 3, ocorre à execução de atividades de manejo sanitário, preparo da alimentação, ordenha dos animais e limpeza dos equipamentos e conserto de móveis, instalações. A participação na execução de atividades de manejo sanitário, preparo da alimentação, limpeza dos equipamentos em um sistema de integração (aves, e/ou suínos), ocorre apenas na UPF 1, que possui um sistema de integração de aves.

A participação da jovem (UPF 4) nas atividades da UPF envolve: a execução de serviços bancários (depositar ou retirar recursos financeiros); realiza o contato com os técnicos e extensionistas rurais; participa em reuniões e cursos técnicos, atua conjuntamente na tomada de decisão sobre os investimentos, em novas tecnologias, em

equipamentos e destinação dos recursos financeiros na UPF, participa da execução das atividades de plantio, manejo fitossanitário de culturas anuais e/ou permanente, desempenha os cuidados com a horta e pomar, e as atividades de manejo sanitário, preparo da alimentação, ordenha dos animais e limpeza dos equipamentos. Além da realização de todas essas tarefas, a jovem mulher ainda cumpre com as tarefas rotineiras e tradicionais de cuidados com a casa e as compras para a casa.

Gráfico 3 - Atividades desenvolvidas pelos jovens nas UPFs em Aratiba



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

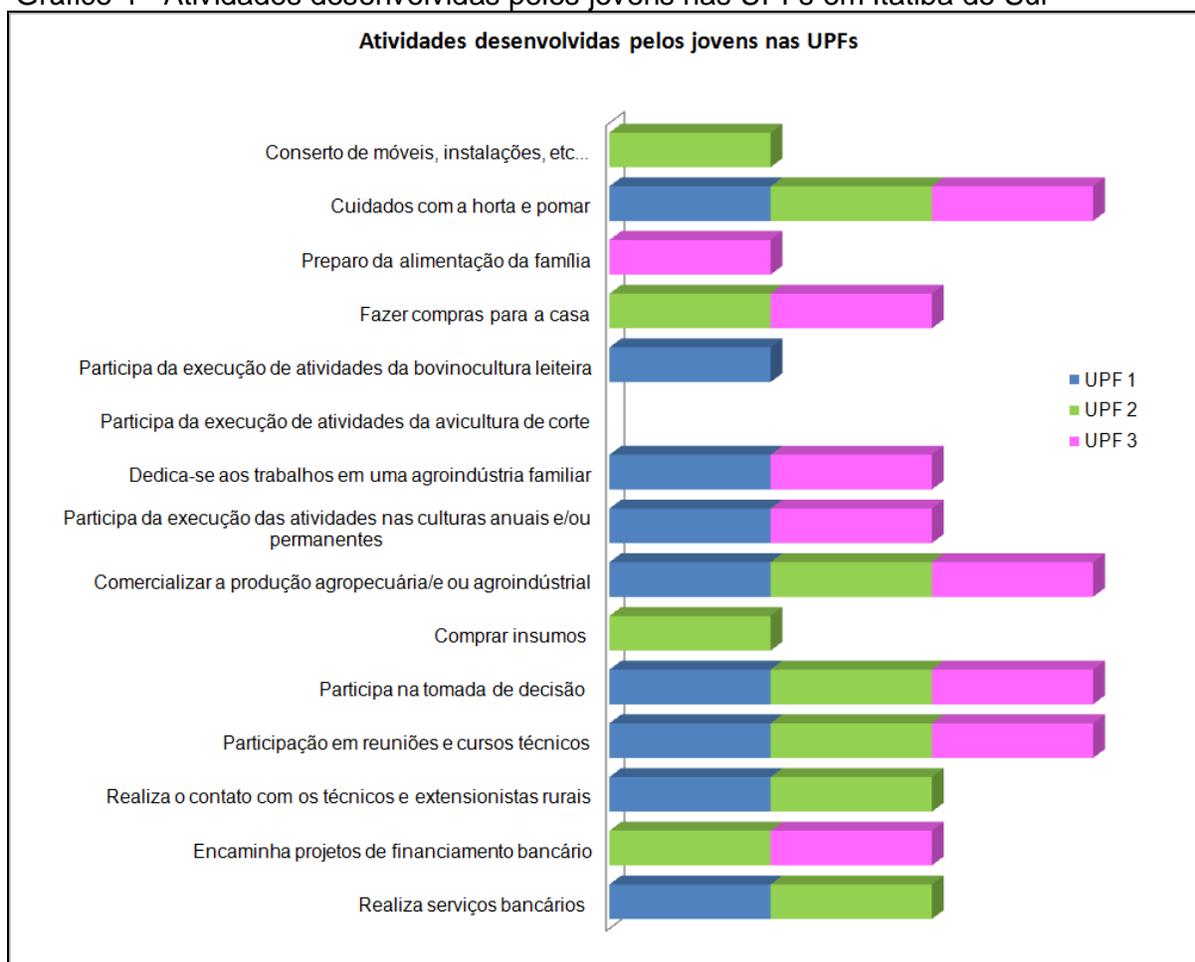
Obs: A cor rosa no gráfico, representa as atividades desenvolvidas pela jovem do sexo feminino na unidade produtiva.

Em Itatiba do Sul (gráfico 4), os jovens das UPFs 1 e 2, desempenham também várias atividades produtivas, que abrangem: os cuidados com a horta e pomar, a comercialização de produção agrícolas e agroindustriais, participam de reuniões e cursos técnicos, a execução de serviços bancários (depositar ou retirar recursos financeiros) e atuação junto às famílias sobre tomada de decisões sobre os investimentos, em novas

tecnologias, em equipamentos e destinação dos recursos financeiros nas UPFs . O jovem (UPF1) também desempenha algumas atividades pontuais, tais como o manejo sanitário, preparo da alimentação, ordenha de animais e limpeza de equipamentos, elaboração e comercialização de produtos agroindustriais. Um jovem (UPF2) desenvolve a atividade de conserto de móveis e instalações, além da compra de insumos para as atividades desenvolvidas nas UPFs.

A jovem também é responsável pelas atividades que envolvem a tomada de decisão sobre os investimentos, em novas tecnologias, em equipamentos e na destinação dos recursos financeiros nas UPFs, além de encaminhar projetos de crédito junto às instituições financeiras. Realiza também o contato com os técnicos e extensionistas rurais; participa em reuniões e cursos técnicos, participa da execução das atividades de plantio, manejo fitossanitário de culturas anuais e/ou permanente, e atua na elaboração e comercialização de produtos agroindustriais, além de desempenhar os cuidados com a horta e pomar. Como não diferente de Aratiba, em Itatiba do Sul, a jovem ainda executa os trabalhos de limpeza e cuidado, preparo dos alimentos e compras para a residência.

Gráfico 4 - Atividades desenvolvidas pelos jovens nas UPFs em Itatiba do Sul



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Obs: A cor rosa no gráfico, representa as atividades desenvolvidas pela jovem do sexo feminino na unidade produtiva.

Um dos principais aspectos apresentados pela pesquisa se referem à tomada de decisões pelos jovens de ambos os sexos, e a participação feminina exercendo duplo trabalho, conciliando as atividades domésticas com as agropecuárias e agroindustriais.

A tomada de decisão, geralmente está baseada no bom senso e no conhecimento do agricultor considerando os objetivos que pretende atingir. É desta forma, então, que passa a agir e a gerir seus sistemas de produção conferindo-lhes uma lógica e uma racionalidade própria condicionadas por componentes da tradição, de aprendizado, de infraestrutura, psicológicos, sociais e econômicos (DALCIN, 2010).

Aguiar e Stropasolas (2010) observaram que o envolvimento das moças nos processos de tomadas de decisão é maior, menor ou nulo de acordo com a intensidade de sua participação nas atividades consideradas “produtivas” para a unidade familiar. Desta forma, quando as filhas envolvidas apenas em atividades domésticas, a participação nos processos decisórios é praticamente nula; porém, quando há a participação destas nas demais áreas produtivas, caracterizam-se pela atuação e poder de decisão maior, e isso contribui decisivamente para que as jovens mulheres permaneçam no meio rural.

Segundo Boni (2006), apesar de nas agroindústrias não existir uma disparidade muito grande em relação ao trabalho de homens e mulheres, os serviços domésticos continuam predominando como responsabilidade da mulher. Para Wanderley (2007), a participação dos filhos nas atividades das propriedades é influenciada pelo sexo dos envolvidos. Considerando a distinção entre o trabalho na roça e na casa prevalece ainda uma divisão tradicional do trabalho, onde os rapazes estão ausentes nos serviços domésticos, enquanto a maioria das moças realiza a dupla jornada de cuidar da casa e trabalhar na unidade produtiva familiar.

4.1.6 Os condicionantes que as famílias proporcionam para a permanência dos jovens no meio rural

A família rural constitui aqui um elemento significativo nas trajetórias cotidianas dos jovens, sendo este um espaço de socialização que exerce um papel importante na transmissão cultural intergeracional, que inclui não apenas a memória da família, mas a linguagem, a posição social, a religiosidade, os valores e aspirações sociais, a alimentação, os cultivos na roça, o modo de vida (STROPASOLAS, 2006).

Os condicionantes que as famílias proporcionam para a permanência dos jovens no meio rural, foram identificados a partir da realização da entrevista com os pais dos jovens. Dessa forma, identificou-se que os incentivos dos pais para os filhos que permanecessem na UPF, decorre desde a infância, período em que os filhos acompanham os pais nas atividades secundárias, que não envolvem o emprego de força física, apenas é iniciada uma preparação em que os pais convidam e motivam as crianças

a acompanharem os mesmos nas atividades. Depois disso, com o passar dos anos, as crianças vão crescendo e desenvolvendo suas habilidades, elas já atuam nas atividades ajudando em tempo parcial conciliando um período na escola e outro na unidade de produção familiar.

Na narrativa abaixo, a mãe de uma das jovens, relata a relação existente entre a infância e o contato com o mundo do trabalho no meio rural:

Quando ela completou 7 aninhos, fiz uma enxadinha para ela apenas vir comigo na roça para carpir as "peste" pequena...Ela era minha companhia, e assim ela foi pegando e se interessando pelas outras atividades da roça (EG, 09/03/2013, p. 1).

Nesse sentido, o trabalho das famílias em seus estabelecimentos rurais concentram na mesma unidade, à produção, o consumo, e as relações familiares, e é também uma unidade pedagógica, onde Freire (1983), coloca que na propriedade se ensina e se aprende. Pois, é nesse ambiente, que os jovens são preparados para assumirem a organização, gestão e responsabilidades nas unidades de produção no meio rural.

Weisheimer (2007), enfatiza que as relações podem ser entendidas como uma ação pedagógica do pai em relação ao preparo dos filhos, a fim de tornarem-se agricultores independentes. Neste sentido a socialização do filho no trabalho agrícola adquire, predominantemente, o caráter de atribuição progressiva, responsabilidade com vistas a sua formação como agricultor.

Silvestro *et al.* (2001), também esclarece acerca do trabalho realizado pelos jovens nas unidades de produção familiares.

Os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho - auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa – desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento (SILVESTRO *et al.*, 2001, p. 280).

Dessa forma, o trabalho desde cedo, faz parte da socialização das crianças e adolescentes filhos de agricultores familiares. As atividades na unidade produtiva, não são vistas pelos pais, como exploração, mas como aprendizado, e apesar de serem tidas como pesadas e penosas, também são conhecimentos valorizados pelos jovens.

Assim, desde pequenos os filhos acompanham os pais, e isso proporciona que eles desenvolvam o interesse e a perspectiva de permanecer no meio rural. Carneiro (2007), ressalta que a abertura de um espaço de negociação intergeracional é o principal resultado que pode levar os filhos continuarem na unidade de produção.

Nesse sentido, é importante destacar que o diálogo intergeracional iniciado desde a infância, é o principal meio para que os pais transmitam aos filhos valores e sensibilidade, ao afirmar que o meio rural é um lugar bom de se viver, com renda e qualidade de vida. Os jovens anseiam por muitos projetos quando adolescentes, mas a conversa, aliada a experiência e informação, permite que os jovens conheçam e entendam que a agricultura é também um lugar de se viver.

Com meus filhos, eu conversava e converso, sobre os problemas e as dificuldades, que tanto a roça como a cidade possuem, mas quando eu afirmo que aqui eu vivo bem, o meu filho não vê a cidade como a satisfação da vida, e ele vai ficar porque eu gosto e ele também gosta daqui (EG, 09/03/2013, p.3)

A partir deste comentário, identifica-se o amor pelo trabalho no meio rural e pelo lugar onde residem, a conscientização de que os filhos, satisfeitos com a vida no campo, não optará pela vida na cidade, pois compreendem a importância da construção de um futuro promissor no meio rural. E, na observância da felicidade demonstrada pelos pais, os jovens a relacionam com o modo de vida no meio rural. Desta forma, não importa se o trabalho é muitas vezes cansativo, ou que exige cuidados e talvez, maior tempo para a execução das atividades, o importante é entender que aqueles meios geram trabalho e renda, e, além disso, proporciona satisfação as pessoas que as executam.

Para Rosas (2007, p. 187), esse autor aponta que as famílias não transmitem somente bens materiais aos jovens, transmitem também visões de mundo, concepções de trabalho, um código moral, uma ideia sobre o futuro (formando ideários pessimistas ou

não), numa dinâmica objetiva e subjetiva que tem direta vinculação com uma crescente abertura do próprio espaço social rural.

Os registros dos diários de campo, apontam que a família nos municípios pesquisados é um espaço privilegiado para a sedimentação de valores e, sobretudo, continua exercendo uma forte influência formativa, muito embora os jovens do interior vivenciam cotidianamente um contexto de transformações nos padrões normativos. A família continua exercendo um papel fundamental na formação dos jovens e é, sobretudo, reconhecida por eles, como um espaço importante de cuidado, de solidariedade, carinho e união.

Dados da pesquisa também, apontam que no interior das famílias, existe um respeito pela família e a aceitação de seus ensinamentos, que faz parte de um *ethos* que, segundo Gaiger (1994), é produzido na realidade social na qual o indivíduo está inserido, socializado e que define seu comportamento social e, sobretudo, orienta-o não apenas a gestão da vida cotidiana, mas igualmente a relação frente aos acontecimentos incomuns, as perturbações da rotina que deixam os indivíduos frente à incerteza e a insegurança. Esse *ethos* presente no âmbito da família rural, permite aos jovens encontrarem um sentido muito maior para suas trajetórias e também em dar continuidade ao modo de vida dos pais.

A continuação da reprodução social do modo de vida dos pais envolve, ainda, o processo de herança do patrimônio familiar, que é a transferência legal da terra e dos ativos produtivos da unidade familiar. Para Woortmann (1995, p.195), “[...] a herança pode ser entendida como uma retribuição deferida no tempo por um trabalho realizado na terra”.

Tendo esta constatação, os pais esclarecem que a transferência da terra e dos recursos disponíveis nas UPFs se dará inicialmente aos filhos que permanecerão na mesma, mas a tentativa será de trabalhar juntos para que no momento da partilha, não ocorra a fragmentação da UPF, o que poderia inviabilizar certas atividades produtivas. Nesse sentido, em Aratiba, nas UPFs 1, 3 e 4, a perspectiva a ser adotada será a divisão da unidade produtiva, entre todos os herdeiros.

Na UPF 2, o filho mais velho permanecerá uma unidade produtiva, contudo os demais filhos serão retribuídos conforme o valor total do capital da família. A consideração do pai expressa esse sentimento: “Ah, provavelmente vamos dar alguma outra coisa do mesmo valor na cidade ou em outro local, igualando o valor da terra, para quem ficar na propriedade” (EL, 09/03/2013, p. 3-4). A partir dessa narrativa, Silvestro *et al.* (2001), esclarecem sobre a necessidade de igualdade no processo sucessório, pois está em discussão a necessidade de realizar os investimentos necessários na propriedade e de definir o valor e as formas de pagamento aos irmãos que não serão contemplados com a propriedade paterna. Embora as famílias, já tenham um nível de diálogo sobre o destino dos filhos, e mesmo sobre a organização da propriedade, os temas de natureza sucessória acabam sendo raramente abordados, conforme o depoimento: “bom, não tocamos no assunto, mas vai ser dividido em partes iguais” (EE, 16/03/2013, p. 3).

Em Itatiba do Sul, a perspectiva, entre as unidades produtivas e a divisão dos bens patrimoniais entre todos os herdeiros, promoverá um aspecto importante na UPF3, uma vez que a jovem (sexo feminino) possui um namorado, e a expectativa futura é a migração para outro município e fixação de residência na unidade de produção do futuro esposo e, conseqüentemente, a implantação de uma nova agroindústria de farináceos. A narrativa abaixo apresenta esta questão:

Ela ta quase indo embora, porque ela vai casar e irá morar no interior [...], e lá será feita uma nova agroindústria, que nós vamos ajuda a construi como herança, porque nossa área de terra é pequena, então essa será a forma de recompensa. Já os outros filhos pretendemos, ai comprar mais um pedaço de terra [...], e depois a gente divide, mas a escolha é deles, mas todos tem direito do capital (EC, 23/03, 2013, p. 3).

O predomínio de respostas concedidas pelos pais demonstra uma expectativa de distribuição do patrimônio, de forma igualitária, para todos os filhos jovens. Isto demonstra uma mudança, no sentido do reconhecimento de todos os filhos, independente do sexo, como detentores com direitos iguais sobre o patrimônio dos pais. Este se configura como um avanço importante no tocante de reconhecer todos os filhos independente do sexo, pois as filhas era deixadas de fora do processo de partilha da terra. Em outro depoimento, percebemos também “Ela também irá receber uma parte, porque antigamente as meninas não ganhavam nada” (EE, 16/03/2013, p. 4). Isso revela, que os pais estão mudando o modo de pensar e se portar perante aos padrões morais idealizados pela sociedade.

Contudo, através dos registros do diário de campo (23/03/2013, p.4), alerta-se sobre as subdivisões das unidades de produção entre todos os filhos, devido à necessidade de contemplar todos os herdeiros, onde a divisão pode restringir a produtividade e a continuidade das propriedades rurais. Para uma unidade de produção familiar ser produtiva ela deve possuir uma área mínima que contemple requisitos produtivos e naturais. No entanto, se ocorrer uma sucessiva subdivisão, algumas dessas novas propriedades rurais, não alcançaram o nível de desenvolvimento e produtividades necessária para permitir a reprodução social das famílias. Por isso, é necessário se ater sob esse aspecto, e o melhor caminho seria a aquisição de imóveis rurais para contemplar todos os filhos que desejem permanecer no meio rural.

Em suma, constata-se que a forma de organização produtiva caracterizada, como agricultura familiar, conjuga em sua estruturação os elementos terra-trabalho-família, visando assegurar a existência, enquanto unidade econômica independente, construindo estratégias produtivas, respostas no âmbito da organização do trabalho, a fim de assegurar a reprodução social e física da força de trabalho e da unidade de produção familiar, dessa forma as condições de permanência dos jovens nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul está relacionada:

- a viabilidade econômica da unidade de produção, através do exercício de atividades que proporcionem estabilidade financeira, que pode ser obtida através da diversificação dos sistemas de produtivos;
- das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas complementares as atividades agropecuárias (pluriatividade), por um membro da família;
- da inserção de novas atividades (agroindústrias familiares) a unidade de produção, a fim de favorecer a atuação do jovem do desenvolvimento daquelas atividades;
- da valorização dos jovens ao executarem atividades produtivas que proporcionem autonomia e poder de decisão dentro da unidade produtiva;

- da retribuição monetária pelas atividades desenvolvidas pelos jovens dentro das unidades produtivas;

- da qualificação da mão de obra jovem para o exercício de algumas atividades produtivas, que exigem maior preparo para participar nos mercados locais/regionais competitivos;

- das relações de diálogo que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias;

- da percepção e conscientização dos pais e familiares, sobre a importância dos filhos continuarem no meio rural sem precisar migrar para os centros urbanos, para ter uma relação amistosa dentro do núcleo familiar;

- das relações de gênero, valorizando a participação feminina e atribuído a ela o *status* de executora de atividades.

- dos pais incentivarem os filhos desde a infância a vida no meio rural, preparando e incentivando o mesmo a fazer suas escolhas, tomando como base a qualidade de vida.

4.2 O Ambiente Sociocultural dos Jovens Rurais

Nesta segunda parte do capítulo, são apresentados os dados do ambiente sociocultural que oportuniza a permanência de jovens nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul. Inicialmente é abordada a escolaridade dos jovens, bem como as atividades culturais e de entretenimento frequentadas no meio rural. Em seguida, são elencadas as ações que poderiam melhorar o ambiente de trabalho, e a atuação dos jovens junto as entidades locais, além das políticas públicas sociais acessadas. A continuidade do trabalho apresenta as políticas públicas sociais elencadas pelos jovens, como motivadoras para a permanência destes no meio rural. Na parte final, são analisadas as motivações socioculturais que evidenciam a permanência dos jovens e suas perspectivas futuras, enquanto jovens agricultores familiares.

4.2.1 A escolaridade dos jovens da agricultura familiar

Os dados sobre escolaridade dos jovens no município de Aratiba (Quadro 4), foram obtidos e tabuladas a partir das entrevistas realizadas com os jovens. Dessa forma, os dados indicam que o jovem da UPF 1, concluiu o curso de ensino superior em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial; os jovens das UPFs 2 e 3, finalizaram o ensino médio técnico em Agropecuária, e o jovem da UPF 2 está realizando o curso superior em Administração. A jovem da UPF 4, está concluindo o ensino médio.

Quadro 4 – Escolaridade dos jovens, em Aratiba.

Escolaridade	UPF 1	UPF 2	UPF 3	UPF 4
Ensino Médio				
Ensino Médio - Técnico em Agropecuária				
Graduação				

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Legenda: Verde: curso concluído; Amarelo: curso em andamento.

No município de Itatiba do Sul (Quadro 5), o jovem da UPF 1, está finalizando o ensino médio; na UPF 2, o jovem também concluiu o ensino médio técnico em agropecuária e está cursando o curso superior em Administração; e na UPF 3, a jovem concluiu o ensino médio e pretende buscar uma formação em gestão para auxiliar na agroindústria familiar.

Quadro 5 – Escolaridade dos jovens, em Itatiba do Sul.

Escolaridade	UPF 1	UPF 2	UPF 3
Ensino Médio			
Ensino Médio - Técnico em Agropecuária			
Graduação			

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Legenda: Verde: curso concluído; Amarelo: curso em andamento.

A partir dos dados apresentados e através dos registros do diário de campo (09/03/2013, p.2), os jovens mostram-se engajados em buscar formação, para auxiliar na unidade produtiva, favorecendo a continuidade da atividade econômica e a reprodução social da família na unidade de produção.

O depoimento de um dos jovens alerta sobre a necessidade de estar em constante formação: “A agroindústria envolve muitos recursos, de entrada e saída, rápida de dinheiro, e daí quero fazer um curso de gestão [...], para mim ter um controle maior da atividade” (ED, 23/03/2013, p. 3).

Na visão de outro jovem:

Nós temos que estar em constante formação, pois o mundo é globalizado, e o nosso mercado de venda dos produtos, também é global e sofre com as influências do mercado capitalista. Assim, nós temos que buscar cursos que possibilite a gente analisar o que é bom para a propriedade, e poder adaptar a cada realidade. Não porque, o jovem vai fazer cursar um curso superior na cidade que ele não pode voltar a propriedade. Ele deve voltar sim, para implantar e melhorar ela, e isso oportunizaria que os jovens se tornem empreendedores no campo sem abandonar o meio rural (EP, 28/07/2013, p.2).

Neste depoimento é possível a identificação da necessidade de busca constante de informação para, inicialmente, conhecer novas técnicas de trabalho e alternativas de produção e, posteriormente, retornar à unidade produtiva para implantar ações viáveis, porém a família precisa estar disposta a implantar as novas possibilidades de produção. Por outro lado, isso ocorrerá se a formação recebida (da escola ou universidade), incentivar a serem empreendedores e valorizar o espaço rural, como um local que proporcione desenvolvimento de atividades econômicas e uma melhor qualidade de vida.

No entanto, um dos jovens ressalta que a educação em alguns casos não objetiva a valorização da agricultura familiar:

A educação está voltada para o universo urbano, onde os livros, os conteúdos só tratam do meio urbano, enquanto o campo é desprezado [...], a educação deveria valorizar o meio rural, iniciando na infância e perdurar até a juventude, pois isso iria proporcionar que mais jovens permanecessem no meio rural (EO, 09/03/2013, p. 3).

Com base nesta narrativa, os programas de educação escolar tradicionais têm como perspectiva a homogeneização na transmissão de conhecimento, isto é, não levavam em consideração os contextos socioculturais das crianças, jovens e adultos (FREIRE, 1983). Salienta-se, ainda as singularidades “rurais”, como, por exemplo, aqueles que trazem no seu seio os movimentos sociais no campo (CALDART, 2000) ou a dinâmica da agricultura familiar. Por outro lado, a representação dominante da educação,

no campo, sempre esteve associada a não-necessidade de se educar aqueles que trabalhavam com a agricultura.

Pereira (2004), ressalta que o investimento em educação e capacitação profissional dos jovens é uma forma de evitar ou dar segurança na saída temporária ou permanente do campo, assim como amplia a participação dos jovens rurais nos espaços de decisão locais.

Frossard (2003), afirma que a educação assume um caráter de conscientização dos jovens sobre a importância de suas raízes culturais, sociais e familiares, ao mesmo tempo em que conhece outras realidades. Por outro lado, este processo permite fortalecer os laços com os grupos e pessoas que apresentam as mesmas raízes sociais, culturais e espaciais. Esta valorização das raízes pode permitir ainda uma maior interação do jovem com seu grupo familiar.

Além disto, a educação é uma forma de conhecimento do meio social e absorção de informações essenciais para a definição de seu projeto de vida. Isto pode trazer um revigoramento da construção da identidade, pois ao analisar as possíveis potencialidades de seu meio, podem levar ao jovem a incluir em seu projeto de vida a construção ou reconstrução de sua realidade. Isso pode levar o indivíduo a tornar-se um agente de transformação e não alguém que forma sua identidade aceitando o seu lugar do jeito que é.

Assim, a família e a escola, são entidades que podem contribuir para a formação de valores, e é necessário ainda que a educação possibilite o empoderamento dos jovens, e que ele tenha no campo um modo de vida que possibilite a sua reprodução social.

4.2.2 As atividades de entretenimento frequentadas pelos jovens

A sociabilidade vem a ser o espaço onde a interação sai dos meandros convencionais e entra no âmbito do jogo, do prazer e da diversão, como são as atividades de lazer. Com efeito, o lazer pode ser considerado como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e que se constitui para os jovens

enquanto campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais (CARRANO, 2005).

As atividades de entretenimento frequentadas pelos jovens identificadas através dos registros do diário de campo (16/03/2013, p.2), e por meio das entrevistas. Em Aratiba os jovens (gráfico 5), primeiramente e com mais frequência participam de bailes e matinês nas comunidades rurais, e em eventos artísticos e shows nos municípios pertencentes a região Alto Uruguai. A segunda atividade mais frequentada pelos jovens, é a participação em festas tradicionais, almoços e jantares típicos, nas comunidades rurais do município e dos municípios próximos. Como terceira opção mais frequentada, é a participação dos jovens em excursões técnicas e de lazer. E a última opção frequentada pelos jovens, está relacionada a prática de esportes coletivos, jogos rurais, passeios em outros municípios, e sessões de cinema.

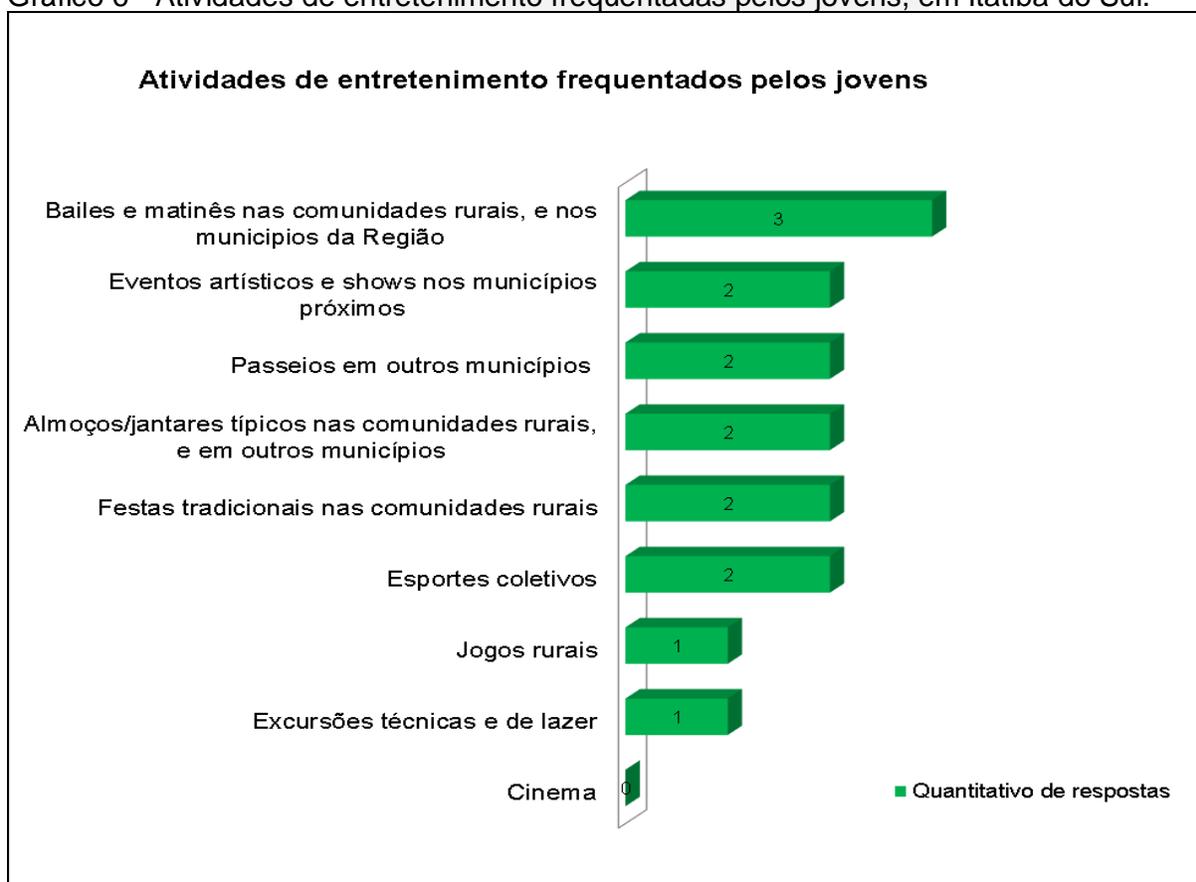
Gráfico 5 – Atividades de entretenimento frequentadas pelos jovens, em Aratiba.



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Em Itatiba do Sul (gráfico 6), os jovens também participam em bailes e matinês nas comunidades rurais. Como segunda opção de entretenimento mais frequentada, os jovens buscam participar de esportes coletivos, festas tradicionais, almoços e jantares típicos realizadas nas comunidades rurais do município e também nos municípios próximos; os jovens realizam passeios em outros municípios, participando de feiras e shows nos municípios próximos e, as opções menos frequentadas pelos jovens referem-se a excursões técnicas e de lazer e jogos rurais, sendo que não costumam frequentar sessões de cinema.

Gráfico 6 - Atividades de entretenimento frequentadas pelos jovens, em Itatiba do Sul.



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Os dados apresentados buscam aproximar a realidade concreta deste segmento juvenil, onde amplia a percepção da existência de condições distintas de vivência do tempo da juventude, onde as opções de lazer no meio rural são poucas, e por isso os jovens buscam no universo urbano complementar as formas de entretenimento. Dessa

forma, os jovens buscam nesse universo um espaço de lazer, pois existem mais opções como: cinema, shows, feiras, jantares, etc. E esse tipo de lazer é considerado restrito, pois nem todos os jovens possuem acesso primeiramente pela questão de oportunidade de transporte de se locomover ao meio urbano e recursos financeiros para dispor desse tipo de lazer, pois o custo pode ser mais elevado.

O relato do jovem, a seguir, apresenta esta questão de acessibilidade:

Em cidades pequenas tem poucos lugares para ir, mas mesmo assim, tem bailes, jantares e a gente vai para Erechim, ver o cinema, que é muito bom, [...], é um lazer barato, comparado com os outros locais que a gente vai (EB, 16/03/2013, p.2).

Considerando-se o relato, Stropasolas (2006), também já evidenciava que os jovens do campo buscam no meio urbano, atividades de descontração nos finais de semana. O fato preocupante é a redução das manifestações culturais nas comunidades rurais, onde também ocorreu a redução de participação das famílias e dos jovens nessas atividades.

As atividades de lazer determinam consistência de liberdade ao permitir uma fuga temporária à rotina cotidiana de trabalho e obrigações sociais (CARRANO, 2005). Desse modo, o lazer aparece como um elemento na construção de identidades juvenis, uma vez que “no espaço-tempo de lazer os jovens consolidam relacionamentos, sentidos estéticos e processo de identificação cultural” (CARRANO, 2005, p. 177).

Como o lazer está atrelado a diferentes universos, através dos registros do diário de campo (16/03/2013, p.4), pode evidenciar que alguns jovens acabam conhecendo e tendo contato com pessoas de diferentes localidades, regiões e identidades. E desse contato, são constituídos os namoros e casamentos, onde, muitos jovens acabam tendo como namorado (a), pessoas de origem urbana, pois o acesso a estes locais concentram uma quantidade maior de jovens, e isso possibilita o contato com as diferentes realidades sejam rurais ou urbanas.

Dessa forma, Carneiro (2007, p. 64), pontua sobre a importância de reconhecer que os jovens são atores de uma reconstrução cultural demandando espaços de

representação de lazer, de trabalho para poderem exercer sua cidadania sem serem expropriados de seus valores, de seus bens e de suas redes de sociabilidade. Dessa forma, a partir da releitura dos valores urbanos trazidos pelos “de fora” ou obtidos “fora”, mas realizados na localidade de origem, que novos papéis sociais, novas identidades e novos projetos são definidos.

Nas narrativas dos jovens a seguir, são evidenciados que o namorado(a) é do meio urbano: “apesar de ele ser da cidade, mas ele vem aqui e me ajuda a tirar leite, cuidar das vacas e do gado, e penso que ele vai querer morar aqui e ampliar as atividades leiteiras” (EH, 09/03/2013, p. 1).

Nesse sentido, outro relato apresenta:

Bem a princípio ela é da cidade, mas ela entende a minha profissão e também tem se esforçado em nos ajudar. Claro que é diferente, mas ela pretende sim nos ajudar e também vir morar aqui. E daí quero ver para construir uma casa pelo programa nacional de habitação rural (EB, 16/03/2013, p. 1-2).

A partir destes dois últimos relatos, percebemos que, ambos os jovens, atraíram seus companheiros para o meio rural, e, isto representa uma quebra de paradigma, ou seja, um jovem urbano se deslocando para o meio rural, para se dedicar a um ambiente, que entre os jovens rurais existe certa resistência em persistir, principalmente pelas jovens mulheres do meio rural em continuar na zona rural.

Os dados apresentados por Brumer (2004) determinam que o êxodo rural é predominante entre jovens mulheres, migrantes para as grandes cidades, em busca de trabalho ou de formação educacional, o que pode ser explicado por diversos fatores ligados às dinâmicas intrafamiliares, tais como questões referentes à sucessão geracional dos estabelecimentos agropecuários, divisão sexual do trabalho e evidente invisibilidade do trabalho feminino, o que tem provocado a masculinização do meio rural brasileiro.

Em consequência da masculinização no campo, alguns jovens atraem moças da cidade para o meio rural, como perspectiva de vida. No entanto, é possível identificar também jovens divididos, que cedem às pressões de identidade, e tendem a fazer alguns “arranjos”:

Namoro com uma guria da cidade, que não quer nem saber de vir morar aqui, [...], a possível solução está em residir na cidade com ela, e retornar nos finais de semana, ou quando der. Mas, não vou abandonar a propriedade, jamais (EJ, 23/03/2013, p. 1).

O que se pode identificar no depoimento anterior são alguns aspectos importantes, em que apesar do conflito ser eminente, sendo o primeiro relacionado a jovem urbana ter se relacionado com um jovem do meio rural e, o outro ainda consiste de o jovem não ceder às pressões internas e as relações sociais, e que o jovem permanecerá próximo ao meio rural, independente do consentimento da companheira.

Diante de todos os relatos acima expostos, esse conjunto de reflexões nos leva a pensar a ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local, mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade (RAMBAUD, *apud* CARNEIRO, 1998b).

Para Bauman (2004), as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam. O debate atual sobre identidade ocorre a partir da construção simbólica, em especial no que se refere ao pertencimento dos indivíduos, como elementos culturais, de gênero, de classe ou de nação.

Para Hall (1999), os modernos meios de transporte e de comunicação, as informações, as culturas, as religiões, as ideias, os modos de vida de diferentes grupos/sociedades são divulgados e partilhados por outras pessoas, em espaços diferentes e agora já não (tão) distantes.

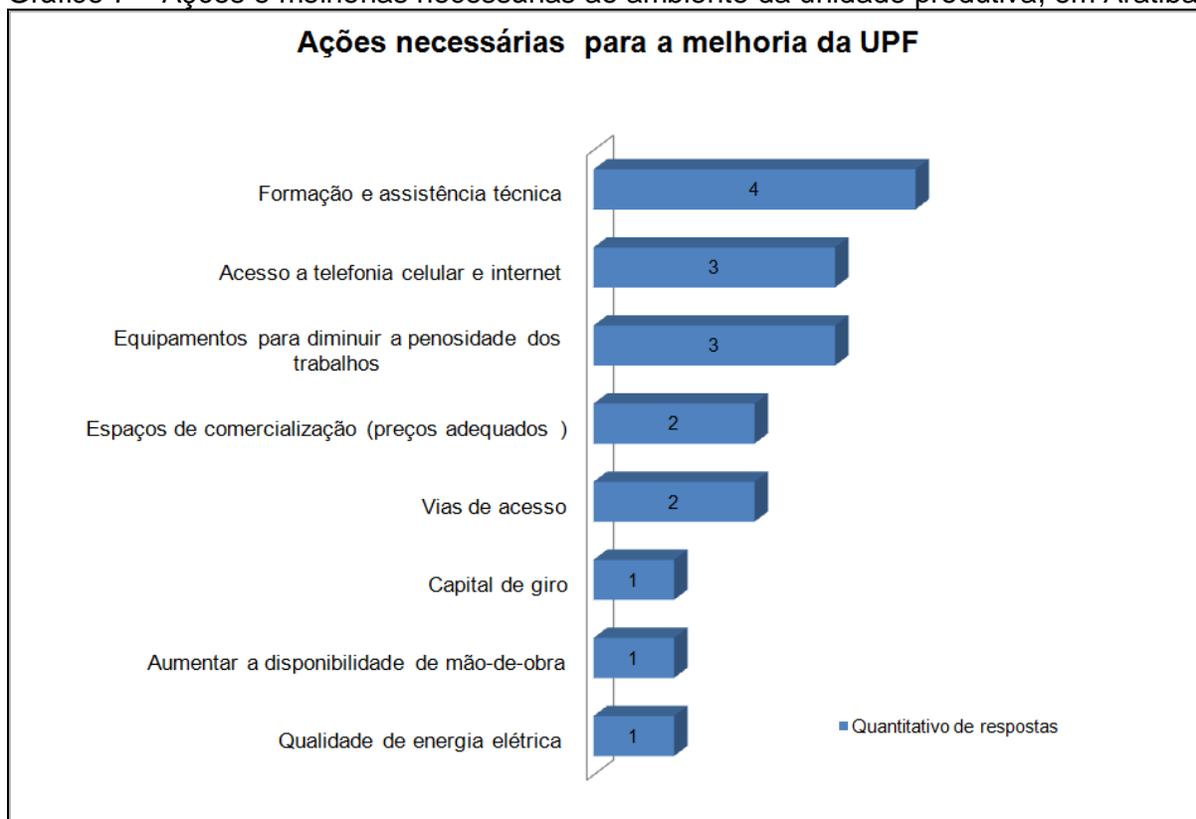
Dessa forma, com a expansão dos meios de transporte e de comunicação, sobretudo da mídia com a sua reconhecida força “formadora” e “divulgadora” de valores, no contexto da inserção plural do agricultor familiar, fica difícil pensar na noção de

ruralidade para definir a natureza das relações sociais num espaço determinado. Assim, são as possibilidades de se estabelecerem relações de alteridade com os "de fora" que reincide a capacidade do grupo de definir a sua identidade sustentada no pertencimento a uma localidade.

4.2.3 Ações necessárias para a melhoria do ambiente na unidade produtiva

As ações necessárias para a melhoria do ambiente na unidade produtiva, possíveis de identificação através dos registros em questionários aplicados aos jovens, no município de Aratiba (gráfico 7), na qual a principal demanda está relacionada à formação e capacitação dos jovens, bem como a assistência técnica na unidade produtiva. A segunda questão mais apontada pelos jovens, é a busca por melhorias em equipamentos que possibilitem um menor esforço físico durante a execução dos trabalhos, e acesso a sinais de telefonia móvel e internet de qualidade. A terceira melhoria assinalada, está relacionada pela busca por espaços de comercialização, com preços adequados e canais de comercialização direta entre indústria e agricultores, sem a presença de intermediários, e melhorias nas vias de acesso às unidades produtivas. As últimas opções apontadas pelos jovens, como ações necessárias para melhorar o ambiente da unidade produtiva, está a possibilidade de ter acesso a capital de giro para desenvolver as atividades produtivas, aumentar a disponibilidade de mão de obra na UPF e qualidade da qualidade da energia elétrica, pois muitos equipamentos utilizados nas unidades de produção demandam uma potência elétrica maior, e as atuais redes de distribuição não possuem capacidade e nem suportariam a distribuição do aumento de potência.

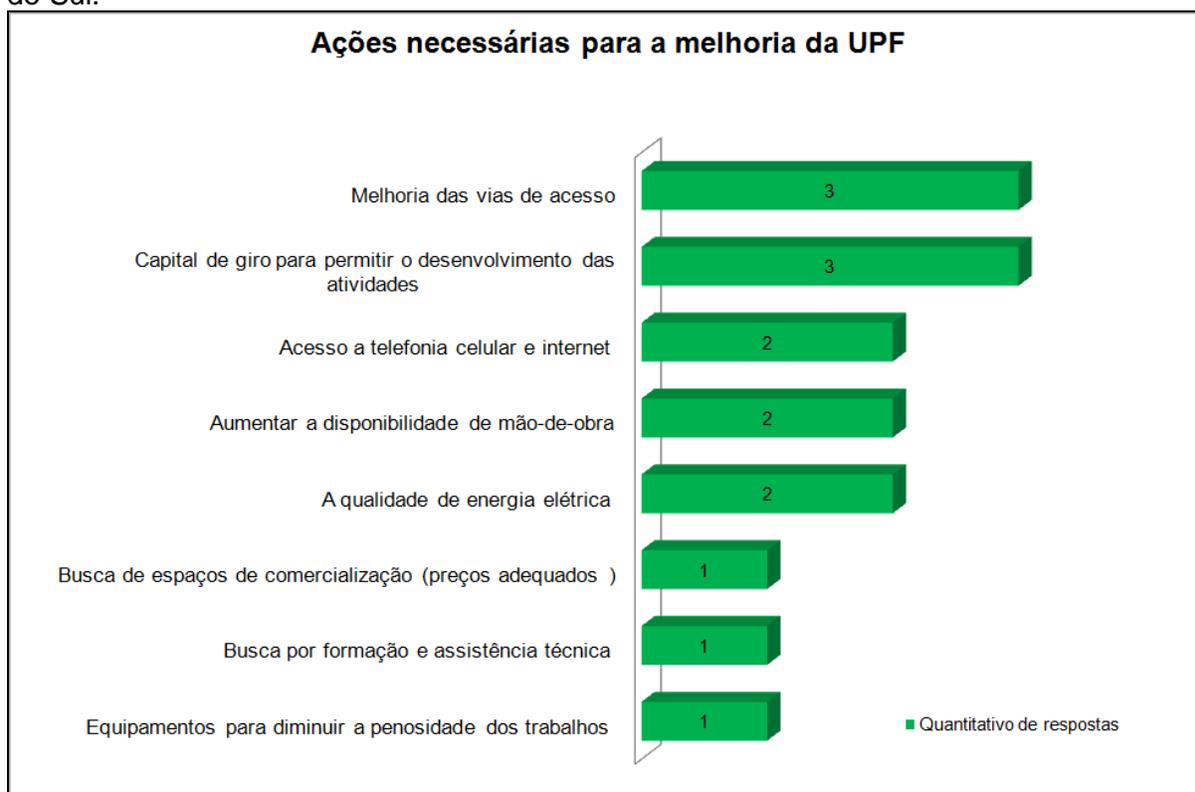
Gráfico 7 – Ações e melhorias necessárias ao ambiente da unidade produtiva, em Aratiba.



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Em Itatiba do Sul (gráfico 8), a principal demanda por melhorias está atrelada a busca por melhorias nas vias de acesso as unidades de produção familiares e capital de giro para permitir o desenvolvimento das atividades. A segunda demanda, está relacionada ao aumento da disponibilidade de mão de obra nas unidades produtivas, o acesso a telefonia móvel e internet, e a qualidade de energia elétrica. As últimas opções assinaladas como ações importantes, está relacionada pela busca de espaços de comercialização, equipamentos que possibilitem um menor esforço físico durante a execução dos trabalhos, além da busca por formação e assistência técnica pelos jovens agricultores familiares.

Gráfico 8 – Ações e melhorias necessárias ao ambiente da unidade produtiva, em Itatiba do Sul.



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Em ambos os municípios, as melhorias no ambiente da unidade produtiva relacionam-se à utilização dos equipamentos, que possibilitem um esforço físico menor, durante a execução dos trabalhos, necessidade de formação e assistência técnica, a melhoria da qualidade de energia elétrica, e ao acesso ao sinal da telefonia móvel e internet de qualidade.

Nos estudos de Stropasolas (2007), o autor argumenta que vivemos numa época de alargamento do mundo cultural, e isto reflete no imaginário e nas demandas da juventude. Esta ampliação do universo simbólico e valorativo é percebida nos apontamentos dos jovens que desejam o melhor dos dois mundos, o rural e o urbano.

Para Stropasolas (2007), a inclusão digital, o acesso à informação e a comunicação interpessoal, é demandada pelos jovens, tendo em vista a interação criada pelos jovens, que passam a ter acesso à Internet, em diferentes locais.

A assistência técnica apresentada com base nos dados da pesquisa como um elemento a ser buscado e implementado nas unidades produtivas, possui um enfoque um pouco diferente daquela praticada. Um dos jovens relata que assistência técnica deve buscar dialogar com temas técnicos e sociais.

A assistência técnica deveria dialogar com toda a família, buscando através de diferentes olhares compreenderem a relação dos pais e filhos, e possibilitar que as relações familiares sejam dadas num ambiente agradável, onde o sentido de união esteja presente, e mais que isso, o entendimento de ambos os lados, a importância de entender as limitações e que existem diferentes formas de buscar a resolução de problemas (EP, 28/07/2013, p. 2).

Com base nesse depoimento, aponta-se a necessidade de trabalhar a assistência técnica social dentro da unidade produtiva, envolvendo a família com diferentes profissionais, sejam sociólogos, pedagogos, psicólogos, dentre outros profissionais, que trabalhem na possibilidade de resolução de conflitos e a abertura para novas perspectivas de vida, bem como o incentivo que a família propicie a permanência dos jovens no meio rural. Talvez esse seja o desafio dentro das unidades de produção familiares, bem como das entidades ligadas ao meio rural, que ocorra uma intervenção social dentro da família para possibilitar que as novas gerações de jovens já se desenvolvam em um ambiente familiar propício para permanecer no meio rural, sucedendo os pais nas atividades rurais.

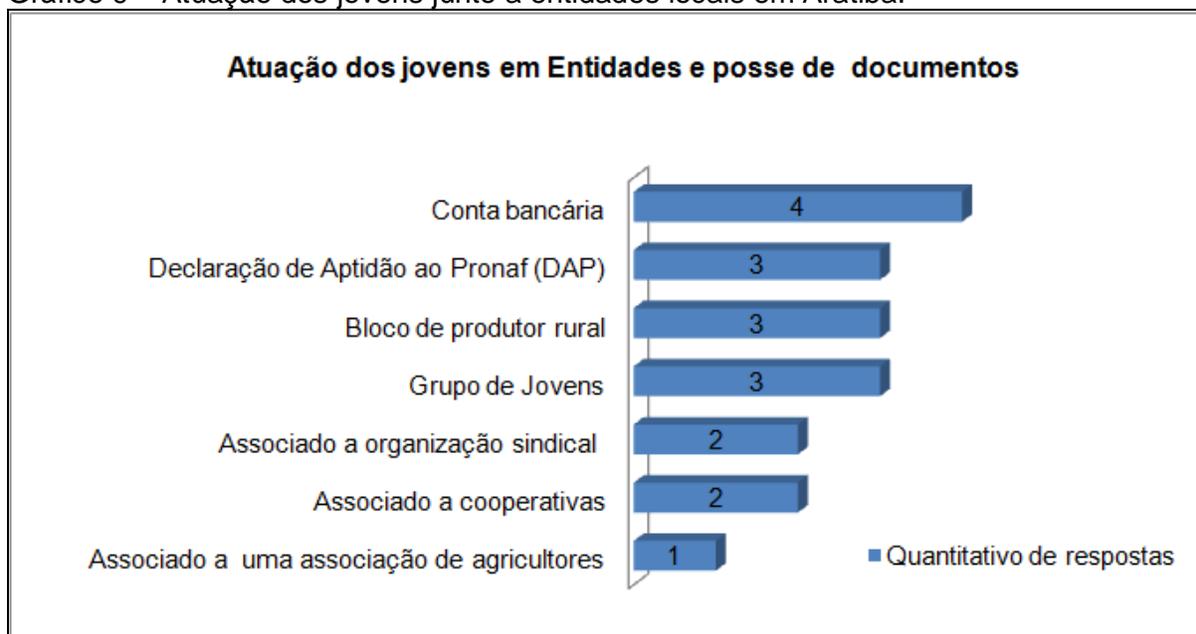
4.2.4 A participação dos jovens junto as entidade locais

A sociabilidade é entendida como processo dinâmico de relações de interação constitutivas com as entidades locais, da vida em família e da rede de vizinhança, e parentesco, criando uma esfera específica de existência. Assim, a participação dos jovens junto as entidades locais e a posse de documentos, foi possível identificar por meio dos registros do questionário aplicado com os jovens no município de Aratiba (gráfico 9), onde todos os jovens pesquisados possuem conta bancária; em segundo lugar, os jovens possuem atuação em grupos de jovens, e posse do bloco de produtor rural e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP¹⁹). Em terceira colocação, os jovens e/ou os pais,

¹⁹ Criada pela SAF/MDA(Secretária da Agricultura Familiar/ Ministério do Desenvolvimento Agrário), a DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Pronaf. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciado pelo MDA, de

são associados ao sindicato da agricultura familiar, e a cooperativas agropecuárias. E apenas um dos jovens pesquisados participa de associação de agricultores.

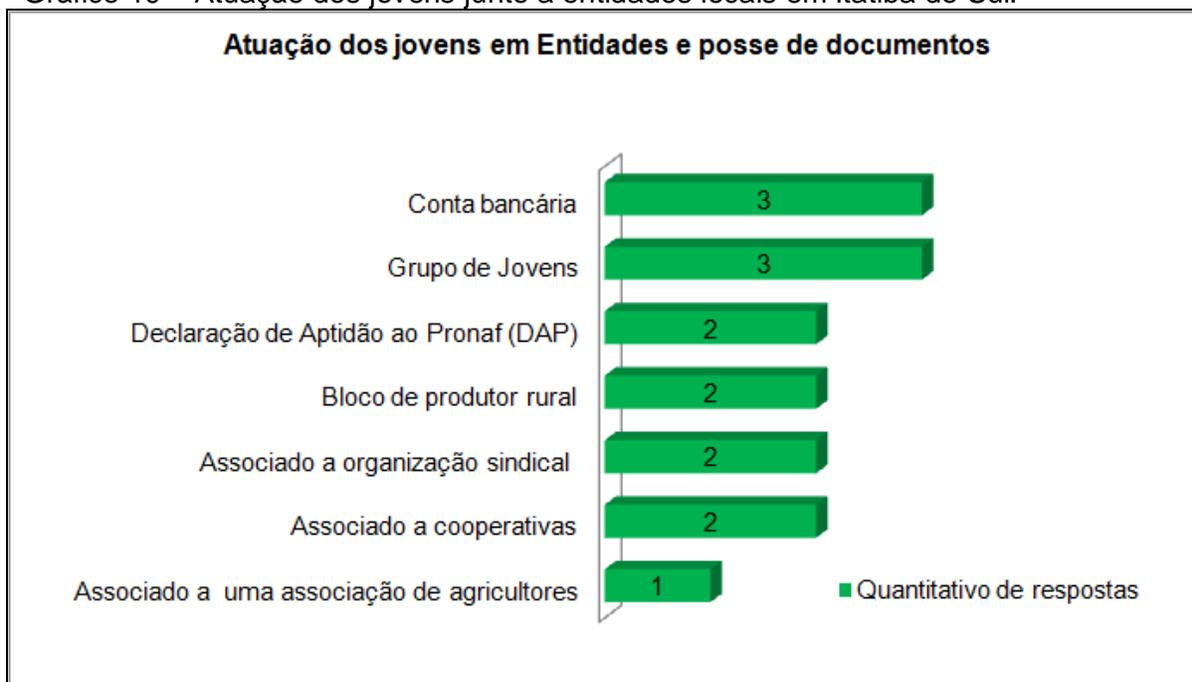
Gráfico 9 – Atuação dos jovens junto a entidades locais em Aratiba.



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Em Itatiba do Sul (gráfico 10), na sua totalidade os jovens participam de grupos de jovens e possuem conta bancária. E em segundo lugar, os jovens são sócios a alguma cooperativa agropecuária; ao sindicato da agricultura familiar, e possuem bloco de produtor rural e a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP). E apenas um dos jovens pesquisados participa de associação de agricultores.

Gráfico 10 – Atuação dos jovens junto a entidades locais em Itatiba do Sul.



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Os dados trazem um perfil de jovens ativos e participativos, onde em ambos os municípios se identificou com maior destaque que esses jovens possuem uma conta bancária; bloco de produtor rural e a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) e são associados em cooperativas, em entidades sindicais que lhes representam, e atuam em grupos de jovens nas comunidades rurais.

Essas entidades e ações, se constituem como elementos que possibilitam a inserção dos jovens ao ambiente produtivo e social, possuindo fortes ligações. Ou seja, o bloco de produtor rural obtido a partir dos 16 anos permite comprovar que este exerce atividades agrícolas e pecuárias no meio rural. A conta bancária e a declaração de aptidão ao Pronaf, permite o acesso a operações financeiras de crédito em seu nome em uma agência bancária. Desse desencadeamento, os jovens buscam ligação junto às cooperativas agropecuárias, que passam a ser fornecedoras de insumos e compradoras das matérias primas produzidas em suas unidades de produção. As entidades sindicais buscam por meio de propostas a inserção do jovem em um ambiente social e econômico, que lhes permitam a sua permanência no meio rural. E dessa ampla participação o jovem

assegura sua interação social na comunidade rural, através da sua participação nos grupos de jovens.

4.2.5 As políticas públicas sociais acessadas pelos jovens rurais

As políticas públicas sociais criadas para o meio rural são um importante instrumento, que buscam o desenvolvimento das regiões e países e, através delas, busca-se o estreitamento das diferenças sociais, que determina a distribuição de renda, proporcionando a busca pelo desenvolvimento local e regional, através das ações de políticas voltadas aos diversos setores.

Para Abramovay (2005), as políticas de desenvolvimento rural voltadas para juventude precisam ser amplias, já que a agricultura familiar é multifuncional e pluriativa, ou seja, suas rendas dependerão da agricultura e de outras atividades. Quanto mais os jovens estiverem preparados para essas novas atividades, agrícolas ou não, maiores as oportunidades de realização pessoal e profissional, destacando-se a valorização da biodiversidade do meio rural.

O acesso as políticas públicas sociais pelos jovens no município de Aratiba, foram possíveis ser identificados por meio dos registros do questionário realizado com os jovens (gráfico 11). Dessa forma, foi identificando que a principal política pública acessada pelos jovens foi o Pronaf Alimentos Mais Investimento²⁰, sendo este utilizado na ampliação de atividades existentes ou adquirindo equipamentos para melhorar a execução das atividades. A segunda política pública mais acessada pelos jovens, foram o Programa de Seguro Agrícola da Agricultura Familiar (SEAF)²¹, Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) Mais Investimento²² e Proagro Mais²³. E em terceiro lugar, a

²⁰ Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf.

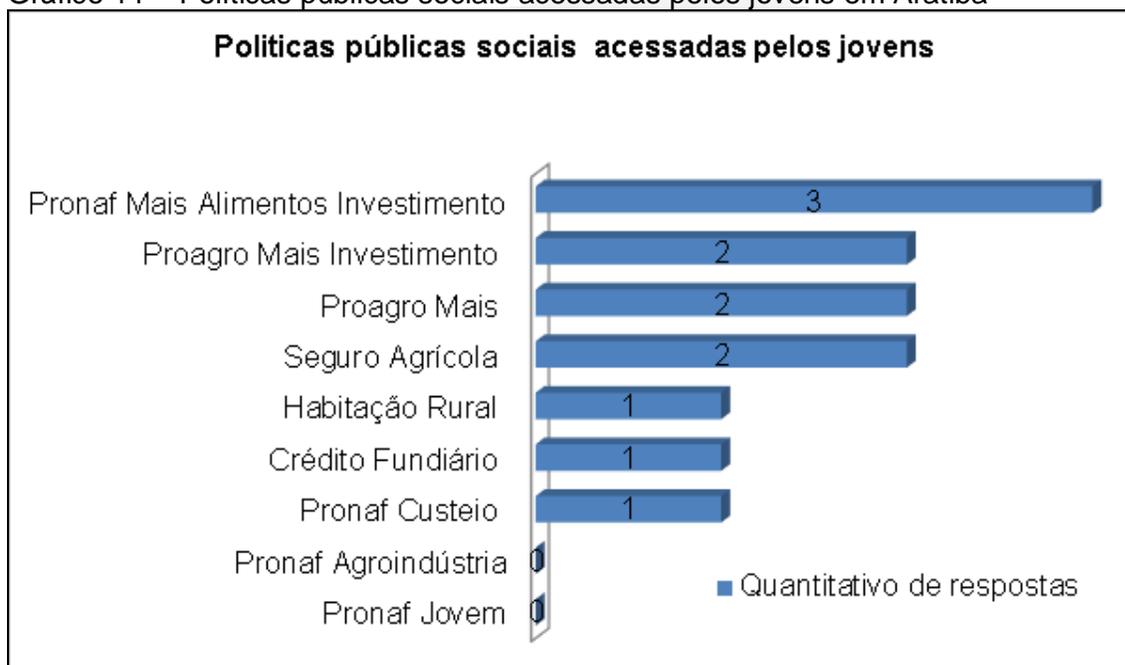
²¹ O seguro agrícola é um dos instrumentos de política agrícola e fundamental para modernização tecnológica da agricultura – protege o produtor contra perdas causadas por fenômenos adversos da natureza até o limite máximo de indenização contratado.

²² O Proagro Mais Investimento é uma nova modalidade de Proagro que assegura cobertura adicional para pagamento de parcelas de investimento agropecuário ao agricultor familiar que tenha uma operação de custeio agrícola registrada no Proagro Mais.

²³ Programa governamental que visa amortizar parte das operações de custeio agrícola e indenizar parcela da renda que seria gerada, no caso de ocorrer um evento adverso da natureza que afete as lavouras.

política pública mais acessada foi o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)²⁴, a fim de oportunizar a construção de residências para esses jovens no meio rural. Concomitante a esses programas, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)²⁵ também já foi acessado pelos jovens para a aquisição de suas unidades de produção familiares e o Pronaf Custeio²⁶, voltado a formação e manutenção de culturas anuais. Em Aratiba os jovens ainda não acessaram as linhas de credito do Pronaf Jovem²⁷, e Pronaf Agroindústria²⁸.

Gráfico 11 – Políticas públicas sociais acessadas pelos jovens em Aratiba



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

²⁴ Este programa financia a aquisição de material de construção para a construção ou conclusão/reforma/ampliação de unidade habitacional em área rural.

²⁵ É um programa que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento.

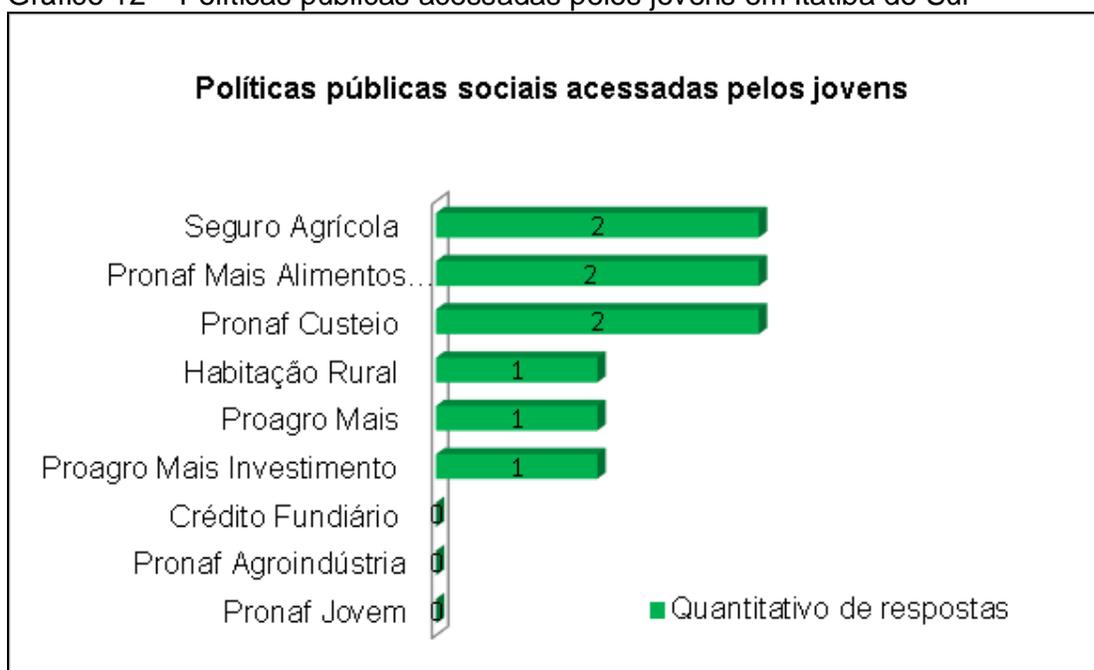
²⁶ Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf.

²⁷ Pessoas físicas com idade entre 16 e 29 anos, integrantes de unidades familiares e apresentem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

²⁸ É programa de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais, e a exploração de turismo rural.

Em Itatiba do Sul (gráfico 12), as principais políticas públicas sociais acessadas pelos jovens foram o Pronaf – Custeio; o Pronaf - Mais Alimentos Investimento e o Seguro Agrícola. Em segundo lugar os jovens acessaram o Proagro Mais, Proagro mais Investimento e o programa de habitação rural. As políticas públicas que não foram acessadas pelos jovens em Itatiba do Sul são o Pronaf Jovem, o Pronaf Agroindústria e o Crédito Fundiário.

Gráfico 12 – Políticas públicas acessadas pelos jovens em Itatiba do Sul



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Os resultados da pesquisa, permite evidenciar que as linhas de crédito mais acessadas, foram o Pronaf, relacionado ao Programa Mais Alimentos Investimento e as operações de crédito de custeio. Esse é reflexo de uma política pública que possui como suporte para o seu desenvolvimento a seguridade da produção. Pois, o Seguro Agrícola, o Proagro Mais e o Proagro mais investimento, possibilitam que o capital investido na produção agrícola, e/ou pecuário, ao acaso de ocorrer um problema de instabilidade climática, os capitais investidos sejam repostos, não acarretando prejuízo maior ao agricultor familiar. No entanto, somente essa medida não é capaz de proporcionar tranquilidade a família, e assim se faz necessária uma readequação do crédito, onde oportunize além do crédito, a garantia de renda para as famílias: “Um programa de

garantia de renda, com subsídios financeiros para que os jovens fiquem e que na verdade motivem mais jovens a permanecer no meio rural (EM, 09/03/2013, p. 3).

Além da garantia de renda, alguns jovens manifestam que seja necessária a criação de mecanismos que auxiliem os jovens no início das atividades produtivas.

Acredito que um incentivo financeiro mensal, através do bolsa jovem para meninas e meninos, ai eles teriam seus próprios meios para iniciar alguma atividade produtiva [...], e alcançar a sua independência financeira (EJ,23/03/2013, p. 3-4).

Tem que facilitar o acesso as informações como internet e outros meios de se comunicar, bem como trabalhar com o crédito fundiário mais acessível, e permitindo que os jovens com menos idade acessem para assim garantir renda (EF, 16/03/2013, p. 4-5).

Financiamentos subsidiados para a compra de terra para os jovens que querem ficar e produzir (EB, 16/03/2013, p.5).

Essas narrativas, expõem a necessidade de facilitar o acesso e propiciar condições para que mais jovens permaneçam no campo com renda e informação. Mas, nos relatos também se evidencia a preocupação de que essas seriam possibilidades de atrair mais jovens para o meio rural, pois a migração de jovens é um problema social que deve ser encarado com mais seriedade pelas autoridades e entidades.

A pesquisa mostrou que uma política pública criada especificadamente para os jovens, o Pronaf – Jovem, em nenhum dos municípios foi acessado, devido à falta de informação dos jovens e das agências bancárias, pois a sua acessibilidade possui pontos burocráticos²⁹, que impede a sua adesão. Esses pontos restringem a participação de jovens que já concluíram o ensino médio em escolas normais de ensino formal, que gostariam de permanecer no meio rural, bem como da obrigatoriedade de

²⁹ A burocracia se refere a necessidade por parte dos jovens em atender os seguintes critérios: tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ou que tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural, reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira; e tenham participado de cursos de formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec ou do Programa Nacional de Educação no Campo – Pronacampo.

assessoramento técnico contínuo das atividades produtivas financiadas através do crédito. Alerta-se também, que as entidades que trabalham com esses serviços, não possuem a quantidade ideal de profissionais capacitados para oferecer esses serviços de qualidade nos projetos produtivos implantados pelos jovens.

As dificuldades encontradas pela maioria das unidades de produção, em pequenas e médias propriedades, vão desde a dificuldade ao acesso a linhas de crédito, implantação de políticas públicas, a falta de terras, expondo os jovens agricultores familiares a um constante questionamento sobre a necessidade que realmente empodere os jovens.

Dias (2006), afirma que existe uma necessidade de mudanças que envolvem questões estruturais voltadas ao jovem do campo, no sentido de facilitar o acesso dos mesmos, a linhas de crédito, possibilitando a aquisição de terras como o início de realização de seus projetos, o que pode levar a fixação desses jovens no meio rural, garantindo assim, a reprodução social deste importante segmento da agricultura familiar.

O grande desafio para as políticas de desenvolvimento rural destinada a esses jovens, é a mudança dos padrões atuais que viabilizem os mesmos a se tornarem agricultores, através da possibilidade de acesso de ativos (educação, crédito, terra) e a criação de um ambiente que possibilite e assegure a execução de seus projetos.

A participação dos jovens no planejamento e elaboração das propostas para a busca de melhores condições de continuidade no meio rural se torna importante uma vez que, apenas eles sabem o que seria importante melhorar a respeito de seus anseios e perspectivas de vida.

4.2.6 As motivações socioculturais de permanência dos jovens no meio rural

As motivações socioculturais que oportunizam a permanência dos jovens no meio rural foram possíveis ser quantificadas, através dos registros do questionário aplicado aos jovens. Dessa forma, no município de Aratiba, as principais motivações que condicionam a permanência dos jovens, evidenciam que o meio rural é um local aconchegante, tranquilo, e proporciona condições de crescimento socioeconômico; além de não existir

um “patrão” controlando as atividades desenvolvidas; maior conforto e qualidade de vida e a flexibilidade no horário de trabalho. Em segundo lugar, os jovens consideram que diminuiu a penosidade dos trabalhos e porque gostam das atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades rurais. Em terceiro lugar, os jovens consideram que o meio rural oportuniza uma renda maior, além da proximidade da família, porque os pais querem que eles permaneçam na propriedade, para seguir a tradição e costume da família. Além disso, os jovens esclarecem que a permanência está relacionada ao gostar das atividades produtivas desenvolvidas e a segurança existente no meio rural.

Gráfico 13 – Motivações que evidenciam a permanência dos jovens no meio rural em Aratiba



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Em Itatiba do Sul (gráfico 14), as motivações dos jovens desse município estão relacionadas primeiramente ao conforto e a qualidade de vida existente no meio rural, além dos jovens gostarem das atividades produtivas desenvolvidas. Em segundo lugar, a

permanência no meio rural relaciona-se com a proximidade da família e, os jovens apontam como terceiro item o fato de não gostar do meio urbano, a flexibilidade no horário de trabalho no meio rural, melhorias no conforto doméstico e maior rentabilidade econômica.

Gráfico 14 – Motivações que evidenciam a permanência dos jovens no meio rural em Itatiba do Sul



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Em ambos os municípios uma das principais justificativas socioculturais pela permanência no meio rural, está relacionada ao conforto, tranquilidade e a qualidade de vida existente. Além dessas motivações, os registros das entrevistas, trazem elementos que contribuem para justificar o conforto e a qualidade de vida, que o meio rural propicia:

A sensação de bem estar, que só a roça tem (EO, 02/03/2013, p. 5).

É um lugar tranquilo e o modo de viver (EM, 09/03/2013, p.4).

Eu gosto daqui, e eu vou ser feliz aqui, dificuldades se tem em qualquer lugar (EH, 09/03/2013, p. 4).

A eu gosto do meio rural, e não gosto da cidade, lá é ruim, muito tedioso, aqui é calmo, bem melhor de se viver (ED, 23/03/2013, p, 5).

Para Carneiro (2007, p. 64), a valorização da localidade de origem em oposição à cidade grande tem como principal parâmetro a violência que toma conta do cenário das grandes cidades. Assim, o que antes era considerado negativo – “lugar parado”, “onde nada ocorre” – atualmente, tornou-se sinônimo de “tranquilidade”, “segurança” e “boa qualidade de vida”, dessa forma o campo oferece uma “tranquilidade perdida”.

Carneiro (2007, p.64), também esclarece que o convívio familiar e os laços de amizade propiciam e reforçam os motivos de permanência do meio rural. Pois a relação de amizade, compreensão entre pais e filhos, se constituem entre tantos outros elementos, como uma das possibilidades de jovens permanecerem nas unidades produtivas.

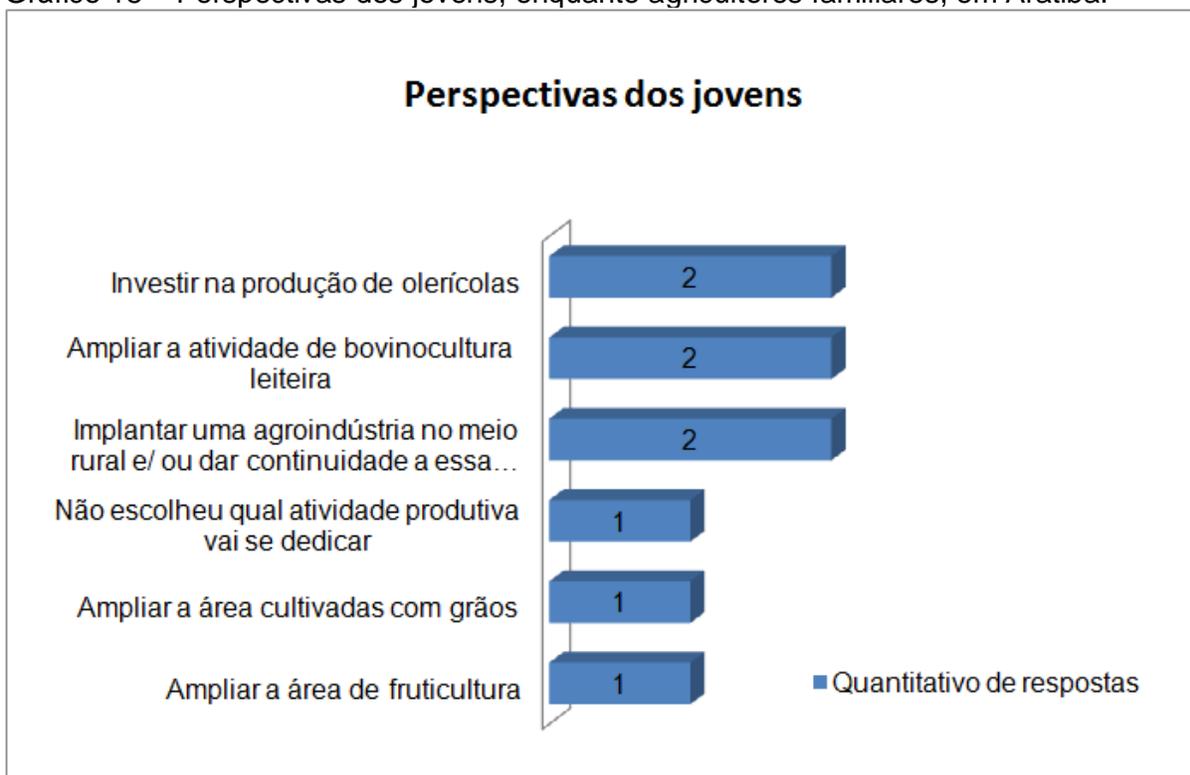
4.2.7 As perspectivas futuras dos jovens enquanto agricultores familiares

As perspectivas futuras dos jovens enquanto agricultores familiares, constituem-se numa antecipação consciente do futuro que revela o ser e o transforma orientando sua conduta em direção a um futuro pretendido. Além disso, os projetos profissionais acalentados pelos jovens tendem a traduzir provavelmente mais do que qualquer outro indicador, a avaliação que os jovens fazem da agricultura familiar, assim como suas visões das possibilidades de reprodução das unidades de produção familiar e suas disposições de permanência nesse ramo de atividade (WEISHEIMER, 2007).

Através dos registros do questionário aplicado aos jovens, no município de Aratiba (gráfico 15), os jovens consideram que as perspectivas futuras dependendo de cada área de atuação, é de implantar a atividade de agroindustrialização na unidade de produção, ampliar a atividade de bovinocultura leiteira e a produção de olerícolas. Em segundo lugar, os jovens apontam a possibilidade de ampliar a área cultivada de grãos e

fruticultura. No entanto, um dos jovens pesquisados ainda não se decidiu em qual área produtiva pretende investir no meio rural.

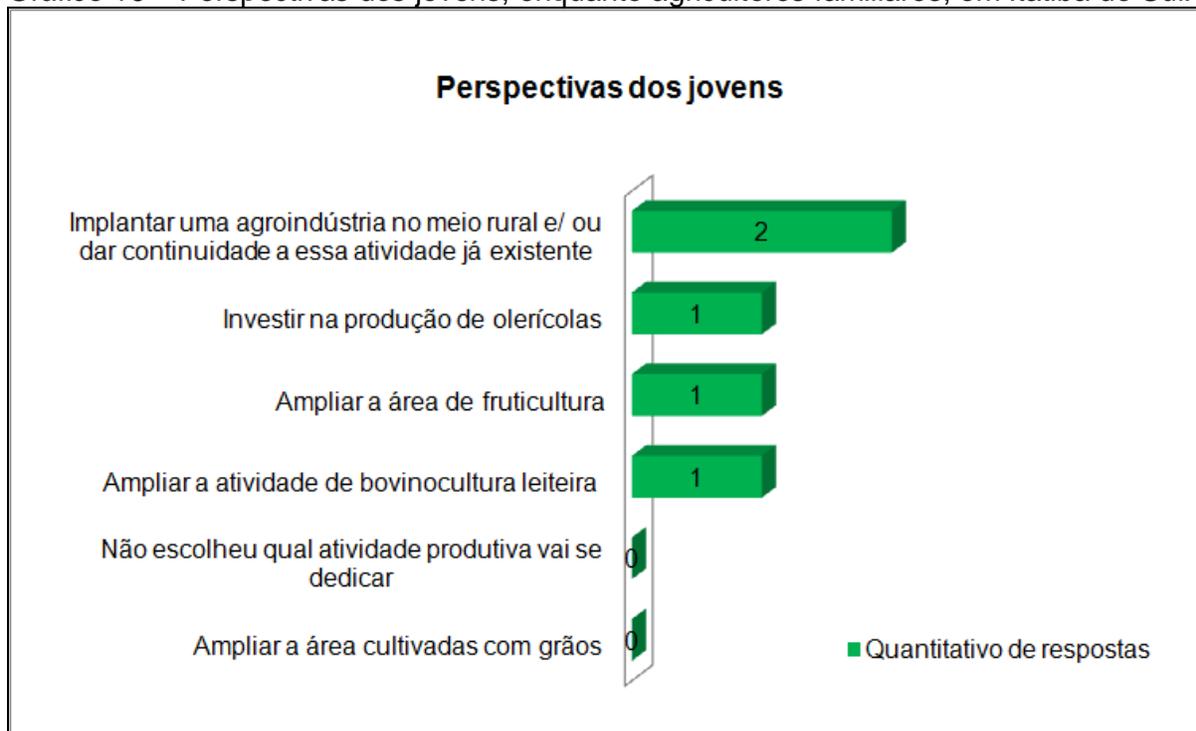
Gráfico 15 – Perspectivas dos jovens, enquanto agricultores familiares, em Aratiba.



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Em Itatiba do Sul (gráfico 16), dentre as opções apontadas, na grande maioria, os jovens pretendem a expansão das atividades agroindustriais, nas unidades produtivas e, em segunda colocação, a ampliação das atividades de bovinocultura leiteira, fruticultura e produção de olerícolas.

Gráfico 16 – Perspectivas dos jovens, enquanto agricultores familiares, em Itatiba do Sul.



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Com relação às perspectivas dos jovens, é possível identificar entre os jovens pesquisados, que os mesmos já fizeram uma opção de vida e de trabalho, e isso está relacionado aos constantes estímulos, proporcionados inicialmente pela família e isso indiretamente contribui na suas escolhas, por essa razão, os jovens possuem pelo menos em alguns momentos e em certos aspectos, um pensamento e uma prática estratégica que combinam seu uso do tempo presente com sua visão de como preparar o tempo futuro, onde Wanderley (2003) aponta que tais projetos foram negociados no interior da família.

Para Weisheimer (2007, p. 249), a escolha de um futuro profissional por jovens agricultores familiares, coloca-se diante de diversas opções que serão determinadas por um conjunto de fatores que ultrapassam a perspectiva individual dos atores e sua capacidade de escolha racional. A elaboração desse projeto profissional é fruto do cruzamento entre uma biografia individual e interação social. Individual na medida em que implica a avaliação e posicionamento do sujeito diante um plano de realização pessoal e estratégias particulares. Social devido ao fato de que está tomada de posição se realiza

num contexto social e cultural específico, independentemente da vontade individual, e na sua interação com outros atores sociais e projetos coletivos e individuais.

Dessa forma, as perspectivas dos jovens, quanto ao futuro, são alimentadas pela relação familiar, pelas possibilidades econômicas, mas também sociais, como as condições de gênero e geração.

Ao finalizar a segunda parte do capítulo, este estudo apresentou que o ambiente sociocultural dos jovens rurais, contribui decisivamente para a permanência dos jovens no meio rural, nos seguintes aspectos:

- a busca pelos jovens pela formação e qualificação técnica e social e o nível de formação contribui para formar jovens participativos junto aos espaços de decisões;

- a oportunidade de acesso ao lazer em diferentes locais, sejam urbanos ou rurais, a fim dos jovens rurais se sentirem parte do universo jovem;

- o acesso à informação e a comunicação interpessoal, através dos meios digitais em diferentes locais;

- a assistência técnica deve ter um olhar social, voltada à resolução de conflitos, do diálogo familiar e da compreensão dos papéis de pais e filhos;

- participação dos jovens junto às entidades locais, e o acesso a documentos que possibilitem sua ligação com o meio rural como: conta bancária; bloco de produtor rural; declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), além da associação e em cooperativas, entidades sindicais e grupos de jovens.

- políticas públicas que assegurem aos jovens a possibilidade de se tornarem agricultores através do acesso a uma política que combine formação, crédito orientado, e aquisição de terras, além de um ambiente institucional que possibilite e assegure a execução de seus projetos.

- à permanência dos jovens está relacionada à tranquilidade existente no meio rural, bem como o bom convívio familiar;

- o projeto de vida dos jovens agricultores familiares no meio rural, tem ligação com os constantes estímulos, proporcionada inicialmente pela família, seguidos pela interação social vivida pelos jovens.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser jovem e agricultor familiar constitui-se, nos dias atuais, a possibilidade de continuidade de um modo de vida, que busca a reprodução social da família, aliada ao desenvolvimento econômico da unidade produtiva, a preservação dos meios de produção, a manutenção da segurança e soberania alimentar e a relações de sociabilidade entre os atores sociais.

Dessa forma, esta dissertação trouxe os condicionantes que oportunizam essa permanência, e nesse sentido, a representação sociohistóricas da ocupação da Região Alto Uruguai, marcado por processos de desenvolvimento que primaram inicialmente pela exploração dos recursos naturais e expulsão dos primeiros habitantes locais.

Os indígenas Guarani e Kaingang, bem como caboclos, inicialmente fomentaram as primeiras lavouras itinerantes para o autoconsumo. Logo em seguida, a chegada dos descendentes de italianos, poloneses, alemães e judeus, iniciaram a ocupação do território, visando oportunizar as famílias a se estabelecerem e produzirem alimentos para abastecer os mercados, tendo em vista a construção da estrada de ferro que transportaria a produção.

As formas sociais familiares que ocuparam e colonizaram essa Região, desenvolveram um sistema de policultura-pecuária fundado no trabalho familiar, e um conjunto relativamente diversificado de produtos de autoconsumo. Estas unidades de produção familiares criaram um sistema produtivo característico, em geral assentado no trabalho da terra pela família e na produção primária destinada, prioritariamente, à satisfação das necessidades internas da propriedade e da unidade doméstica e, um modo de vida e de sociabilidade próprio, centrado em torno de vínculos sociais comunitários e de parentesco.

Não obstante, à medida que o sistema produtivo foi submetido a um conjunto variado de pressões sociais e econômicas externas, desencadeou-se um processo de transformação que aos poucos comprometeu várias das características originais destas formas sociais. Este processo avançou à medida que a produção começou a operar nos marcos das relações de troca de mercadorias. Com efeito, a mercantilização passou a se apresentar como uma noção chave para compreender como o processo de complexificação da divisão social do trabalho ocorreu através da ampliação das relações de troca em uma sociedade crescentemente organizada sob o predomínio da produção de bens para intercâmbio mercantil.

Todo esse processo, foi marcado pelo trabalho em família, ou seja, crianças, jovens e adultos trabalhando pela reprodução social da família e a constituição de novas famílias. E todo esse processo histórico, foi marcado por formas de trabalho, de sociabilidade, de entretenimento, e a participação dos jovens no trabalho e no crescimento da Região.

No entanto, o modo de produzir dos colonos provocaram uma defasagem das técnicas de cultivo, a crescente pressão demográfica e o parcelamento dos lotes levaram a uma crise da agricultura colonial. A partir da década de 1960, ocorreu o processo de transformação nos elementos responsáveis pela reprodução social e econômica dos colonos, onde as estratégias de reprodução converterão a agricultura colonial em uma agricultura familiar mercantilizada.

Essas transformações ocorreram pela introdução de insumos industriais, sementes melhoradas e máquinas e equipamentos. A forma de produzir foi modificada, onde para alguns agricultores significou um salto qualitativo e quantitativo em relação à sua condição original, para outros, foi o início de um processo de exclusão, em que a precarização das condições de vida dos agricultores impedia que estes tivessem acesso às inovações tecnológicas.

Dessa forma, aconteceram mudanças na estrutura fundiária fundamentalmente do parcelamento dos lotes entre os herdeiros através da divisão do patrimônio. Na agricultura familiar mercantilizada, posterior a 1980, incidiram em mudanças no processo de

especialização produtiva, que exigem escala de produção, não permitindo o parcelamento dos lotes entre os herdeiros.

Decorrente disso, a situação desencadeou um processo migratório para as cidades e outras regiões, devido à falta de espaço produtivo, para todos os membros da família permanecer junto à propriedade paterna. Assim, isso provocou o avanço da fronteira agrícola, para as demais Regiões do país. Além disso, muitos agricultores que não conseguiram acompanhar o processo de modernização agrícola, investiram na educação dos filhos, ou saíram do campo para morar na zona urbana. Dessa forma, o êxodo rural, provocou também outras problemáticas como: o envelhecimento da população, a masculinização no campo, e baixos índices de natalidade.

Nesse sentido, a intensificação do capitalismo no campo que provocou a qualificação e especialização do trabalho agrícola, onde os agricultores familiares tiveram que investir na diversificação produtiva, melhoramento técnico, agregação de valor à produção e inserção em diferentes mercados.

Assim, esse novo rural que se estabeleceu a partir do crescente desenvolvimento de políticas públicas e do capitalismo, os jovens assumem uma postura decisiva para a revalorização do espaço rural e a diversificação de atividades, integrando rural e urbano, a fim estabelecer as ações necessárias para proporcionar maior qualidade de vida e empoderamento socioeconômico as famílias rurais, conforme ilustra a mostra com os jovens pesquisados.

Dessa forma, os jovens pesquisados em Aratiba e Itatiba do Sul, possuem como base de suas economias o setor agropecuário, onde estes se dedicam a produção de frutas, olerícolas, grãos (milho, trigo, soja, aveia), avicultura de corte, bovinocultura leiteira, e na elaboração de produtos em pequenas agroindústrias e a dedicação de alguns jovens em atividades pluriativas.

Considerando a mostra delimitada para este estudo é possível informar que as condições que condicionam permanência de jovens no meio rural estão relacionados a organização sócioprodutiva das unidades de produção familiares e o ambiente

sociocultural dos jovens rurais, possuem vários elementos, decisivos que proporcionam a permanência.

A diversificação produtiva que possibilita a viabilidade econômica da unidade de produção, através do exercício de atividades que proporcionem estabilidade financeira, através da combinação de alimentos para o autoconsumo, o processamento agroindustrial de alimentos na unidade produção, e a dedicação a outras atividades produtivas. Mas além disso, as agroindústrias familiares, favorecem a atuação do jovem no desenvolvimento das atividades, dando a eles autonomia, autodeterminação e independência financeira.

A valorização dos jovens ao executarem atividades produtivas, pois elas são decorrentes da especialização produtiva, pois em alguns casos, algumas atividades exigem maior capacidade de aprendizagem e comprometimento durante a execução das tarefas, e são essas atividades que os jovens se dedicam a atuar com mais atenção, pois os pais lhes delegam autonomia para executar essas atividades. Além disso, destacam-se as relações de gênero, valorizando a participação feminina e atribuído a ela o *status* de executora de atividades, apesar da dupla jornada de trabalho que as jovens exercem em suas unidades de produção.

A retribuição monetária pelas atividades desenvolvidas pelos jovens dentro das unidades produtivas, pois isto serve como mecanismo para mantê-los por mais tempo envolvidos no trabalho familiar e o acesso às formas individualizadas de remuneração.

A pluriatividade exercida por um membro da família, apresenta-se como uma complementação na renda familiar, através de atividades não agrícolas, agregando-se o fato de uma otimização da força de trabalho familiar.

As relações de diálogo que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias, bem como os incentivos que os pais concedem aos filhos desde a infância sobre a vida no meio rural, preparando e incentivando o mesmo a fazer suas escolhas, tomando como base a qualidade de vida existente no meio rural. Além disso, é importante destacar a percepção e conscientização dos pais e familiares, sobre a importância dos filhos

continuarem no meio rural sem precisar migrar para os centros urbanos, para ter uma relação amistosa dentro do núcleo familiar.

Outro dado importante, os pais possuem como expectativa a divisão do patrimônio, de modo igualitário entre todos os jovens, bem como reconhecer os filhos, independente do sexo, são detentores com direitos iguais sobre o patrimônio dos pais, e se constitui este em um avanço importante no tocante de reconhecer todos os filhos, pois as filhas era deixadas de fora do processo de partilha da terra.

A qualificação e formação da mão de obra do jovem, para o exercício de algumas atividades produtivas, exigem maior preparo para a integração nos mercados locais/regionais competitivos, pois o nível de formação contribui para formar jovens participativos junto aos espaços de decisões; além disto, esta formação possibilita o conhecimento de novas ferramentas de trabalho e se concretizam em alternativas de crescimento econômico e social das famílias.

O acesso ao lazer também se constitui como um dos elementos que propicia a permanência, pois está ligado à possibilidade de acesso, ou seja, oportuniza a frequência a diferentes locais, sejam urbanos ou rurais, a fim de que os jovens rurais façam parte do universo jovem, bem como o sentido de liberdade, ao permitir uma fuga temporária da rotina de trabalho e obrigações sociais.

Os jovens do meio rural, também demandam serviços que o universo urbano propicia, como o acesso à informação e a comunicação interpessoal, tendo em vista a interação criada pelos jovens que passam a ter acesso à internet em diferentes locais. Além disso, a assistência técnica deve ter um olhar social, voltada a resolução de conflitos e ao diálogo familiar.

Também é necessário expor, que os jovens devem assegurar sua participação junto às entidades locais, e o acesso a documentos que possibilitem sua ligação com o meio rural como: conta bancária; bloco de produtor rural; declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), além da associação e em cooperativas, entidades sindicais e grupos de jovens.

As políticas públicas sociais devem assegurar aos jovens a possibilidade de se tornarem agricultores através do acesso a uma política que combine formação, crédito orientado, e aquisição de terras, além de um ambiente institucional, que possibilite e assegure a realização destes projetos.

As motivações socioculturais que proporcionam a permanência dos jovens relacionam-se ao conforto, tranquilidade e qualidade de vida existente no meio rural, bem como o convívio familiar. A constituição dos projetos de vida dos jovens agricultores familiares está ligado ao desenvolvimento de uma série de fatores que contribuem a acessibilidade a diferentes serviços, espaços de discussões, sendo as tradições familiares, que inspira práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; a educação recebida na escola, estimulando a sociabilidade local; e o futuro, perceber que os jovens são felizes em seus locais de origem, sem precisar migrar, e entender que mesmo no meio rural, as oportunidades podem ser as mesmas, e o que irá influenciar cada jovem, é a capacidade de organizar suas perspectivas de vida, aliando diálogo familiar e estratégias econômicas, onde permitam o desenvolvimento da unidade de produção familiar.

Os dados levantados para a problemática da pesquisa, considerando os elementos que motivam a permanência dos jovens no meio rural, confirmam a hipótese geral que orientou a realização deste estudo, pois constatamos que os elementos renda, relação familiar, lazer e educação são eixos estruturais e seus principais elementos contribuem para a permanência do jovem.

Além disto, cabe salientar que a permanência dos jovens na agricultura familiar não independe da participação de projetos de vida dos jovens rurais ou da expectativa de vida dos pais, mas de um processo inclusivo que coloque a agricultura no centro de um ciclo vital, e recupere a importância da atividade “do agricultor” (HAYGERT; DICKIE, 2004).

Apesar de algumas pesquisas apontarem a fuga dos jovens rurais para os centros urbanos conforme apontam, Carneiro (1998, a, b; 2005); Abramovay (2002) e Castro (2005), esta pesquisa traz os elementos que condicionam a permanência dos jovens no meio rural, e aponta quais elementos são importantes considerar para que mais jovens permaneçam no meio rural com desenvolvimento econômico e social.

Salientamos, por fim que análise empreendida sobre os condicionantes de permanência dos jovens no meio rural, não pretende ser conclusiva, mas acreditamos que contribui para aprofundar uma agenda de pesquisa sobre este grupo que colabore para novos enfoques acerca dos processos sociais agrários. Atentamos também, que este trabalho consiste na tentativa de dar visibilidade aos jovens agricultores como uma categoria específica, caracterizada por uma singular inserção nos processos de produção e reprodução da agricultura familiar. Portanto, qualquer projeto ou política pública que vislumbre o desenvolvimento local e rural, deve primar inicialmente pelo fortalecimento dos jovens da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Juventude rural: ampliando as oportunidades. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário-DF. **Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo**. Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>>. Acesso em 02 fev. de 2013.

_____. **Agricultura Familiar e Capitalismo no Campo**. In: STÉDILE, J. P. (Org.). A Questão Agrária Hoje. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998a.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Campinas: Hucitec, 1998b. (Série Estudos Rurais, 12).

ACERVO da Família Deggerone, Sd. **Crianças domando uma junta de bois usados no trabalho no meio rural**. (Sd, f). 1 fotografia color, 10 cm x 15 cm. Foto digitalizada. Formato JPEG.

ACERVO da Família Pereira de Souza, 1935. **Transporte de madeira cerrada para ser comercializada em Erechim (1935)**. 1 fotografia color, 10 cm x 15 cm. Foto digitalizada. Formato JPEG.

ACERVO da Família Pereira de Souza, 1958. **Trabalho em mutirão realizado entre vizinhos na colheita da cultura da mandioca, município de Faxinalzinho/RS**. 1 fotografia color, 10 cm x 15 cm. Foto digitalizada. Formato JPEG.

ACERVO da Família Pereira de Souza, Sd. **Chegada dos primeiros tratores modelo Ford no município de Faxinalzinho/RS** (Sd, f). 1 fotografia color, 10 cm x 15 cm. Foto digitalizada. Formato JPEG.

ALMEIDA, L; BRANCHER, P. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Alto Uruguai – RS: planejamento participativo**. Erechim –RS, 2006.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>. Acesso em 08 Jul 2013.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ALTO URUGUAI. **Mapa de localização da Região Alto Uruguai**. [2010]. Disponível em: http://www.adaltouruguai.org.br/include/zoom.php?i=basico1%2F0.838095001188929079_mapa3.jpg&l=Mapa%20regional. Acesso em: 22 Out 2012.

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: PARRY SCOTT, R. C.; MENEZES, M. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. 1. ed. Florianópolis: Mulheres, 2010. v. 1. p. 1-22.

ARQUIVO Histórico Juarez Miguel Lila Fonte, Erechim (RS). 1928 a. **Colonizadores e um grupo indígena Kaingang em Rio Novo (Aratiba)**. 3124jpeg. 3,42 MB. Formato JPEG. Meio digital.

ARQUIVO Histórico Juarez Miguel Lila Fonte, Erechim (RS), 1915 b. **Início da colonização e derrubada da mata no Alto Uruguai**. 2749jpeg. 3,34 MB. Formato JPEG. Meio digital.

ARQUIVO Histórico Juarez Miguel Lila Fonte, Erechim (RS), 1935 c. **Pequeno comércio de secos e molhados na Região de Erechim**. 3286jpeg. 3,27 MB. Formato JPEG. Meio digital.

BALSADI, O. V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: v.15, n.1, p.155-165, 2001.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecch. Tradução: Carlos Vicente Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BONI, V. Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar. In: VII CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, Quito. **Anais...** Quito/Equador, 2006.

BORBA, A. M. de. **Identidade em Construção** – Investigando Professores na prática da Avaliação Escolar. São Paulo: Educ, 2001.

BRASIL, **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 25.7.2006.

BRUM, A. J. **A modernização da agricultura no planalto gaúcho**. Ijuí: FIDENE, 1985.

BRUMER, A. et al. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: **Congresso da International Rural Sociology Association (Irsa)**, 10, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**. v.12, n.1, jan./abr, 2004, p.205-226.

BRUNO, R. **Senhores da terra, senhores da guerra**. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CARRANO, P. C. R. **Juventude e cidades educadoras**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T., SANTOS, R., COSTA, L. F. C. **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998a.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 11, Outubro, 1998b: 53-75. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>> Acesso em: 21 Ago 2013.

_____. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 Jul. 2013

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G. de. (Org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-67.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (Orgs.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230p

CARRION, R. M.; **Reestruturação Produtiva, Organização e Gestão do Trabalho na Indústria Petroquímica**: estudo no complexo petroquímico do Rio Grande do Sul, apresentado na Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, V Encontro Nacional 2005, Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/venc/artigos/38.pdf> acesso em 18/05/2007>.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. 444f. Tese (Doutorado) - UFRJ/PPGAS/ Programa de Pós- graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv**, Manizales, v. 7, n. 1, jan. 2009 . Disponível

em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692715X2009000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 22 jan. 2013.

CASTRO, M. B.; STEPHAN, G. **Juventudes Rurais: cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2007, p. 15-33.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. Traduzido por FILHO, A. Ed. Latina, Bogotá, ed. Myryam Jimeno, 1977.

CHEMIN, B. F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 2. ed. Lajeado: Univates, 2012. E-book. Disponível em: <www.univates.br>. Acesso em: 14 Set. 2012.

COMASSETTO, C. F. A Colônia Rio Uruguay e as Companhias Colonizadoras (1920-50). In: TEDESCO, J. C; HEINSFELD, A. (Org.). **Colonos, Colônias & Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Erechim, RS: Habilis, 2009. p. 89-126.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: Um estudo de caso do município de Três Palmeiras**. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/4549>>. Acesso em 12 Mar. 2013.

CORREA, S. M. de S; BUBLITZ, J. **Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul e Passo Fundo: Edunisc e UPF, 2006.

DALCIN, D. **O processo de tomada de decisão em agricultores de Boa Vista das Missões/RS**. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

DE BONI, L. A. **Entre o passado e o desencanto**. Entrevista com imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre : Ed. EST, 1940.

DEL GROSSI, M. *Et a.* **O que há de realmente novo no rural brasileiro?** Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 19, n. 1, 2002.

DIAS, M. M. **Glossário de termos utilizados em desenvolvimento rural**. 2ª tiragem, Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2006.

DIÁRIO de Campo em 09/Março/2013. **Visita a Unidade de produção 1**. Aratiba/RS. 2013. 1-4 p.

DIÁRIO de Campo em 16/Março/2013. **Visita a Unidade de produção 4**. Aratiba/RS. 2013. 1-5 p.

DIÁRIO de Campo em 16/Março/2013. **Visita a Unidade de produção 1.** Itatiba do Sul/RS. 2013. 1-4 p.

DIÁRIO de Campo em 23/Março/2013. **Visita a Unidade de produção 2.** Itatiba do Sul/RS. 2013. 1-4 p.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Os desafios à ação sindical decorrentes das mudanças na população.** São Paulo, Número 127, Junho, 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec127demografia.pdf>> Acesso em 27 07 2013.

DUCATTI NETTO, A. **O grande Erechim e sua história.** Porto Alegre: EST, 1981.

DURSTON, J. **Juventud Rural Y desarrollo en América Latina: estereótipos e realidade.** Apresentado no Encuentro sobre Juventud Rural de INDAPIV Región, La Serena, Chile, 1998.

EB – **Entrevistado B:** depoimento [16 mar. 2013, p.1-5]. Entrevistadora: Zenicleia A. Deggerone. Aratiba (RS): s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida a Zenicleia A. Deggerone.

EC – **Entrevistado C:** depoimento [23 mar. 2013, p. 1-3]. Entrevistadora: Zenicleia A. Deggerone. Itatiba do Sul (RS): s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida a Zenicleia A. Deggerone.

ED – **Entrevistado D:** depoimento [23 mar. 2013, p. 1-5]. Entrevistadora: Zenicleia A. Deggerone. Itatiba do Sul (RS): s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida a Zenicleia A. Deggerone.

EE – **Entrevistado E:** depoimento [16 mar. 2013, p. 1-4]. Entrevistadora: Zenicleia A. Deggerone. Itatiba do Sul (RS): s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida a Zenicleia A. Deggerone.

EF – **Entrevistado F:** depoimento [16 mar. 2013, p. 1-5]. Entrevistadora: Zenicleia A. Deggerone. Itatiba do Sul (RS): s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida a Zenicleia A. Deggerone.

EG – **Entrevistado G:** depoimento [09 mar. 2013, p. 1-4]. Entrevistadora: Zenicleia A. Deggerone. Aratiba (RS): s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida a Zenicleia A. Deggerone.

EH – **Entrevistado H:** depoimento [09 mar. 2013, p.1-4]. Entrevistadora: Zenicleia A. Deggerone. Aratiba (RS): s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida a Zenicleia A. Deggerone.

EJ – **Entrevistado J**: depoimento [23 mar. 2013, p. 1-4]. Entrevistadora: Zenicleia A. Deggerone. Itatiba do Sul (RS): s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida a Zenicleia A. Deggerone.

EL – **Entrevistado L**: depoimento [09 mar. 2013, p. 1-5]. Entrevistadora: Zenicleia A. Deggerone. Aratiba (RS): s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida a Zenicleia A. Deggerone.

EM – **Entrevistado M**: depoimento [09 mar. 2013, p. 1-4]. Entrevistadora: Zenicleia A. Deggerone. Aratiba (RS): s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida a Zenicleia A. Deggerone.

EMATER/ASCAR. **Análises e Planejamento**: Censo 2010. POA, 2012.

EN – **Entrevistado N**: depoimento [02 mar. 2013, p. 1-2]. Entrevistadora: Zenicleia A. Deggerone. Aratiba (RS): s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida a Zenicleia A. Deggerone.

EO – **Entrevistado O**: depoimento [09 mar. 2013, p. 1-5]. Entrevistadora: Zenicleia A. Deggerone. Aratiba (RS): s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida a Zenicleia A. Deggerone.

EP – **Entrevistado P**: depoimento [13 Jul. 2013, p. 1-2]. Entrevistadora: Zenicleia A. Deggerone. Aratiba (RS): s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida a Zenicleia A. Deggerone.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FARIA, A. M. de M. A Não Consolidação das Previsões Clássicas do Fim do Camponato Sob o Capitalismo. **Revista de Estudos Sociais**, Ano 3, n. 6, 2001, p. 45-58.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, C. L; KONZEN, O. G. Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul: origens e mudanças. **Revista de economia rural**. Brasília, v.21, n.3, p. 399-427, 1983.

FROSSARD, A. C. **Identidade do Jovem rural confrontando com estereótipo de Jeca Tatu**. Um estudo qualitativo com os jovens da EFA Rei Alberto I. 2003. 210 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação). Universidade Nova de Lisboa. Portugal. Nova Friburgo, RJ, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/393>>. Acesso em: 8 ago.2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GAIGER, I. Práxis coletiva dos sem-terra rumo a unidade ou a heterogeneidade cultural? **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, p. 177-203, 1994.

GERARDI, L. H. de O. Algumas reflexões sobre modernização da agricultura. In: **Geografia**, Rio Claro, v. 5, n. 9/10, p. 19-34, 1980.

GIARETTA, J. G. S. **O Grande e velho Erechim** : ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960). 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2008. Disponível em: <https://secure.upf.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=235>. Acesso em 10 de mai. 2012.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

GOMES, V. F ; LAROQUE, L. F. da S. História e cultura dos italianos e seus descendentes: o costume do filós em localidades do Vale do Taquari/RS. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado. a. 2. n. 2. p. 99-43, 2010.

GOODMAN, D, et al. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Tradução: Baesse de Souza, C. E.; Schlottfeldt, C. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HAYGERT, M. L. L; DICKIE, M.A.S. Produzindo vida: jovens rurais, *ethos* camponês e agroecologia. In: AUED, B.W.; PAULILO, M.I.S (org). **Agricultura Familiar**. Florianópolis: Insular, 2004. p. 109 -152.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional 2010**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 12 Set 2012.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. UFRGS Editora, 2008.

KAGEAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A estrutura de produção no campo em 1980. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 12-13, p. 55-72, 1989/1990.

KIYOTA, N, *et al.* A agroindústria familiar como uma estratégia de construção social de novidades produtivas na agricultura: Uma análise comparativa entre Sul e Nordeste do

Brasil. (2010). In: **4º Encontro Da Rede De Estudos Rurais**. Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político. 06 a 09 de julho de 2010, UFPR, Curitiba (PR). Disponível em:
<<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/A%20AGROIND%C3%9ASTRIA%20FAMILIAR%20COMO%20UMA%20ESTRAT%C3%89GIA%20DE%20CONSTRU%C3%87%C3%83O%20S.pdf>> Acesso em: 15 Jun 2013.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1999.

LAROQUE, L. F. da S. **Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930)**. 2006. 432 f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2006.

LEVI, G; SCHMITT, J. C. (Org.). **A História dos Jovens**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

LONG, N. **Sociologia Del Desarrollo: uma perspectiva centrada em el ator**. Colección Investigaciones: México. 504 p., 2006.

LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989.

MALUF, R.S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M.; WILKINSON, J. (Org.) **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002, p. 301-328.

MARTINAZZO, L. N. **Historia ambiental do Alto Uruguai: Colonização, Desenvolvimento e Transformações na paisagem**. 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Centro Universitário Univates. Lajeado, 2011.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENASCHE, R; SCHMITZ, L. C. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em um comunidade rural gaúcha. In: MENASCHE, R. **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. P 78-99.

MILLS, C. **A imaginação Sociológica**, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

MIGOT, A. F. Manifestações de sociabilidade entre imigrantes italianos e seus descendentes, no Rio Grande do Sul. In: SULIANI, Antônio (org). **Etnias & carisma**; poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 45-53.

MORAES, Carlos de Souza. **O colono alemão**: uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo. Porto Alegre: EST, 1981.

OLIVEIRA, E. de; DUARTE, L. M. G. **Economia Camponesa a Agricultura Familiar**: Evolução do Uso da Biodiversidade do Cerrado. 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT5-213-136-20080503123731.pdf>>. Acesso em: 12 Jul 2013.

PAIN, W. Ainda existe um lugar. **Dos festivais, da vida!** Faixa 8, CD-ROM - SL4 Music 2003. Disponível em: <<http://www.wilsonpaim.com.br/discografia.php>>. Acesso em 12 Jun 2013.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: Limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Westphalen – RS: Editora da URI, 2008.

PEREIRA, J. L. G. **Juventude Rural**: para além das fronteiras entre campo e cidade. 2004. 179 f. Tese (Doutorado Antropologia Social - Sociedade e Agricultura). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2004.

_____. Da migração nacional à internacional: enredos e desenredos de jovens rurais na agricultura familiar. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.149-166.

PESQUISA em campo 2013. **Questionário aplicado a Família para caracterização socioeconômica produtiva da unidade de produção familiar**, 2013.

PESQUISA em campo 2013. **Questionário aplicado aos jovens para sua caracterização sociocultural**, 2013.

PIRAN, N. **Agricultura familiar**: lutas perspectivas no Alto Uruguai. Erechim: EDIFAPES, 2001.

PIRES, M. J. S. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, jul./set. 2009

PMA – Prefeitura Municipal de Aratiba. **Aratiba**: sua saga, seu povo e sua história. Aratiba, 2004;

PMMSB – Plano **Municipal de Saneamento Básico do Município de Itatiba do Sul**. Itatiba do Sul, 2012.

PORTO, M.; SIQUEIRA, D. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v. 6, p. 76-89, 1994.

PLEIN, C. **As metamorfoses da agricultura familiar o caso do município de Iporã D' Oeste, Santa Catarina**. 2003. 158 f. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2666/000374592.pdf?sequence=1> > Acesso em: 24 ago. 2012.

PRADO JUNIOR, C. Contribuição para a análise da questão agrária Brasileira. In: **Agricultura Subdesenvolvida**. Petrópolis: Vozes, 1969.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica**. São Paulo: Loyola, 2002.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROSAS, E. N. L. Do campo para a cidade: saindo a ficar. In: CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G. de. (Org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 183-196.

RÜCKERT, A. A. **A trajetória da terra: Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul (1927-1931)**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

SABOURIN, E. **Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, J. V. T, dos. **Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo, Hucitec, 1978.

SANTOS, M. Região: globalização e identidade. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Conhecimento e reconhecimento: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo**. Fortaleza: Eduece/LCR, 2003. p. 53-64.

SCHNEIDER, S. et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, p. 137-165.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países de capitalismo avançado: a pluriatividade. In: **ABRA**, Campinas, p. 106 –131. set./dez de 1999.

SCHNEIDER, S.; VERARDI FIALHO, M. A. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e evidência econômica**. Passo Fundo - RS: v.8, n.15, p. 1-36. 2000.

SCHMIDT, V. D. B. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In. PAULILO. M. I. S.; SHMIDT. W. (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. p 265 - 286.

SEYFERTH, G. "Identidade Camponesa e Identidade Étnica (Um estudo de caso)", **Anuário Antropológico 91**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.31-63,1993

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 11ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

SILVA, R. N.; CAPELO, M. R. C. Juventude do campo e políticas públicas: algumas reflexões de um texto em construção. **Colloquium Humanarum**, v. 3, n. 1, p. 36-48, 2005.

SILVA, V. Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência. **Cadernos CEDES**, Campinas, ago. 2002, v.22, n.57, p.97-115.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. da UNIJUI, 2005.

SILVEIRA, F. R. de. **A recriação capitalista do campesinato** (Os camponeses na região de Presidente Prudente). 1999. 309 f. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH/USP. São Paulo, 1999.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/MDA, 2001.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 11ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

STRAPASOLAS, V. L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G. de. (Org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 279-297.

TEDESCO, J. C, Et. Al. **Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo**: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980. Porto Alegre: EST, 2005.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com as Juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.

VEIGA, J. E, da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.51, p.51-67, 2004.

_____. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas/São Paulo: Editora Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E, da; et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=bibliotecaepublicacaoID=112>>. Acesso em: 10 Jun 2013

WAIBEL, L. Princípios de colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 11, n. 2. IBGE, Rio de Janeiro, 1949. p. 159-222.

_____. As zonas pioneiras do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 17, nº 4. IBGE, Rio de Janeiro, 1955. p. 389-422.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G. de. (Org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-34.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2009/42001013012P7/TES.PDF>>. Acesso em 12 Mar. 2012.

_____. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G. de. (Org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 237-252.

_____. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WENCZENOVICZ, T. J. **Pequeninos Poloneses: cotidiano das crianças polonesas (1920-1960)**. 1. ed. Xanxerê: Editora News Print, 2010. v. 1. 107p .

_____. **Montanhas que furam as nuvens: Imigração Polonesa em Áurea.. 1ª. ed.** Passo Fundo/RS: EDIUPF, 2002. 175p .

WICKERT, A. P. **Nos caminhos da ferrovia: a arquitetura ferroviária da linha Tronco Norte Gaúcha, 1883 a 1920**. 2003. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile/1539/976>> Acesso em: 5 de mar. de 2012.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico**, Brasília n. 87, p.11-73. Rio de Janeiro, Edunb, Tempo Brasileiro, 1990.

ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997



APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário aplicado a Família para caracterização socioeconômica produtiva da unidade de produção familiar.

Nome:

Idade:

Sexo: () Masculino () Feminino

Município:

Fone: Endereço

1 - Descreva os integrantes de sua família com quem você reside?

Nome	Grau de Parentesco(Pai, mãe, filho (a), genro, nora, avo, avó)	Idade

2 - Assinale com X, se a área utilizada da propriedade rural é:

(..) própria

(..) arrendada

3 - Assinale com X, ou descreva como obtiveram a propriedade rural?

() herança

() compra de parentes e/ou irmãos

() compra de terceiros

() crédito fundiário

() Outro: _____

4 – Descreva quantos hectares possui a propriedade rural:_____

a) Quantos hectares consegue usar para as atividades produtivas:_____

b) Assinale com X se você considera suficiente a área usada () sim () não

5 – Assinale com X as principais atividades produtivas desenvolvidas na propriedade rural, e descreva a quantidade obtida no mês em R\$ de cada atividade?

() Horticultura: Quantidade entregue em média/mês/em reais: _____

() Fruticultura: Quantidade entregue em média/mês/em reais: _____

() Bovinos de leite: Renda mensal obtida em reais: _____

() Bovinos de corte: Renda mensal obtida em reais: _____

() Agroindústria familiar: Renda mensal obtida em reais: _____

Especifique os produtos elaborados:

(..) Outras atividades - () feijão () milho () trigo () soja () arroz () Outro: _____

Renda mensal obtida em reais: _____

() Possui sistema integrado com alguma cooperativa/e ou empresa integradora: () Aves/

() Suínos/ () Ovos de Postura: Renda mensal obtida: _____

() Desenvolvem alguma atividade fora da propriedade rural com remuneração -

Especifique

qual: _____

Renda mensal obtida em reais _____

6 – Assinale com um X, ou descreva os tipos de equipamentos utilizados na propriedade rural?

(..) equipamentos de tração animal

() trator

() grade para o trator

() arrado

() pulverizador costal

() pulverizador mecânico

(..) plantadeira

() ordenhadeira

(..) transferidor de leite

(..) ordenhadeira canalizada

(..) colheitadeira automotriz

() ensiladeira tratorizada

() silo para armazenamento de cereais

() usa apenas equipamentos manuais

() distribuidor de insumos

Outros equipamentos, quais? _____

7 – Assinale com um X, ou descreva como é executado o plantio dos cereais na propriedade rural?

(..) de forma manual e/ou com auxílio de equipamento de tração animal

(..) de forma mecanizada

(..) terceiriza o plantio

Outro: _____

8 – Assinale com um X, como são realizados os tratamentos culturais (aplicação de agrotóxicos, fungicidas, adubação) na propriedade rural?

- (..)de forma manual e/ou com auxílio de equipamento de tração animal
 (..)de forma mecanizada
 (..)terceiriza os serviços

9 - Assinale com um X, como são realizadas as atividades de colheita?

- (..)de forma manual e/ou com auxílio de equipamento de tração animal
 (..)de forma mecanizada
 (..)terceiriza os serviços

10 - Assinale com um X, se a propriedade necessita contratar mão-de-obra externa para ajudar nas tarefas rotineiras: () sim () não

11- Assinale com um X, se a propriedade possui serviços de assistência técnica:

() sim () não

a) Se sim qual instituição fornece:

- () técnicos da Emater
 () técnicos das cooperativas
 () técnicos das cooperativas ou empresas integradoras
 () assistência técnica particular

12 - Assinale com um X, que atividades os membros da família realiza na propriedade rural?

Descrição	Pai	Mãe	Filho I	Filha I	Filho II	Outro
Realiza serviços bancários (depositar ou retirar recursos financeiros)						
Encaminha projetos de financiamento bancário						
Realiza o contato com os técnicos e extensionistas rurais						
Participação em reuniões e cursos técnicos						
Participa da tomada de decisão sobre o investimento em novas tecnologias e equipamentos e destinação dos recursos financeiros na UPF						
Comprar insumos para as atividades desenvolvidas						
Comercializar a produção agropecuária/e ou agroindustrial						
Participa da execução das atividades de plantio, manejo fitossanitário de culturas anuais e/ou permanentes						
Dedica-se aos trabalhos em uma agroindústria familiar						
Participa da execução de atividades de manejo sanitário, preparo da alimentação, limpeza dos equipamentos em um sistema de integração (aves, e/ou suínos)						
Participa da execução de atividades de						

manejo sanitário, preparo da alimentação, ordenha dos animais e limpeza dos equipamentos						
Fazer compras para a casa (alimentos, material de limpeza, vestuário, etc...)						
Preparo da alimentação da família						
Cuidados com a horta e pomar						
Conserto de móveis, instalações, etc...						

13 – Assinale a renda familiar mensal líquida, em média, em salários baseada no último ano: () Até 02 salários

- () De três a quatro salários
- () De cinco a seis salários
- () De sete a oito salários
- () De oito a dez salários
- () De dez a quinze salários
- () Acima de quinze salários

APÊNDICE B
Roteiro para entrevista com os Pais

Nome do Pai:
Nome da Mãe:
Município:
Fone:
Endereço:

- 1 - O incentivo de permanecer no meio rural foi iniciado ainda na infância? Quais foram?
- 2 - Como será a transferência de patrimônio para os filhos que sucederem na propriedade rural?
- 3 - Com relação aos demais filhos - aqueles que desejarem permanecer no meio rural como será feita a transferência?
- 4 - Os filhos que não desejarem permanecer no meio rural - como vocês compensarão eles!

APÊNDICE C

Questionário aplicado aos jovens para sua caracterização sociocultural

Nome:

Sexo: () Masculino () Feminino Idade:

Município:

Fone:

Endereço:

1 – O que você pretende fazer futuramente?

- () Permanecer na agricultura como proprietário
 () Permanecer na agricultura como arrendatário
 () Permanecer morando na propriedade rural e trabalhando na cidade
 () Permanecer no meio rural, mas trabalhar em atividades não agrícolas
 () Permanecer no meio rural conciliando as atividades na propriedade rural com atividades não agrícolas.
 () Outra: Qual? _____

2 – Que atividades você gostaria de desenvolver residindo no meio rural?

Sexo Masculino	Sexo Feminino
() Implantar uma agroindústria no meio rural (produtos derivados de carnes/ ou derivados de leite, doces, geléias, massas, biscoitos, pães, etc...)	() Implantar uma agroindústria no meio rural (produtos derivados de carnes/ ou derivados de leite, doces, geléias, massas, biscoitos, pães, etc..)
() Constituir uma malharia	() Constituir uma malharia
() Constituir uma indústria de móveis	() Constituir uma indústria de móveis
() Comerciante	() Comerciante
() Artesão (Couro, fibra, palha, lã, etc)	() Artesã (Couro, fibra, palha, lã, etc)
() Pedreiro	() Professora
() Mecânico	() Colocar um salão de beleza
() Carpinteiro	() Agente de saúde
() Agente de saúde	() Transformar a propriedade em um local de turismo rural
() Professor	Outra: _____
() Transformar a propriedade em um local de turismo rural	
Outra: _____	

3 – Você está de acordo com os últimos investimentos e mudanças realizadas na propriedade rural?

- () Não houve investimentos ou mudanças
 () Está de acordo com eles
 () Concorda em parte
 () Não concorda
 () Não participou das decisões

4 – Diante de uma ideia nova que você faz para a organização da propriedade rural a reação dos seus pais costuma ser?

- Não aceita nem discutir
- Rejeita quase sempre
- Aceita quase sempre
- Você costuma fazer propostas novas
- Discute em família e aceita algumas propostas

5 – Você desenvolve alguma atividade individual para obter dinheiro só para você?

- Não
 - Sim – Qual?
-

6 – Como você usa o dinheiro que ganha a partir do trabalho?

- Estar capitalizado para ter a sua propriedade no futuro
- Para seu lazer
- Para comprar bens de uso pessoal (roupas, perfumes, acessórios, moto, carro, etc)
- Para preparar-se para o casamento
- Para comprar livros, revistas, jornais
- Para estudar
- Deixa na depositado em alguma agencia bancária.
- Outro: _____

7 – Se você não desenvolve nenhuma atividade produtiva para conseguir dinheiro para o (lazer, adquirir roupas, etc.) como você faz?

- Tem que pedir dinheiro cada vez que precisa
- Os pais decide e toma a iniciativa de dar dinheiro a seu critério
- Tem que pedir dinheiro, mas o pai também dá a seu critério
- Recebe parte da produção da propriedade rural
- Outro: _____

8 – O fato de ter que pedir dinheiro cada vez que precisa?

- Não o incomoda (não se importa)
- Incomoda e gostaria de ter o seu próprio dinheiro
- Incomoda e os pais ficam criticando a sua atitude de pedir o dinheiro
- Não pede dinheiro aos pais.

9 – Caso você permaneça nesta propriedade rural ou outra que você venha adquirir:

- Continuar explorando as mesmas atividades
 - Ampliaria as atividades existentes, implantando máquinas e equipamentos para melhorar as condições de trabalho
 - Implantaria uma nova atividade?
- Qual _____

10 – O que falta melhorar em sua propriedade rural?

- Equipamentos para diminuir a penosidade dos trabalhos
- A qualidade de energia elétrica
- Melhoria das vias de acesso

- Aumentar a disponibilidade de mão de obra
- Acesso a telefonia celular e internet
- Busca de espaços de comercialização (preços adequados)
- Busca por formação e assistência técnica
- Capital de giro para permitir o desenvolvimento das atividades
- No momento não é preciso realizar nenhum investimento ou mudança;

11 – Qual a principal razão, para permanecer na agricultura:

- Gosta das atividades produtivas desenvolvidas no meio rural
- Permanece na agricultura por tradição e costume
- Porque os pais querem que permaneça na propriedade
- Gosta de morar no meio rural devido a segurança
- Fica no meio rural pois é um local aconchegante, tranquilo, e proporciona condições de crescimento socioeconômico
- Não gosta do meio urbano
- Melhorou o conforto doméstico
- Diminuiu a penosidade dos trabalhos
- Flexibilidade no horário de trabalho
- Não existe um "patrão" controlando as atividades desenvolvidas
- Mais conforto e qualidade de vida
- As atividades no meio rural apresentam maior rentabilidade
- Proximidade da família

12 – Como é a relação com as entidades locais?

- É associado a alguma cooperativa
- Participa de movimentos sociais e/ou sindicatos
- Participa de grupo de jovens
- Participa de alguma associação dos agricultores
- Tem conta bancaria
- Tem bloco de produtor
- Possui Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)

13 – Quais são as atividades de lazer e cultura que você participa em sua comunidade?

- Futebol e outros esportes coletivos
- Grupos de danças de salão
- Bocha/ Bolão
- Excursões técnicas, e de lazer
- Bailes
- Festas tradicionais na comunidade
- Jogos rurais
- Almoços/jantares típicos nas comunidades rurais
- Outro:

14 – Você já acessou alguma política pública?

- Pronaf custeio
- Pronaf investimento

- () Pronaf jovem
- () Pronaf Agroindústria
- () Pronaf Mais Alimentos
- () Crédito fundiário
- () Seguro agrícola (Proagro)
- () Proagro Mais
- () Proagro Mais Investimento
- () Habitação rural



APÊNDICE D

Roteiro para entrevista com os Jovens

Nome:

Sexo: () Masculino () Feminino

Município:

Fone:

Endereço:

1 - Estado Civil:

2 - Se possui namorado (a) - ele (a) pretende vir morar no meio rural?

3 - Se ele (a) não quiser morar no meio rural como você pretende fazer?

4 - Você pretende morar com os pais e/ou pretende construir uma casa para residir na propriedade rural?

5 - Você busca entretenimento e lazer em alguma outra cidade da região? Quais são essas atividades e as cidades?

6 - Você estuda? Sim _____. Não _____?

Que curso você faz? _____

Você pretende ainda continuar estudando? Em que área ou curso?

7 - Você faz a gestão da propriedade rural - o controle mínimo de entradas e saídas de recursos? Caso afirmativo explique.

8 - Que outra política pública você sugere para o meio rural para beneficiar os jovens?

9 - Na sua opinião, o que fazer ou o que permitiria que mais jovens permanecessem no meio rural?

10 - Você é/foi incentivado pelos pais a permanecerem no meio rural?

11 - O que te faz permanecer no meio rural, com tantos apelos midiáticos que o meio urbano proporciona?

APÊNDICE E

Termo De Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

Eu.....,aceito participar com fornecimento de informações a pesquisa intitulada: **A Permanência dos Jovens nas Unidades de Produção Familiares na Região Alto Uruguai, Rio Grande Do Sul**, em andamento no Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento no Centro Universitário UNIVATES, cujo objetivo visa compreender o processo social da permanência dos jovens rurais nas unidades de produção familiares na Região Alto Uruguai – Rio Grande do Sul, e tem como orientador o professor Dr. Luís Fernando Laroque e coorientador a professora Dra. Júlia Elisabete Barden.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre Esclarecido declaro como entrevistado(a) a concordância em participar desta pesquisa, bem em uma possível continuidade da mesma, após ser informado de forma clara e detalhada da justificativa e dos propósitos do projeto, bem como dos procedimentos relacionados ao levantamento dos dados. A participação dar-se-á através de informações que serão fornecidas no momento das visitas, previamente agendadas, por meio de entrevistas semi-estruturadas que serão gravadas, questionários, registros fotográficos e diários de campo.

Estou ciente que o único possível desconforto será o tempo que disponibilizarei para a realização do levantamento dos dados e que poderei solicitar esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, tendo a liberdade de recusar-me à participar ou de retirar o meu consentimento a qualquer momento.

Minha participação é feita por um ato voluntário, o que me deixa ciente de que a pesquisa não me trará qualquer apoio financeiro, dano ou despesa e que as informações contidas nas entrevistas e os resultados do estudo poderão ser utilizados para fins de publicação e divulgação em eventos e revistas científicas, tendo a garantia de sigilo que assegure a privacidade.

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com o (a) entrevistado (a) e a outra em posse do pesquisador (a). A responsável pela pesquisa é Zenicleia Angelita Deggerone - Fone: 54 99329738.

Data ____/____/____

Nome do(a) Entrevistado(a)

Assinatura do Entrevistado (a)

Nome do(a) Pesquisador(a)

Assinatura do(a) Pesquisador(a)